Diário de Lisboa

Fundador **Joaquim Manso** Director **A. Ruella Ramos** Director-adjunto **Fernando Piteira Santos**

ANO 56.º/19044 4$00

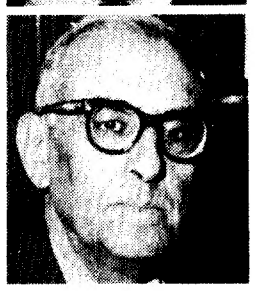
QUARTA-FEIRA 5 MAIO 1976

QUEM SERÁ O PRESIDENTE?

COSTA GOMES: apoio apartidário

RAMALHO EANES: só por "imperativo"

PINHEIRO DE AZEVEDO: hipótese em aberto



HENRIQUE DE BARROS: solução civil?

A cinquenta e três dias da realização das eleições para a Presidência da República a questão da candidatura continua em aberto. A reunião de ontem do Conselho da Revolução, para além de avançar com a data de 27 de Junho para a realização do acto eleitoral, nada mais adiantou, tal como se esperava.

Contudo, pode afirmar-se que, à medida que os dias correm, todo este complexo processo se vai ramificando: da hipótese inicial de um único candidato militar (Ramalho Eanes), avançou-se para a possibilidade (quase certeza) de mais do que um elemento das FA se envolver na corrida presidencial bem como não está posta de parte a candidatura de um civil.

O facto relevante é, sem dúvida, o da possível candidatura do general Costa Gomes, ontem à noite sugerida por um grupo de 92 individualidades independentes, em documento entregue ao Conselho da Revolução e mais adiante transcrito.

Idênticas iniciativas (já aventadas pelo «DL» na sua edição de 30 de Abril), deverão surgir nos próximos dias da parte de outros núcleos de personalidades apartidárias, bem como de organizações populares e de trabalhadores, numa acção que visa traduzir o real significado da maioria dos votos nas últimas eleições. E ainda neste processo agora desencadeado que se insere a decisão tomada por uma comissão de portugueses residentes em Angola que amanhã ou depois chegará a Lisboa a fim de propôr a candidatura do general Costa Gomes. Esta comissão será formada por Henrique Mota e Jorge Costa e, tanto quanto pudemos apurar, age em delegação de um amplo sector dos 50 mil portugueses que residem na RPA.

20 PÁGINAS

● «Não há nada a dizer, qualquer declaração é prematura, se for imperativo aceitar, candidato-me», afirmou o general Ramalho Eanes ontem, à entrada para o Conselho da Revolução, respondendo a perguntas dos jornalistas sobre as possibilidades da sua candidatura. Interrogado concretamente sobre a possibilidade de Costa Gomes se candidatar, hipótese que ontem ganhava força em alguns círculos políticos, o Chefe do Estado-Maior do Exército afirmou ser «admissível», uma vez que o actual Presidente da República é maior de 35 anos e encontra-se no gozo dos seus direitos de cidadão. Adiantou ainda que a verificar-se esta hipótese não deixaria forçosamente de se candidatar, sublinhando «Respondo a essa pergunta de maneira indirecta: se fôr imperativo candidatar-me, candidato-me, independentemente dos outros candidatos».

A sua substituição no Estado-Maior do Exército no caso de vir a ser um dos candidatos, não constituíria problema, segundo afirmou já que para esse cargo deveria ir uma pessoa que «fosse capaz de assegurar a coesão do Exército e a sua dimensão verdadeiramente nacional». E mal iriam as Forças Armadas se houvesse apenas três ou quatro pessoas capazes de desempenhar aquele cargo».

O brigadeiro Pires Veloso, comandante da Região Militar do Norte também prestou declarações aos jornalistas apoiando de forma inequívoca a candidatura de Ramalho Eanes: «O general Ramalho Eanes é um homem extraordinário e a pessoa indicada para o cargo de Presidente da República afirmou: A Região Militar do Norte, ao nível de oficiais, sargentos e praças, estou convencido, gostaria de c ver na Presidência. Interrogado sobre a forma como se teria conseguido consenso sobre a questão, Pires Veloso revelou que tinha um «feeling» que lhe permitia aperceber-se do que pensam os soldados, realçando também que na RMN não haveria mais plenários enquanto ele fosse comandante.

Por seu turno, o almirante Pinheiro de Azevedo declarou que não tinha ainda posto de lado a hipótese de se candidatar, afirmando: «Se eu chegar à conclusão de que os candidatos apresentados não garantem o processo democrático, pois eu candidato-me». Interrogado sobre se o general Ramalho Eanes preenchia essa condição, Pinheiro de Azevedo reservou-se o direito de não dar resposta...

O porta-voz do C. R., capitão Sousa e Castro, a instâncias dos jornalistas, afirmou que aquele órgão do poder político militar não pretendia tomar posições paternalistas indicando um candidato, ao mesmo tempo que considerou o general Eanes como um candidato «com muitas hipóteses de vir a ser presidente da República, não confirmando no entanto que Eanes tenha sido proposto pelo «Grupo dos Nove».

● Perto das 23 horas os conselheiros da Revolução deram

Continua na pág 20

O "D.L." em defesa da liberdade de expressão

PROCESSO ARQUIVADO

Dos malefícios do regime fascista, na afastada época da ditadura militar, no período dos Governos de Salazar na sucessão caetanista ... para nós, trabalhadores da Imprensa, e para o Povo Português de um modo geral, avulta a existência da *Censura. Militar*, nos primórdios ditatoriais; *civil*, até aos últimos dias do regime defunto.

Foi um constante peso, um pesadelo, uma frustração. A Informação objectiva que é devida à opinião pública, e que é condição da sua formação; a crítica responsável à gestão dos negócios públicos; a actividade política a todos os níveis; a própria criação intelectual, foram durante longos anos, apagados e tristes, objecto de uma sistemática repressão, de uma política de mordaça e de tesoura, de um obscurantismo planeado de uma presença insultuosa ... a do «censor».

Não queremos voltar a essa deprimente situação. Das conquistas do «25 de Abril» que deverão ser defendidas, a da abolição da *Censura* é uma das mais importantes. Para a Imprensa, evidentemente. Para o País, sem contestação possível. Somos dos que entendem que a liberdade tem como corolário a responsabilidade política, intelectual, cívica. O «D. L.» não quer uma Imprensa irresponsável, mas bate-se por uma Imprensa livre. E a defesa da liberdade de Imprensa deverá ser um combate comum dos trabalhadores da Imprensa, dos jornalistas, dos escritores, dos leitores. Todos, como cidadãos de um País em mudança, estamos interessados em que a Imprensa seja o espelho de liberdade conquistada. Uma Imprensa livre.

(PAG. 6)

Exigências dos retornados vão a Conselho de Ministros

A questão dos retornados deverá ocupar os debates do Conselho de Ministros, que se encontra reunido desde as 9.30 na residência oficial do Primeiro-Ministro em S. Bento.

O dr. Amândio de Azevedo, responsável governamental pelo sector dos retornados, deverá levar ao Conselho o conflito resultante do corte da verba destinada a subsidiar a alimentação em pensões e em restaurantes, a qual foi transformada numa verba única de três contos, igual ao montante do subsídio de desemprego e variável segundo o agregado familiar, destinada à confecção própria das refeições.

O Conselho de Ministros deverá deliberar sobre a manutenção desta questão, que já vem, aliás, da agenda da última reunião, ou então aceitar as reivindicações dos retornados, que exigem seis mil escudos mensais por casal, um subsídio de mil escudos por cada filho, e quatro contos por cada pessoa maior solteira.

(PAG. 7)

Diário de Lisboa

Fundador: Joaquim Manso — Director: A. Ruella Ramos — Director-adjunto Fernando Piteira Santos

QUARTA-FEIRA 5 MAIO 1976

QUEM SERÁ O PRESIDENTE?

COSTA GOMES: apoio apartidário

RAMALHO EANES: só por "imperativo"

PINHEIRO DE AZEVEDO: hipótese em aberto

HENRIQUE DE BARROS: solução civil?

A cinquenta e três dias da realização das eleições para a Presidência da República a questão da candidatura continua em aberto. A reunião de ontem do Conselho da Revolução, para além de avançar com a data de 27 de Junho para a realização do acto eleitoral, nada mais adiantou, tal como se esperava.

Contudo, pode afirmar-se que, à medida que os dias correm, todo este complexo processo se vai ramificando: da hipótese inicial de um único candidato militar (Ramalho Eanes), avançou-se para a possibilidade (quase certeza) de mais do que um elemento das FA se envolver na corrida presidencial bem como não está posta de parte a candidatura de um civil.

O facto relevante é, sem dúvida, o da possível candidatura do general Costa Gomes, ontem à noite sugerida por um grupo de 92 individualidades independentes, em documento entregue ao Conselho da Revolução e mais adiante transcrito.

Iniciativas [illegible] apartidárias [illegible] pelo «DL» na sua edição de 30 de Abril deverão surgir nos próximos dias da parte de [illegible] de personalidades apartidárias bem como de organizações populares e de trabalhadores, numa acção que visa traduzir o real significado da maioria dos votos nas últimas eleições. É ainda neste processo agora desencadeado que se insere a decisão tomada por uma comissão de portugueses residentes em Angola que amanhã ou depois chegará a Lisboa a fim de propor a candidatura do general Costa Gomes. Esta comissão será formada por Henrique Mota e Jorge Costa e, tanto quanto pudemos apurar, age em delegação de um amplo sector dos 50 mil portugueses que residem na RPA.

● «Não há nada a dizer, qualquer declaração é prematura, se for imperativo aceitar, candidato-me», afirmou o general Ramalho Eanes ontem, à entrada para o Conselho da Revolução, respondendo a perguntas dos jornalistas sobre as possibilidades da sua candidatura. Interrogado concretamente sobre a possibilidade de Costa Gomes se candidatar, hipótese que ontem ganhava força em alguns círculos políticos, o Chefe do Estado-Maior do Exército afirmou ser «admissível», uma vez que o actual Presidente da República é maior de 35 anos e encontra-se no gozo dos seus direitos de cidadão. Adiantou ainda que a verificar-se esta hipótese não deixaria forçosamente de se candidatar, sublinhando: «Respondo a essa pergunta de maneira indirecta: se fôr imperativo candidatar-me, candidato-me, independentemente dos outros candidatos».

A sua substituição no Estado-Maior do Exército no caso de vir a ser um dos candidatos, não constituiria problema, segundo afirmou, já que para esse cargo deveria ir uma pessoa que «fosse capaz de assegurar a coesão do Exército e a sua dimensão verdadeiramente nacional». E mal iriam as Forças Armadas se houvesse apenas três ou quatro pessoas capazes de desempenhar aquele cargo».

O brigadeiro Pires Veloso, comandante da Região Militar do Norte também prestou declarações aos jornalistas apoiando de forma inequívoca a candidatura de Ramalho Eanes. «O general Ramalho Eanes é um homem extraordinário e a pessoa indicada para o cargo de Presidente da República afirmou. A Região Militar do Norte, ao nível de oficiais, sargentos e praças, estou convencido, gostaria de o ver na Presidência. Interrogado sobre a forma como se teria conseguido consenso sobre a questão, Pires Veloso revelou que tinha um «feeling» que lhe permitia aperceber-se do que pensam os soldados, realçando também que na RMN não haveria mais plenários enquanto ele fosse comandante.

Por seu turno, o almirante Pinheiro de Azevedo declarou que não tinha ainda posto de lado a hipótese de se candidatar, afirmando: «Se eu chegar à conclusão de que os candidatos apresentados não garantem o processo democrático, posso candidatar-me». Interrogado sobre se o general Ramalho Eanes preenchia essa condição, Pinheiro de Azevedo reservou-se o direito de não dar resposta [illegible].

O porta-voz do C. R., capitão Sousa e Castro, a instâncias dos jornalistas, afirmou que aquele órgão do poder político militar não pretende tomar posições paternalistas indicando um candidato, ao mesmo tempo que considerou o general Eanes «como um candidato» «com muitas hipóteses de vir a ser presidente da República», não confirmando no entanto que Eanes tenha sido proposto pelo «Grupo dos Nove».

● Perto das 23 horas os conselheiros da Revolução deram [illegible]

20 PÁGINAS

O "D.L." em defesa da liberdade de expressão

PROCESSO ARQUIVADO

Dos malefícios do regime fascista, na afastada época da ditadura militar, no período dos Governos de Salazar na sucessão caetanista — para nós, trabalhadores da Imprensa, e para o Povo Português de um modo geral avulta a existência da *Censura Militar*, nos primórdios ditatoriais, *civil*, [illegible] até aos últimos dias do regime defunto.

Foi um constante peso, um pesadelo, uma frustração. A informação objectiva que é devida à opinião pública e que é condição da sua formação [illegible] a gestão dos negócios públicos, a actividade política a todos os níveis, a própria criação intelectual foram durante longos anos, apagados [illegible], objecto de uma sistemática repressão [illegible] e de tesoura, de um obscurantismo [illegible] presença insultuosa [illegible] do acesso [illegible].

Não queremos voltar a essa [illegible]. Das conquistas do «25 de Abril» que [illegible] defendidas, a da abolição da *Censura* uma das mais importantes. Para a Imprensa, evidentemente. Para o País sem contestação possível. Somos dos que entendem que a liberdade tem como corolário a responsabilidade política, intelectual, cívica. O «D.L.» [illegible] uma Imprensa irresponsável, mas bate-se por uma Imprensa livre. [illegible] defesa da liberdade de Imprensa [illegible] combate comum dos trabalhadores da Imprensa, dos jornalistas, dos escritores, dos leitores. Todos [illegible] cidadãos de um País em mudança [illegible] em que a Imprensa seja o espelho [illegible]. Uma Imprensa livre.

(PÁG. 6)

Exigências dos retornados vão a Conselho de Ministros

A questão dos retornados deverá ocupar os debates do Conselho de Ministros, que se encontra reunido desde as 9.30 na residência oficial do Primeiro-Ministro em S. Bento.

O dr. Amândio de Azevedo, responsável governamental pelo sector dos retornados, deverá levar ao Conselho o conflito resultante do corte da verba destinada a subsidiar a alimentação em pensões e em restaurantes, a qual foi transformada numa verba única de três contos, igual ao montante do subsídio de desempregado e [illegible] agregado familiar, destinada à [illegible] própria das refeições.

O Conselho de Ministros deverá deliberar sobre o [illegible] da agenda [illegible] reivindicações dos retornados, que exigem [illegible] dos mesmos [illegible], um subsídio de [illegible] por cada filho, e quatro contos por cada [illegible] maior solteiro.

(PÁG. 7)

AÇORES E MADEIRA: A ESQUERDA PERSEGUIDA (Págs. 10/11)

Nacional

Política de A a Z

70 DIAS DE INTERVALO

Do próprio texto constitucional resulta este intervalo político e administrativo. Adiam-se decisões, aparam-se problemas, a máquina do Estado não tem direcção, os funcionários estão desinteressados. Espera-se o novo Governo. Na vida política as palavras são medidas, alongam-se as reticências, as diligências são discretas, é de regra a prudência. Espera-se saber quem será o novo presidente.

Este Governo não tem entusiasmo, não tem tempo já para concretizar o que tinha projectado, nem autoridade, força e oportunidade para ser eficaz. É um Governo intervalar, à espera de que a agonia do «provisório», nos ofereça da gestão pública uma versão que aspire a ser definitiva.

A vida nacional está suspensa da «eleição presidencial». Não que tenha sido errado separar os dois actos eleitorais criando, acaso sem completa consciência da sucessão dos acontecimentos, dois momentos políticos que se apresentam como complementares. Mas que, exactamente porque são complementares no plano institucional, poderão resultar contraditórios no plano político. Seria o caso de uma «maioria parlamentar» coerente não corresponder à «maioria eleitora do presidente», seria o caso de uma «indicação de voto à esquerda» a ser corrigida, ou claramente contrariada, por uma «eleição presidencial» na qual se manifestasse uma concentração de votos desfiguradora da tendência expressa na «eleição legislativa». Este problema não é imaginário. E a possível gravidade acentua-se pela circunstância de o Presidente da República ser eleito por sufrágio universal directo e secreto. Assim, o Presidente da República recolhe uma autoridade directa, cujo carácter suprapartidário pode ser invocado, cuja qualidade de «mandato nacional» pode ser proclamada. E quando o capitão Sousa e Castro, desiludindo os jornalistas, disse ontem que o Conselho da Revolução não propunha um candidato, teria em mente a necessidade de evitar uma atitude que acabasse por favorecer uma única candidatura e que retirasse a iniciativa a quaisquer sete mil e quinhentos cidadãos no pleno uso dos seus direitos.

O CONSELHO DA REVOLUÇÃO E A ELEIÇÃO PRESIDENCIAL

A própria circunstância dos nomes de vários membros do Conselho da Revolução serem citados como possíveis candidatos à Presidência da República, e a evidência de que tanto o general Ramalho Eanes como o almirante Pinheiro de Azevedo se consideram candidatos potenciais dificulta um consenso no Conselho da Revolução. Por outro lado, haverá que considerar a pública «desistência» do brigadeiro Pires Veloso e o movimento que se desenha a favor de uma candidatura do general Francisco da Costa Gomes que conta com apoios civis e em certos meios militares, designadamente nos oficiais subalternos das guarnições da província. Preservar a unidade das Forças Armadas deverá ser a primeira preocupação do Conselho da Revolução. Todavia, existem indícios de que essa tarefa não será fácil nestes setenta dias de intervalo entre as «eleições legislativas» e as «eleições presidenciais». Poderão apresentar-se, ou persistir, hipóteses militares exteriores ao Conselho da Revolução. Os factos são, aliás, do domínio público: há quem pense numa candidatura de Otelo Saraiva de Carvalho e o general Carlos Galvão de Melo, cuja candidatura ainda não foi apoiada por qualquer partido político, mantém-se não só à disposição do País em geral, como ao serviço do P. S. em particular. Ao general Galvão de Melo, com efeito, é atribuída a afirmação sensacional de ser ele o homem de quem o P. S. carece. Cremos que apenas na chefia do Estado.

UM CANDIDATO COM ESPÍRITO DE PERSEVERANÇA

Tendo perdido algumas probabilidades a candidatura do almirante Pinheiro de Azevedo, em virtude dos acontecimentos que ocorreram quando da «cimeira socialista» do Porto; Tendo ficado marginalizado pelas diligências em curso do P. P. D. e do P. S. e que puseram em foco o general Ramalho Eanes; tendo ficado absorvido pela condução, sem especial brilho e certamente cansativa, dos negócios governativos, o Primeiro-Ministro, almirante Pinheiro de Azevedo, mantém corajosamente — mas com reduzido eco político — a sua disponibilidade presidencial.

Não deverá ser esta minimizada. Na correlação político-militar, afastadas as hipóteses que contemplaram oficiais da Força Aérea, tendo assumido um cariz oposicionista a candidatura do general Galvão de Melo, a Armada poderá ter uma palavra a dizer: uma palavra de desempate. E essa eventualidade não a devemos considerar afastada completamente dado que se concretiza a possibilidade de diferentes candidaturas à Presidência da República.

UMA CANDIDATURA CIVIL

Novamente tem sido referido o nome de Henrique de Barros. E até em meios militares. Se as hipóteses político-militares do tipo Melo Antunes e Costa Brás não merecerem o apoio dos «nove» e dos «operacionais», se o general Ramalho Eanes empenhado em manter o equilíbrio nos altos organismos do Exército, a não preferir, teremos uma candidatura militar que não será única. Não está garantido que a concorrência entre militares para um posto civil não venha a ter consequências políticas no seio das Forças Armadas. Cresce, por isso mesmo, o número de portugueses que voltam a considerar a vantagem de uma candidatura civil. Esse tem sido um tema de discussão de direcções políticas, de militares e de militantes.

SEGUNDO O M.D.P./C.D.E.

Quem é o presidente ideal

. . Apreciando a actual conjuntura política o M. D. P. / C. D. E. considera que «um militar do Movimento das Forças Armadas, profundamente identificado com o espírito libertador do 25 de Abril, garantia da sua firmeza como democrata e antifascista, com larga experiência política e acção consequente ao longo de todo o processo de democratização do nosso País, prestigiado nacional e internacionalmente, seria o candidato susceptível de recolher um vasto sufrágio popular.»

. Um tal candidato, afirma-se num documento emanado da Comissão Nacional do MDP/CDR assegurará a indispensável coesão das Forças Armadas «entendida na perspectiva de uma indestrutível aliança com as massas populares» factor que aquele Movimento considera essencial para o cumprimento da sua «missão histórica» de garantirem o regular funcionamento das instituições democráticas «e as condições que permitam a transição para a democracia e o socialismo, tal como impõe a Constituição.»

. Na perspectiva do M. D. P. os resultados das últimas eleições constituem uma nova vitória popular na consolidação do regime democrático.

«Com a sua votação claramente de esquerda, o eleitorado ratificou o voto que em 25 de Abril de 1975 deu à elaboração de uma Constituição progressista, plebiscitou as grandes conquistas populares que mais profundamente marcam o sentido da nossa Revolução e manifestou o inequívoco desejo de defender as liberdades democráticas e as condições de transição para uma sociedade socialista.»

. Referindo-se ainda ao «sentido progressista» do voto popular neste 25 de Abril, o M. D. P. afirma que ele «impõe que no caminho da institucionalização da democracia no nosso País surja a figura de um Presidente da República, saído das próximas eleições presidenciais, capaz de congregar a vontade dos portugueses na concretização das grandes linhas que a Constituição nos aponta e cuja prática possibilita.»

. Nestas condições particularmente difíceis da conjuntura política portu guesa o M. D. P. / C. D. E. preconiza um candidato «com grande sentido de equilíbrio político e ponderação que dê garantias de seguir uma política progressista, de acordo com o texto constitucional e o sentido na votação nas eleições para a Assembleia da República.»

Comité Central do M.E.S.

"Democracia burguesa não tem viabilidade em Portugal"

«A democracia burguesa não tem viabilidade em Portugal e a médio prazo as reais alternativas de classe, regime autoritário fascizante ou caminho para o socialismo voltarão a colocar-se claramente» — lê-se num texto da Comissão Política do Comité Central do MES, sobre os resultados das eleições legislativas e sobre a política actual. Sobre o resultado das eleições «A direita foi derrotada claramente — diz o texto.

— O povo votou contra o fascismo. Mas isso não significa que a esquerda tenha triunfado, como demagogicamente têm proclamado todas as forças reformistas. Nem tão pouco significa que a ameaça fascista tenha sido varrida. Com efeito, não será na Assembleia da República que o fascismo será derrotado.» Sobre a situação política actual e ainda em relação aos resultados eleitorais: ela «mostra-nos — diz a organização — que a ameaça fascista se mantém e aponta-nos o caminho do fortalecimento da organização da resistência popular e do reforço da unidade da classe operária e do povo, pela retomada da ofensiva do Poder Popular a caminho de uma sociedade nova: socialista e independente.»

. O MES analisa as votações obtidas pelos diversos partidos, começando por aqueles a que chama «partidos fascistas e fascizantes» (CDS, PPD, PDC, PPM, AOC e PCP (m-l). «A expressão eleitoral dos partidos fascistas e fascizantes, apesar de ter ficado longe da expectativa da direita que esperava tirar mais proveito eleitoral da histeria anticomunista e dos erros de sucessivos governos provisórios de conciliação, dá-nos razão quando apontamos que a alternativa burguesa para Portugal é o fascismo, adaptado aos nossos dias, isto é, um regime fortemente autoritário com alguma fachada democrática. Dá razão às forças de esquerda revolucionária quando apontam como inimigo principal a combater a ofensiva burguesa e o avanço da direita. Apesar da bazófia eleitoral de Sá Carneiro e Freitas do Amaral ter sido desmentida pelos números que expressam uma afirmação de repúdio popular da opção fascista, confirmam as nossas posições de combate intransigente pela unidade dos revolucionários, da classe operária e do povo, no terreno fundamental da luta de massas, única condição para enfrentar com êxito a ameaça real do fascismo. Apontam-nos o caminho da construção de uma frente antifascista e anticapitalista.»

. Sobre os resultados obtidos pelo PS: «os resultados do PS, apesar das suas perdas relativas, expressa um muito importante peso eleitoral que se explica pela influência que ainda detêm na pequena-burguesia, que, não tendo sido hegemonizada pela classe operária na fase da ofensiva popular de massas, antes do 25 de Novembro, também não aderiu à alternativa fascizante, mantendo posições oscilantes que, no entanto, só temporariamente poderão ser recolhidas pelas forças democráticas e por uma política de conciliação como a do PS.»

. Quanto ao PCP: — «O reforço relativo da votação PCP reflecte a influência reformista sobre as massas populares. Apenas conseguindo recolher significativamente votos do MDP/CDE no sul (e provavelmente votos do PS também no sul).»

. O MES acusa o PCP de ter «debilitado a expressão eleitoral da esquerda revolucionária» através da campanha do «voto útil» e da «maioria de esquerda».

Enfim, «a crise política permanece em aberto — sustenta a organização. — A situação política criada depois destas eleições deixa em aberto a crise na medida em que o novo quadro em que ela se desenvolve torna o golpe fascista ou de extrema-direita inviável a curto prazo ao mesmo tempo que não criou as condições para que qualquer partido imponha as suas soluções aos outros.»

MAIS QUATRO DEPUTADOS

Resultados da emigração são hoje conhecidos

. Vai realizar-se hoje, em dependências do Ministério da Administração Interna, na Av. D. Carlos I, a contagem dos votos respeitantes à emigração e que foram enviados pelo correio até ao dia 25 de Abril. Relembra-se que os dois círculos da emigração vão eleger 4 deputados, dois pelos emigrantes na Europa e outros dois pelos emigrantes residentes fora da Europa. Embora a maior parte dos partidos políticos tenham concorrido pelos círculos da emigração, os resultados eleitorais não devem, de maneira nenhuma favorecer os partidos de esquerda, tal como aconteceu no ano passado. Para além de dificuldades económicas, os partidos de esquerda defrontaram-se ainda com dificuldades suplementares, ligadas à impossibilidade de fazerem propaganda política eleitoral nos países de maior emigração portuguesa.

Assim, o Brasil proibiu todas as actividades políticas de estrangeiros no seu país, mesmo as relacionadas com actos eleitorais nos países de origem dos emigrantes (se bem que não impeça nem deixe de dar cobertura às actividades de Spínola), e a social-democrática Alemanha Federal impediu a entrada, por pôr em perigo a segurança interna do país, do candidato a deputado do P. C. P. pelo círculo da emigração (Europa), ao mesmo tempo que a maioria dos órgãos de Informação daquele país alimentou durante todo o ano uma campanha de calúnias contra a revolução e as forças progressistas portuguesas.

Entretanto e a propósito de algumas informações recentemente vindas a público sobre a seriedade com que teria decorrido o apuramento provisório realizado pela Norma, o Ministério da Administração Interna emitiu uma nota em que salienta que os resultados das eleições foram apurados não só pela Norma como também pelo Centro de Informática do Ministério da Justiça e pela Direcção da Arma de Transmissões do Ministério do Exército «tendo-se verificado a sua perfeita identidade sendo tal objecto de adequado controlo pela Comissão Nacional de Eleições».

Em ALJUSTREL o DIARIO DE LISBOA vende-se no CAFÉ ALIANÇA

C.E.E. EMPRESTA 276 MILHÕES

BRUXELAS, 5 — (ANOP e R) — Os ministros dos Negócios Estrangeiros da Comunidade Económica Europeia decidiram conceder a Portugal um empréstimo de 276 milhões de dólares, ao longo de cinco anos, a juros reduzidos.

Os 276 milhões de dólares vêm adicionar-se aos 180 milhões que a C.E.E. prometeu a Portugal, em Outubro passado, a título de auxílio de emergência.

As verbas previstas para além das somas atribuídas a Portugal e à Jugoslávia eram, para a Grécia e a Turquia, de 360 milhões de dólares cada, devendo os restantes 450 milhões ser repartidos entre os países árabes, Israel e Chipre. O apoio financeiro a Israel, pelo menos nesta fase, não tem o consenso da C.E.E., particularmente da França.

Em SILVES o DIÁRIO DE LISBOA vende-se no CAFÉ D. SANCHO I

Entrevista

Samora Machel ao "Monde"

René Lefort

"A nossa luta de classes visa criar um homem novo"

Os dirigentes de Moçambique parecem resolvidos a auxiliar directamente os movimentos de libertação da África Austral e a convencer à tese do recurso à força alguns dos seus vizinhos até agora adeptos do diálogo. É nesse contexto que é necessário situar as recentes declarações de Kenneth Kaunda, presidente da Zâmbia, que por ocasião da sua visita a Maputo, incitou os africanos a unirem-se contra os regimes minoritários brancos da Rodésia e da África do Sul.

A estadia na União Soviética de uma missão chefiada pelo ministro moçambicano da Defesa, Alberto Chipenda, que foi recebido pelo marechal Gretchko, seu homólogo soviético, mostra a preocupação da equipa governamental moçambicana em, diversificar as suas fontes de fornecimento de armas. Com efeito, durante a guerra colonial, os grandes fornecedores de armamento à Frelimo foram os chineses. René Lefort perguntou a Samora Machel como definia o seu regime e que papel atribuía a Moçambique na evolução que está a decorrer na África Austral.

Em que forças se apoia para governar Moçambique e que resistência encontra?

—**A força do processo revolucionário reside, como sempre o temos dito, na aliança entre operários e camponeses. É uma frente ampla de todos os trabalhadores que, directa ou indirectamente, como na ciência ou nos serviços de Estado, produzem bens materiais e nada têm.**

«A burguesia colonial acumulou uma grande fortuna através da exploração brutal e do sistema repressivo. Ela existia devido à guerra colonial, à PIDE e aos massacres. O sistema colonial arrastou-a na sua queda. Desacreditada devido à sua atitude passada, abandonou na maioria o país, tentando deixar os bens a gerentes.

«A pequena e média burguesia moçambicana, trinta mil pessoas no máximo, é de criação muito recente. Ela surgiu quando Caetano, vendo a guerra colonial perdida, tentou demagogicamente misturar à burguesia colonial africanos a quem dava migalhas, por exemplo a possibilidade de comprar pequenas casas. No melhor dos casos tornavam-se «evoluídos», porque não podiam ser mais do que intermediários: se se tivessem formado em burguesia nacional, tornar-se-iam adversários e concorrentes da burguesia colonial fascista que governava.

«Nessa altura só havia duas forças: a Frelimo e o colonialismo. Ao tentar criar essa terceira força, Caetano estava certo de arranjar um adversário da Frelimo, a quem esperava abandonar o poder.

«Na sua essência, a burguesia moçambicana não tem pois nenhum poder económico. Ela nem mesmo teve a possibilidade de possuir a mínima importância agrícola ou industrial. Só é burguesia pela sua vocação de seguir as pisadas do patrão. Admira a cultura do colonizador, ignorando que temos a nossa própria cultura. É pois uma burguesia sem personalidade, e, nessas condições, pergunto a mim mesmo se ela pode resistir.

— **Portanto, a luta contra a burguesia é, antes de mais, ideológica?**

— Sim!

—**Continua a fazer uma diferença entre as antigas zonas libertadas e as zonas sob domínio português, entre as cidades e o campo? Porquê?**

— As zonas libertadas, foram libertadas da exploração colonial. Mas foram-no também da superstição e da alienação dos homens a forças sobrenaturais. A principal qualidade da revolução é para nós, a transformação profunda da sociedade e das mentalidades, o estabelecimento de relações de amor entre os homens, através de dois meios essenciais: a predominância dos valores colectivos e a libertação da iniciativa criadora. Essas conquistas revolucionárias devem ser levadas para todo o país, em especial para as cidades.

— **Qual é o tipo de desenvolvimento económico em que deseja ver enveredar Moçambique?**

— Escolhemos a agricultura como base desse desenvolvimento porque ela exige poucos investimentos, e porque temos uma experiência certa nesse domínio, adquirida nas regiões libertadas, e ainda porque assim podemos chegar depressa a resultados que irão resolver os problemas imediatos das populações: alimentação e vestuário. Mas consideramos a indústria como elemento motor. O crescimento da produtividade agrícola depende dela. A indústria pesada, pode, ao utilizar os imensos recursos naturais do nosso país, colocar as bases da nossa prosperidade e garantir a nossa independência nacional.

— **Deseja então romper com os circuitos económicos ocidentais?**

— É um longo processo. Mas a nossa tarefa essencial é a não-dependência. Desejaríamos estabelecer uma cooperação, tanto com os países socialistas como com os países ocidentais. Queremos romper com a dependência que vem do auxílio.

— **Que modelo de poder quer estabelecer, para atingir esses objectivos políticos e económicos?**

— Suponha que pergunta a um camponês, a um combatente de base, contra o que foi que lutou: contra o colonialismo ou contra o capitalismo? Em dez anos de luta armada, ele não os diferenciou. Ao rejeitar o colonialismo, o nosso povo rejeitou o capitalismo. Definimos a «democracia popular» como a etapa actual da edificação do poder da aliança operários-camponeses, que exige uma sociedade em que os meios essenciais de produção sejam colectivizados, e em que as classes trabalhadoras dominem o Estado, a economia, a ciência e a cultura.

— **E essa etapa exige à Frelimo uma mão de ferro?**

— Não há nenhuma classe que se suicede como classe. É preciso combatê-la e destruí-la. Este combate exige à Frelimo uma luta constante, firme, uma purificação a fim de estabelecer uma ruptura. Há divórcio e incompatibilidade e não coexistência, entre a classe exploradora e os trabalhadores. Essa luta de classes exige a criação de um homem novo, e o homem novo nasce do combate. Luta de ideias, luta constante para eliminar o velho e para que o novo possa sobreviver. Através da libertação constante da iniciativa criadora, fazemos nascer esse homem novo que liquidará a contradição entre o cérebro e a mão. Não pode haver uma separação entre ambos.

— **Qual pode ser actualmente o papel dos portugueses em Moçambique?**

— Os portugueses que vivem em Moçambique não são moçambicanos. Os moçambicanos que vivem em Portugal não são portugueses. Ora o papel dos estrangeiros em Moçambique pode ser importante mas deve ser secundário, porque são os moçambicanos quem deve ter o papel decisivo. A amizade entre os nossos dois povos exige a destruição do colonialismo. Mas exige ainda mais a destruição das sequelas do colonialismo.

«Os portugueses de Moçambique devem pois aceitar o fim dos seus privilégios de colonos e abandonar a ideia de que ainda vivem no sistema passado. Quanto aos que pensam que lhes é impossível viver hoje em Moçambique sem esses privilégios, a presença deles é indesejável. É por isso que assistimos a uma partida maciça dos portugueses de Moçambique.

— **Já declarou que a sorte da revolução africana se jogava em Angola. Que conclusões tira da vitória do MPLA?**

— Antes de mais, essa vitória consolida as forças progressistas na África e mostra que o imperialismo já não pode intervir como quer.

«Em segundo lugar, essa vitória consagra o direito dos povos a escolher livremente o sistema político, económico e social que lhes convém. Essa escolha não depende das potências imperialistas.

«Em terceiro lugar, essa vitória revelou a dimensão agressiva e expansionista da África do Sul e reduziu a cinzas o mito da superioridade militar. A própria África do Sul criou as condições para um desenvolvimento da luta na Namíbia, onde estagnava. Incendiou Angola. Levou o incêndio ao seu retiro, na Namíbia. E se continuar a agredir outros povos, será a mesma coisa: será atacada por todo o lado.

Samora Machel durante os anos da guerra de libertação

A GUERRA NA RODÉSIA SERÁ LONGA

— **Que tipo de luta devem realizar, a seus olhos, os nacionalistas rodesianos?**

— Reina ainda hoje uma grande confusão, quanto à definição correcta do inimigo. Ainda se raciocina em termos de brancos que dominam os pretos. Só uma guerra popular pode definir o inimigo sem ser em termos de cor ou de raça. Todos os rodesianos, pretos e brancos, descobrirão então que esse combate é uma luta das classes que opõe os exploradores aos explorados, os opressores aos oprimidos, que essa guerra é uma guerra de libertação que deve libertar não só os homens mas também as mentalidades.

«O problema essencial na Rodésia é hoje o da descolonização mental, do fim do complexo de superioridade dos brancos e do complexo de inferioridade dos pretos. Por outro lado, a guerra popular, ao unir as massas e os combatentes, permite a elaboração de um pensamento comum. Desse pensamento comum nasce uma definição do alvo e dos objectivos, e uma equipa dirigente. Por fim, as zonas libertadas que a guerra popular vai criar, assegurarão a edificação das novas bases em que o futuro Estado será construído, e o nascimento de um novo tipo de relações entre os homens. Essa guerra, que se tornará popular, será longa.

Que sentido dá à sua política de não alinhamento?

— Concebemos o não-alinhamento como a constituição por todos os Estados que não fazem parte dos blocos militares, de uma ampla frente anti-imperialista. Uma frente dos Estados pequenos e médios, que se unem a fim de impor a igualdade nas relações internacionais, e o seu direito de utilizar, em proveito das suas massas laboriosas, os recursos do seu país. Queremos um não-alinhamento activo.

— **Já declarou que a Frelimo cresceu de crise em crise. São inevitáveis outras crises?**

— A crise é permanente. Só ela nos permite avançar e distinguir o que é correcto do que é errado. A luta trava-se entre os que querem servir o povo e os que querem servir os seus interesses pessoais. A luta de classes é inevitável e permanente. Só ela permite liquidar os velhos esquemas e tanto o tradicionalismo como a anarquia.»

© («Le Monde»)

VARGAS LLOSA POLÉMICO

"CRISE DA ESQUERDA NA AMÉRICA LATINA LEVA A GRAVES ABERRAÇÕES"

ROMA, 5 — (I.P.S.) — «Não me interessa nenhum tipo de progresso económico e social que tenha de ser pago com uma ditadura» — declarou **Mário Vargas Llosa** numa entrevista concedida ao diário romano «La Republica»

«A crise da esquerda na América Latina leva a graves aberrações» — acrescentou o romancista peruano. «Ela chegou a inventar, no caso do Panamá, o «progressismo» do general Omar Torrijos, que afinal de contas é um representante típico desse mundo repressivo e autoritário dos militares latino-americanos, o qual está a reforçar o seu poder no Uruguai, Chile, Brasil, Bolívia e Argentina.»

«Desta crise» — defendeu Vargas Llosa — «a América Latina não poderá sair pelas vias indicadas pela esquerda. A via não é a luta armada, que, já se viu leva à autodestruição da esquerda.»

Vargas Llosa está em Itália para ajudar o maestro Stelvio Cipriani na criação da banda sonora de um filme tirado do romance «Pantaleão e as Visitadoras».

Respondendo às críticas que o acusam de haver feito demasiadas concessões à sociedade de consumo, o escritor disse que nunca sentiu a pressão dos editores.

«No 'Pantaleão'» — afirmou — «eu, que sou alérgico ao humorismo na literatura cheguei a ele por exclusão de partes. A princípio queria escrever um romance sério e grave. Como sempre. Mas a coisa não era verosímil desse modo. Assim decidi-me por uma versão levemente irónica. Mais tarde dei-me conta de que também não funcionava e acabei por descobrir que a história de «Pantaleão» exigia um humor vulgar, grosseiro, sem matizes, tal como é na realidade o espírito dos quartéis.»

EVA

grande cabeleireiro de senhoras EVA, lda.

manicuras, pedicuras, esteticistas, massagistas, sauna, boutique e um simpático serviço de refeições ligeiras e cafetaria.

É UM CABELEIREIRO PARA AS SENHORAS QUE TÊM POUCO TEMPO E QUE QUEREM GASTAR POUCO DINHEIRO

Pr. Marquês de Pombal, 1 e R. Camilo Castelo Branco, 23
LISBOA

Geral

NO DIA 8 DE JUNHO

R.P.A. julga treze mercenários

LUANDA, 5 — (ANOP, F.P. e R) — O julgamento dos mercenários capturados em Angola iniciar-se-á publicamente no dia 8 de Junho próximo, anunciou ontem, numa conferência de Imprensa, Diógenes Boavida, ministro da Justiça da República Popular de Angola.

O ministro angolano reafirmou que os réus comparecerão perante «o Tribunal Popular Revolucionário — exclusivamente angolano e de acordo com leis angolanas, em obediência estrita ao condicionalismo legal existente».

E acrescentou que os arguidos terão «amplas garantias de defesa, podendo até constituir livremente os defensores que bem entenderem».

A O. U. A. — revelou o ministro — já manifestou, através do seu secretário-geral, desejo de fazer-se representar no julgamento. O Governo angolano, por seu lado, já respondeu de modo satisfatório à atitude da O. U. A., e os representantes da Organização da Unidade Africana estarão presentes como observadores.

Interrogado quanto aos factos de que os réus serão acusados, Diógenes Boavida indicou que a instrução do processo não estava ainda concluída. Acrescentou que os réus serão julgados caso por caso e não globalmente.

Interrogado a respeito dos soldados sul-africanos detidos na R. P. A., o ministro disse que os inquéritos em curso determinariam as acusações de que serão alvo. Se forem considerados mercenários, serão julgados como tais.

O Tribunal Popular Revolucionário anteontem instituído é formado por cinco juízes designados por decreto. A sua competência diz respeito aos «crimes contra o povo angolano e sua unidade, atentados à soberania nacional e territorial da R. P. A., atentados aos direitos constitucionais do povo, do Estado e do Movimento Popular de Libertação de Angola», bem como aos «crimes de guerra e crimes contra a humanidade».

Trata-se de um tribunal exclusivamente angolano. Quanto à formação de um «Juri Livre Internacional», previsto para proceder a um «julgamento moral e político» relativamente à acção dos mercenários, Diógenes Boavida precisou que a R. P. A. tinha decidido, formar uma «Comissão Internacional de Inquérito» acerca dos mercenários. Esta comissão terá por objectivo estudar o fenómeno do mercenato, suas causas, seus efeitos, as formas de recrutamento, etc. Será formada por um certo número de personalidades de todo o Mundo. Assistirá ao julgamento e poderá assim, declarou Diógenes Boavida, certificar a sua legalidade.

Em resposta a uma pergunta de um jornalista, Diógenes Boavida fez notar que a lei angolana não exclui a pena de morte. Precisou que o julgamento do próximo 8 de Junho será apenas de um primeiro grupo de 13 mercenários, o que leva a pensar que outros poderão ser julgados ulteriormente.

Entre os mercenários que vão ser julgados, conta-se o conhecido Costas Georgiu ou «Tony Callan», britânico, nascido em Chipre, de 25 anos de idade. Os treze homens (nove britânicos, um irlandês e três norte-americanos) têm idades compreendidas entre os 35 e os 21 anos.

R. P. A. NA O. M. S.

GENEBRA, 5 — (R.) — A República Popular de Angola tornou-se ontem o 151.º membro da Organização Mundial de Saúde (OMS). Foi admitida por aclamação, sem escrutínio, na assembleia anual desta agência especializada das Nações Unidas.

O delegado de Portugal, que exprimiu o seu «grande prazer», manifestou a esperança de que as relações do seu país e de Angola no campo da saúde «sejam mantidas e até desenvolvidas».

SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS INDUSTRIAS DE PANIFICAÇÃO E PRODUTOS ALIMENTARES AFINS DO DISTRITO DE LISBOA

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA
DIA 9 DE MAIO

CONVOCATÓRIA

Uma vez que já se encontra concluída, depois de ampla discussão havida, a proposta contratual a apresentar ao patronato para negociações até ao próximo dia 12 de Maio, convoco uma Assembleia Geral Extraordinária para o próximo dia 9 de Maio, pelas 09.30 H. na Sociedade Filarmónica Alunos de Apolo, Rua Silva Carvalho n.º 225, Lisboa, com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:

1. Apresentação da proposta definitiva de C.C.T. a apresentar para negociações;
2. Estruturação de formas de luta a utilizar (se necessário) durante as negociações

COMPARECE!

SÓ COM A TUA PARTICIPAÇÃO ACTIVA PODEREMOS AVANÇAR!
SÓ UNIDOS E FIRMES VENCEREMOS!

Lisboa, 27 de Abril de 1976

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Arão das Neves Ribeiro

Finalmente amanhã «VIDA MUNDIAL» reaparece, remodelada

Dirigida por:
NATÁLIA CORREIA

Mais 18 mil portugueses vão sair de Moçambique

Eleva-se a 18 000 o número de portugueses que nos meses de Maio a Julho abandonarão Moçambique. Esta previsão, apontada à Anop por um informador do Ministério da Cooperação, não é, no entanto, rigorosa, já que os serviços consulares de Portugal em Moçambique continuam a atender pessoas que pretendem deixar aquele país, neste trimestre.

Segundo a mesma fonte, estima-se em 10 000 o número de cidadãos portugueses residentes em Moçambique, que, nos últimos três meses regressaram a Portugal. Muitos indianos nascidos no antigo Estado da Índia e seus descendentes, estes naturais de Moçambique, chegaram igualmente a Portugal durante este período.

Portugal e Roménia: aprovado acordo de navegação

Foi aprovado, por decreto-lei do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o acordo entre Portugal e a República Socialista da Roménia sobre navegação mercante, que procura aprofundar as relações económicas e de cooperação entre os dois países.

O acordo exclui navios de guerra, outras embarcações quando em serviço das Forças Armadas, navios de pesquisa e embarcações de pesca, e entrará em vigor por um período de cinco anos, automaticamente renovado por períodos de um ano.

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37 e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Vagos, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa, a que se refere o processo 8/57552, arquivo 4, para o estabelecimento de uma linha aérea a 15 kV, com 1214 metros, do apoio n.º 8 da linha para o Posto de Transformação de Lombomeão, ao Posto de Transformação de Quintã II da Câmara Municipal de Vagos, na freguesia e concelho de Vagos.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 26 de Abril de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei N.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37 e na Secretaria da Câmara Municipal do concelho de Vagos, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa, SARL, a que se refere o processo 8/57551, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de Calvão, concelho de Vagos, de uma linha aérea a 15 kV, com 828 metros, do apoio n.º 8 da linha para o Posto de Transformação de Fonte de Angeão, ao Posto de Transformação de Canto de Calvão da Câmara Municipal de Vagos.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na Secretaria daquela Câmara Municial, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 26 de Abril de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

EXPOSIÇÃO ENTREGUE AO P.R.

"Quem vai responder pelos crimes do Tarrafal?"

. «Não fomos nós, resistentes antifascistas e militantes do movimento operário que o regime fascista do chamado *Estado Novo* deportou para o Campo de Concentração do Tarrafal, na Ilha de Santiago, do arquipélago de Cabo Verde, as únicas vítimas do fascismo. Não esquecemos os resistentes antifascistas e os militantes do movimento operário, os patriotas, as mulheres e os homens amantes da liberdade, da democracia e da paz que nas diferentes cadeias da polícia política do regime fascista — no Forte de S.João Baptista (Angra do Heroísmo), no Porto, em Peniche, na Trafaria, em Caxias, no Aljube, nas esquadras da P.S.P. e nos próprios antros da P.I.D.E./D.G.S. — purgaram o crime de defenderem os seus direitos e de viverem fieis aos seus ideais» — assim principia a exposição que os sobreviventes do campo de concentracão do Tarrafal endereçaram ao Presidente da República, protestando «firme e indignadamente contra o escândalo das libertações de agentes da ex-P.I.D.E./D.G.S.» e contra «as incompreensíveis demoras no apuramento e concretização de responsabilidades e no respectivo processamento judiciário».

«UM CRIME QUE PEDE JUSTIÇA»

Acentua-se na exposição que «entre as vítimas do regime fascista de Salazar e Caetano (...) os encarcerados no Campo de Concentração do **Tarrafal, onde imperou um regime duríssimo de trabalhos** forçados e de violências que tinham em vista e tiveram por resultado a supressão física do maior número possível de democratas» constituem «uma reserva muito especial de experiências e de sofrimento».

Esclarece-se na exposição que «o Tarrafal não era uma prisão qualquer, mas um campo de concentração cópia fiel dos campos nazis, que tinham por fim suprimir fisicamente os adversários da ditadura fascista. O trabalho forçado, a tortura e a falta deliberada de assistência médica, de que o maior responsável era o próprio médico, Esmeraldo Pais Pratas, foram a causa directa da perda de muitas vidas».

E mais adiante:

«A existência do Campo do Tarrafal foi um crime de carácter especial, dentro do crime mais geral que foi no nosso País a existência do próprio **fascismo. E esse crime, como** não podia deixar de ser, pede justiça, uma justiça que só existirá quando forem julgados e punidos, em tribunais regulares, os responsáveis por esses crimes.

OS MORTOS PELOS FASCISTAS

«Somos, com efeito — acentua-se ainda —, os sobreviventes de umas centenas de portugueses que foram enviados como deportados para a ilha de Santiago, para esse local à beira da Vila do Tarrafal, sem as mínimas condições de instalação e de sanidade, para que no clima inóspito, longe dos familiares, separados dos amigos, companheiros e camaradas, isolados do Mundo, pela indiferença passiva ou pela violência activa dos seus sicários, o regime nos suprimisse ou arruinasse. E, em larga medida, conseguiu-o. Muitos, quase todos, presos no Tarrafal regressaram profundamente diminuídos na sua capacidade física, marcados pelas doenças, pelos maus tratos, sofrimentos e longos anos de deportação. Alguns de nós passaram lá cerca de 18 anos. O Campo do Tarrafal, como se sabe, existiu de 29 de Outubro de 1936 até Janeiro de 1954.

A exposição menciona (como não podia deixar de ser) «aqueles que foram assassinados pelos fascistas».

Eis os seus nomes:

. Augusto da Costa, Abílio Augusto Belchior, Cândido Alves Barja, Francisco José Pereira, Pedro de Matos Filipe, João Dias, Mário dos Santos, Castelhano, António Guedes de Oliveira e Silva, Albino António de Carvalho, Bento Gonçalves, Francisco Domingos Quintas, Rafael Tobias, Arnaldo Simões Januário, Francisco Esteves, Alfredo Caldeira, Fernando Alcobia, Jaime de Sousa, Albino Coelho, Jacinto de Melo Faria Vilaça, Casimiro Ferreira, Ernesto José Ribeiro, Damásio Martins Pereira, António de Jesus Branco, Henrique Vale Domingues, Paulo José Dias, Joaquim Montes, Manuel Alves dos Reis, Francisco Nascimento Gomes, Edmundo Gonçalves, Manuel da Costa, Joaquim Marreiros e António Geurra.

A delegação que ontem esteve em Belém

TRABALHADORES DA PHILIPS

(DIVISÃO INDUSTRIAL – CARNAXIDE)

MOÇÃO

«Os Trabalhadores da Divisão Industrial da Philips Portuguesa, reunidos em Plenário no dia 3/5/76 repudiam energicamente e manifestam a mais profunda indignação pelos atentados terroristas que impunemente se continuam a verificar, desde atentados pessoais contra militantes revolucionários como foi o caso de Vila Real, até à recente destruição de sedes de partidos progressistas como foi o caso do engenho colocado há dois dias junto à sede do P. C. P. em Lisboa, enquanto por outro lado, forças reaccionárias manobram sem entraves à luz do dia, enquanto se soltam pides e outros inimigos do Povo, enquanto se estimula o regesso dos patrões e se idemnizam capitalistas, enquanto se põe em causa a Reforma Agrária e se saneiam trabalhadores progressistas, enquanto o custo de vida continua a subir atingindo principalmente as classes mais desfavorecidas. Exigimos do Governo uma acção firme para que a Liberdade conseguida no 25 de Abril seja efectivamente a porta de entrada para a sociedade socialista, onde a esmola e a caridade sejam substituídas pela justiça, pela igualdade e pela fraternidade entre os homens.»

Carnaxide, em 3 de Maio de 1976

Esquadra da N.A.T.O. larga amanhã do Tejo

. A NATO que mais uma vez, por concincidência de que nos fizemos eco, efectuou manobras na costa portuguesa, deu ontem conferência de Imprensa a bordo do navio-almirante da sua Esquadra Permanente no Atlântico.

Trata-se das habituais sessões destinadas a atenuar a impopularidade deste tipo de demonstrações bélicas que não servem de modo algum os interesses de pequenos países como o nosso.

O porta-voz foi o comandante da Stanavforlant, que informou não haver mais manobras desta esquadra, nos próximos meses junto da costa portuguesa, admitindo, no entanto, a hipótese de outros exercícios de iniciativa de qualquer outro país membro da NATO.

Durante a conferência de Imprensa a bordo do «Isaac Sweers», e relativamente à coincidência entre a data dos exercícios e as eleições portuguesas, o comodoro John Cox, afirmou que elas já estavam planeadas há dois anos, declarando que «qualquer país pode cancelar os exercícios que se realizam à sua porta, se o desejar.»

. O tema do exercício era a entrada e saída do Mediterrâneo através do estreito de Gibraltar de um comboio imaginário que a Stanavforlant escoltou. O comodoro Cox manifestou-se satisfeito porque o profissionalismo do grupo com quem trabalhou «foi bastante animador.»

O comandante da Stanavforlant revelou ainda que participaram no exercício cerca de 3000 homens e que a esquadra vai agora fazer manobras para outras paragens, precisamente o Mar do Norte, cinco dias após a saida de Lisboa, que se verificará amanhã.

Assembleia da República: primeira sessão ainda este mês

Deve realizar-se por todo este mês — provavelmente na segunda quinzena, apontando-se como provável que no dia 17 — a sessão inaugural da Assembleia da República. Cumprir-se-á deste modo o constante do Artigo 176.º da Constituição Política, onde se estabelece que a primeira reunião daquele órgão, por direito próprio reunirá no décimo dia posterior ao apuramento definitivo dos resultados do acto eleitoral.

Todavia, a actividade legislativa da Assembleia só deverá ter início a 15 de Outubro. Entretanto, até meio de Junho, o plenário de parlamentares reunirá em S. Bento para discussão do regimento. Posteriormente, e quando da eleição presidencial, o futuro Presidente da República poderá convocar um plenário da Assembleia para tratar da composição do Governo.

Outra notícia referente à Assembleia da República: Vasco da Gama Fernandes deverá ser o presidente, sucedendo assim ao prof. Henrique de Barros. O presidente deve ser do P.S., o partido mais representado.

PUB

SINDICATO DOS ENFERMEIROS DA ZONA SUL

Praça Marquês de Pombal, 6, 3.º D. — Lisboa

AOS ENFERMEIROS PORTUGUESES

Assistimos a mais uma machadada na união dos trabalhadores, dada pela burguesia representada no Governo:

O Ministério do Trabalho legalizou os estatutos do Pró-Sindicato chamado agora por força de lei «Sindicato Nacional dos Enfermeiros Diplomados» e fê-los publicar no «Diário da República» do dia 3-5-76 III Série.

Os governantes não desistem de dividir os trabalhadores, de lhe enfraquecer os seus Sindicatos criando Sindicatos paralelos para melhor governar, explorar os trabalhadores e atrasar o avanço das conquistas populares.

O Governo está apostado em não deixar levantar a cabeça dos enfermeiros portugueses do obscurantismo a que estiveram sujeitos durante 50 anos, através de todas estas manobras, mas os enfermeiros pela voz do seu Sindicato afirmam que estão dispostos a lutar pelos seus direitos de trabalhadores e estão desenvolvendo todos os esforços para impugnar os «ditos» estatutos mandados publicar pelo Governo que só defende os exploradores.

ENFERMEIRO, DISCUTE ESTE PROBLEMA, VEM AO TEU SINDICATO, ORGANIZA-TE NA LUTA CONTRA A DIVISÃO DOS TRABALHADORES

4-5-76

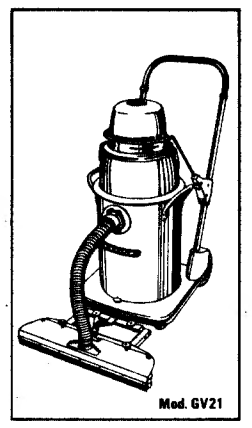
Pel' A Direcção

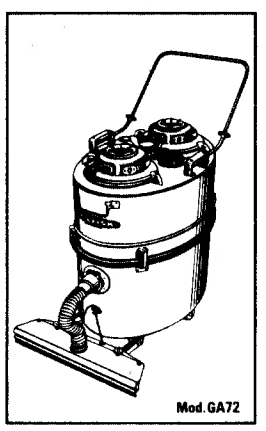
ASPIRADORES INDUSTRIAIS NILFISK

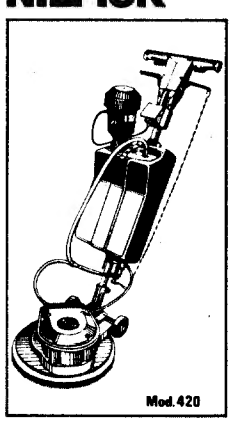
NA HIGIENE INDUSTRIAL E INSTITUCIONAL

• DAS INSTALAÇÕES
• DAS MÁQUINAS
• DOS MÓVEIS
• DOS PRODUTOS

UTILIZE NILFISK







NO ESTUDO DAS SOLUÇÕES

CONSULTE

NILFISK

ASPIRADORES INDUSTRIAIS E DOMÉSTICOS, LDA.

LISBOA — R. FÉLIX CORREIA, 8 · TEL. 78 83 31/78 99 55
PORTO — RUA DA CONSTITUIÇÃO, 2371 · TEL. 69 34 23

Nacional

PROCESSO CONTRA "D.L."

O juiz dr. Coelho Ventura rejeita a acusação e manda arquivar os autos

Publicamos hoje, na íntegra, um documento jurídico que põe termo a um processo no qual vinham acusados o Dr. António Ruella Ramos, director do «Diário de Lisboa», e o jornalista dos nossos quadros redactoriais Josué Augusto da Silva. Mais uma vez a Magistratura portuguesa assume honrosamente o respeito da liberdade de expressão e de informação. Subscreve o bem argumentado e douto despacho conclusivo, o Juiz do 6º Juizo Criminal (em serviço de turno) Dr. Coelho Ventura.

Este era o segundo de uma série de processos movidos contra o nosso jornal nos termos da Lei de Imprensa. Há dias três prestigiados juristas, os Drs. Luis de Carvalho Oliveira, Guilherme da Palma Carlos e Duarte Vidal pronunciaram-se sobre a latitude das disposições legais e designadamente sobre o Artº66 do Decreto-Lei Nº85-C/75, de 26 de Fevereiro, esse verdadeiro «caldeirão jurídico». Outros jornais estão sob a alçada de processos em curso. Enquanto prolifera uma Imprensa reaccionária, alienante, desmoralizadora e caluniosa, é sobre os jornais que se pautam por regras de responsabilidade profissional e cívica que se multiplicam perseguições judiciais que ameaçam converter-se, pela insistência numa metodologia de renovação da «censura» abolida em 25 de Abril de 1974. Como disse o Dr. Guilherme da Palma Carlos, nas declarações que prestou ao «DL»: «Nada tão parecido com impedir de publicar (censura prévia) como impedir de escrever (repressão «a posteriori»)».

Este jornal não se desviará do cumprimento do dever: informar com verdade, informar a verdade. Continuará a ser uma voz independente. Sabemos que devemos pagar um preço pela nossa independência de juízo e de crítica. E sem temor nos dispomos a subir as escadas da Polícia Judiciária e da Boa Hora. Mas é com íntima satisfação que verificamos que, como neste bem elaborado «despacho conclusivo», a lisura do nosso procedimento e a rectidão das nossas intenções são reconhecidas por um digno Magistrado.

A sentença

TRIBUNAL DA COMARCA

CONCLUSÃO

Em 14/4/976

Processo n.º 4962/76.

O Tribunal é competente e o processo o próprio, nao tendo sido arguidas nulidades, nem deduzidas excepções.

Ministério Público e arguidos são partes legítimas na presente «Acção Criminal».

O Ex.mo Magistrado do M. Público deduziu Acusação, a fs. 34 verso a 35 verso contra ANTÓNIO PEDRO PINTO DE RUELA RAMOS, advogado e Director do «Diário de Lisboa», e JOSUE AUGUSTO DA SILVA, jornalista do mesmo jornal, imputando, *ao segundo*, a autoria material de um crime previsto e punível pelos artigos 25.º, 26.º n.º 2, alínea a), e 66.º n.ºs 1, alínea g) e 5 do Decreto-Lei n.º 85-C/75, de 26 de Fevereiro, e, *ao primeiro*, a comparticipação, por cumplicidade, no aludido Ilícito Penal, ex-vi das disposições conjugadas dos mencionados preceitos legais, *porquanto*, segundo refere a Acusação, no seu número de 27 de Dezembro do ano findo de 1975 na segunda página, o periódico «Diário de Lisboa», publicou uma notícia sob o título «Dinis de Almeida no Hospital-Prisão», cujo recorte e conteúdo estão juntos a fs. 4, dando-se na Acusação, aquele, por inteiramente reproduzido, nela se mencionando, outrossim, ser, *o jornalista Josué*, «autor da referida notícia», *e o Dr. Ruela Ramos*, «Director do Diário de Lisboa», não tendo, este último, demonstrado que, previamente à publicação em causa, não havia conhecido o seu conteúdo.

Segundo o Ex.mo Magistrado que subscreveu tal Acusação de fs. 34 verso a 35 verso «não é verídico o conteúdo da notícia e, o mesmo, é suceptível de produzir alarmante preocupação na generalidade dos cidadãos», daí que «o poder de cognição do juiz» tenha de incidir unicamente sobre tal matéria.

Dado que, o artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 181/75, de 9 de Março, veio revogar expressamente o artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 85-C/75, de 26 de Fevereiro (este último que promulgou a «Lei da Imprensa»), e tendo em vista o comando imperativo do artigo 68.º, n.ºs 1, 2, 3 e 4, deste último diploma legal — (redacção introduzida pelo artigo 1.º daquele Decreto-Lei n.º 181/76) — *inevitável é a conclusão, de que* «nos processos por crimes de imprensa não poderá haver instrução — contraditória, quer a requerimento do M. Público, do Assistente, ou dos arguidos, quer quando o juiz, entenda utilidade em alongar a averiguação para melhor e mais amplo esclarecimento da matéria».

O citado Decreto-Lei n.º 181/76, de 9 de Março, mostra-se profundamente norteado pela evidente necessidade social da maior celeridade na apreciação jurisdicional dos delitos de imprensa abrangidos pela previsão do artigo 66.º do Decreto-Lei n.º 85-C/75 mas, fortemente impressionado com tal legítima preocupação, olvidou a não menos evidente necessidade de salvaguardar a defesa de outros valores mais elevados, que, a nosso ver, maior protecção merecem: — «perfeita garantia de defesa dos cidadãos arguidos antes de julgamento, sob a égide do princípio do contraditório» e «salvaguardar, ter uma autêntica e disponível liberdade de expressão».

Sem haver necessidade de estudar mais profundamente o aludido Decreto-Lei n.º 181/76 que, a nosso ver, parece não escapar a uma possível «inconstitucionalidade material» — (artigo 8.º, n.º 10 da Constituição Política de 1933 e n.º 1 do artigo 1.º da Lei n.º 3/74, de 14 de Maio, ainda em vigor à data, deste Despacho) — *há que concluir que*, o juiz, em face da Acusação deduzida pelo Ex.mo Magistrado do M. Público, uma vez que não pode oficiosamente, declarar aberta a instrução contraditória — (ex vi do artigo 2.º do Decreto-Lei 181/76 e 41.º n.º2 do Decreto-Lei 85-C/75) — *só poderá tomar, em alternativa, uma das seguintes soluções:*

. — *ou submeter «o Director do Diário de Lisboa»* e *«o Autor do Escrito», a julgamento*, designando data para o mesmo, sem possibilidade alguma de, aqueles, a tanto, poderem reagir — (artigo 68.º n.º 1 do Dec.-Lei 85-C/75, redacção dada pelo Dec.-Lei 181/76);

. — *ou rejeitar «a Acusação»*, de harmonia, com o artigo 37.º do Dec.-Lei 85-C/75, com redacção igualmente introduzida pelo Dec.-Lei 181/76, e artigo 389.º do Código de Processo Penal — (este, segundo a redacção dada pelo artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 605/75, de 3 de Novembro).

Há, pois, que, com toda a prudência, fazer o estudo de toda a matéria existente nos autos, de forma a decidir com Justiça e segurança, *o que passar a fazer-se:*

. Tiveram os autos como alicerce, *«o ofício de fs. 2 a 3»*, emanado do Senhor Chefe de Gabinete de Sua Excelência, o ministro da Comunicação Social «nos termos do n.º do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 35.007, de 13-10-45 e n.º 2 do artigo 67.º da Lei da Imprensa», *referindo-se, expressamente, em tal ofício*, «que o responsável pelo referido escrito actuou deliberadamente no sentido de dar publicidade a um mero boato ou informação totalmente errada de natureza alarmista, publicidade essa susceptível — pelo conteúdo da notícia — de provocar tumultos ou graves danos, degeneradores de graves dificuldades na manutenção ou no restabelecimento da ordem pública, que se vieram a verificar, no dia 1 de Janeiro, em Caxias e Custóias».

O Ex.mo Magistrado do M. Público, após ter colhido os elementos que julgou idóneos para justificar a Acusação, *deduziu-a* nos termos de fs. 34 verso a 35 verso, *afastando*, no entanto, as expressões do «ofício de fs. 2 a 3», que anteriormente se transcreveram para em sua substituição, *referir, antes,* «que o conteúdo da notícia não é verídico e é susceptível de produzir alarmante preocupação na generalidade dos cidadãos», possivelmente por ter chegado à conclusão da «inexistência de nexo de casualidade entre a notícia e os acontecimentos ocorridos em 1 de Janeiro *último*, em Caxias e Custóias».

Há, assim, que examinar o conteúdo da notícia e verificar se, o mesmo, contitui «Ilícito Penal» «por não ser verídico e ser susceptível de produzir alarmante preocupação na generalidade dos cidadãos» — (Acusação para legitimar o enquadramento jurídico-criminal na previsão do artigo 66.º n.ºs 1, alínea g) e 5 do Decreto-Lei n.º 85-C/75).

A notícia mencionada na «acusação», publicada no «Diário de Lisboa», de 27-12-75, tem o título *«Dinis de Almeida no Hospital-Prisão»*, constar de apenas 12 linhas de tipo reduzido e encontra-se impressa na «Página 2, in fine», *constituindo um subtítulo dentro do título*, «Por solidariedade com os militares detidos, manifestação junto ao Forte de Caxias» — vidé fs. 62 verso.

Este título (com tipo de letra de muito maior dimensão, relativamente à notícia — «subtítulo» — que originou o presente processo) *contém ainda, os subtítulos* «Greve da Fome», «Trabalhadores ao lado dos detidos», «Em Custóias a luta continua» e «Professores universitários».

Diz textualmente a notícia, em apreciação nos autos, *o seguinte:* «Dinis de Almeida no Hospital-Prisão». Entretanto chegou-nos a informação de que o major Dinis de Almeida teria baixado ao Hospital-Prisão de Caxias, devido ao seu estado de saúde pouco satisfatório e que alguns informadores atribuem aos maus tratos e coacção psicológica violenta sofrida pelo ex-subcomandante do Ralis, durante a sua estadia em Custóias». — f. 4.

Tal notícia, a nosso ver, *não pode considerar-se abusiva de liberdade de Imprensa* quer pela sua interpretação literal, quer pelo estudo comparativo «com os demais «subtítulos» *integrados no titulo* — «Por solidariedade com os militares detidos. Manifestação junto ao Forte de Caxias» — página segunda do «D.º de Lisboa», de 27/12/75.

Relatar um facto verdadeiro «a baixa do major Dinis de Almeida ao Hospital-Prisão de Caxias» e «aquilo que era voz corrente, na altura, acerca do tratamento de detidos sujeitos às autoridades militares» — neste sentido, vidé «notícias de f. 9 e 11», que aqui se consideram como reproduzidas.

Não pode olvidar-se que «a notícia em causa nos autos» emprega, *na linha terceira*, a 3.ª pessoa do «condicional composto» — *teria baixado* — (o que era exacto) e, *nas linhas sexta e sétima*, a expressão «*e que alguns informadores atribuem*»... (informadores «familiares de militares ao tempo detidos em Custóias» — vidé f. 5).

O próprio major Dinis de Almeida, ouvido na Prisão-Hospital de Caxias, em 5 de Fevereiro último, ao ser-lhe mostrada a notícia recortada e colada a f. 4 dos autos; *referiu «conter a mesma, factos verdadeiros, sob ponto de vista humano»* f. 24 —, justificando tal afirmação com as palavras, por si proferidas a f. 24 verso, que aqui se dão como reproduzidas.

Finda que foi uma repugnante «censura prévia» há que partir do legítimo pressuposto de que «a melhor censura nos escritos de Imprensa» será a que, os autores dos mesmos, exerçam sobre si ao comunicar com o público através de um jornal, não ultrapassando os limites fixados pelo n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 85-C/75.

A «notícia recortada e colada a f. 4» não violou os limites fixados por aquele comando legal *e não é, em consequência, passível de censura jurídico-criminal*, como resultou da sua análise literal e do seu estudo comparativo com as demais notícias publicadas na mesma página do jornal, na mesma página do jornal, obedecendo ao «Título comum a todas», *sendo, ainda, de ter presente* a sua pequena dimensão, tipo de letra e localização na página em causa.

Com face de todo o exposto, a nosso ver, sem quebra do muito respeito pelo Douta Acusação deduzida pelo Ex.mo Magistrado do M. Público, *parece inevitável concluir:*

— que *não houve*, com a publicação do escrito de f. 4, qualquer comportamento, quer por parte do seu autor, quer do Director do «Diário de Lisboa», lesivo do interesse jurídico penalmente protegido pela Lei;

— que, o conteúdo da notícia *não está inquinado de falsidade*, não consistindo na propagação de um boato, destituído de qualquer fundamento, de natureza alarmista, suceptível de produzir alarmante preocupação na generalidade dos cidadãos;

— que *referiu um facto exacto:*

«baixa de Dinis de Almeida ao Hospital» e «o que alguns informadores (familiares de presos) disseram ao autor do escrito»;

— que *se não verifica* a existência do «*elemento objectivo da infracção*» (art.º 66.º n.º 1, alínea g), 25.º n.º 1 e 4.º do Dec.-Lei 85-C/75);

— que *se não verifica*, outrossim, *«o elemento subjectivo da ilicitude»*, visto se não vislumbrar qualquer «animus» que não seja «animus narrandi» (intenção de relatar o facto e o que se dizia sobre o mesmo de maneira a alertar as autoridades competentes acerca da situação prisional dos então detidos, em Custóias);

— que, a sujeição do jornalista e do Director do «Diário de Lisboa» a julgamento, em face do estudo atento da Lei Incriminadora e da total substância do processo seria, a nosso ver, *um acto inútil* que, em nada, dignificaria a Justiça e a própria liberdade da expressão do pensamento pela Imprensa, por dos autos aflorar a «*Inexistência de Ilícito Criminal*».

Decido, pois, nos termos do artigo 389º do Código de Processo Penal (redacção introduzida pelo Dec.-Lei 605/75, de 3 de Novembro) aplicável por força do artigo 37.º do Dec.-Lei 85-C/75, de 26 de Fevereiro, (redacção dada pelo Dec.-Lei n.º 181/76, de 9 de Março) *rejeitar a Acusação* deduzida pelo Ex.mo Magistrado do Ministério Público, a f. 34 verso a 35 verso, *pela circunstância* de *«o facto concreto, subjudice, não ser punível»*, ordenando, em corolário, o *arquivamento dos autos.*

Notifique-se o contúdo deste Despacho ao Digno Magistrado do M. Público e aos acusados, *entregando-se-lhes* «cópia fotocopiada do mesmo».

Lisboa, 17 de Abril 1976 (14 horas)

O Juiz do 6.º Juízo Correcional (em serviço de turno)
Coelho Ventura

PUB

MOÇÃO

OS TRABALHADORES DA MOLIN, CANELAS — V. N. GAIA, DECIDIRAM EM PLENÁRIO REALIZADO A 30 DE ABRIL DE 1976, REPUDIAR O PROGRAMA DE FESTAS ORGANIZADO PELA INTERSINDICAL E DIVERSOS SINDICATOS SEM A PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES.

ENTENDEMOS QUE O DIA DO TRABALHADOR É UMA DATA QUE NOS RECORDA LUTAS SANGRENTAS DE TRABALHADORES E POR ISSO PENSAMOS QUE TERIA DE SER ORGANIZADA COM MANIFESTAÇÕES GIGANTESCAS DE LUTA CONTRA O FASCISMO E O CAPITALISMO E NÃO COM FESTAS DISPENDIOSAS QUE OS PRÓPRIOS TRABALHADORES PAGAM.

ESTAREMOS NO ENTANTO PRESENTES POR ENTENDERMOS QUE SÓ NA UNIDADE OS TRABALHADORES VENCERÃO.

Vila Nova de Gaia, 30 de Abril de 1976.

PELOS TRABALHADRES,

Geral

ANTÓNIO MACEDO

Diálogo aberto e franco para o degelo nas relações com Luanda

. «Nas várias recepções a que assisti, não vi representantes soviéticos ou cubanos em lugares de honra, de destaque; no Palácio do Governo, não vi um único soldado cubano, como os não vi nas escoltas presidenciais.» Palavras de António Macedo, presidente do P. S., numa entrevista publicada ontem no «Jornal de Notícias», onde aquele dirigente socialista faz um balanço da sua recente visita a Angola. António Macedo declara não ter observado de facto neste país uma dependência marcada de qualquer potência ou grupo de potências. Referindo-se aos boatos acerca de prisões, designadamente de Joaquim Pinto de Andrade, um dos políticos angolanos acusados pelo Governo de Luanda de pertencer à «Revolta Activa»: «Joaquim Pinto de Andrade não está preso e nunca esteve» — diz António Macedo, depois de considerar urgente que se desmintam tais notícias.

O dirigente do P. S. afirma que o degelo nas relações entre Portugal e Angola só é possível através de diálogo aberto e fraternal. Amigo pessoal de Agostinho Neto, de quem foi advogado de defesa quando o líder angolano esteve preso em Portugal, António Macedo declara que os dirigentes de Angola não têm qualquer reserva em relação aos portugueses — que consideram, na generalidade e tal como eles próprios vítimas também do colonialismo e da opressão. Reservas têm-nas os dirigentes angolanos em relação ao Governo Português que tem tomado escassas medidas de cooperação. «No fundo» — diz António Macedo — «os dirigentes angolanos sentem que o Governo Português continua a ver a R. P. A. com um paternalismo um tanto infamante, como uma ex-colónia.»

. Noutro passo, o dirigente do P. S. aponta para outro factor importante na deterioração das relações entre os dois países: a informação deturpada que pratica certa Imprensa portuguesa, dependente de forças políticas reaccionárias interessadas no esfriamento das relações, no aumento da tensão, numa possível ruptura. Um exemplo concreto cita António Macedo: em Angola não podem compreender como foi possível permitir a entrada em Portugal do dirigente da F. N. L. A. Hendrik Vaal Neto, quanto mais que «certa Imprensa o tenha incensado».

O presidente do P. S. estava em Angola numa visita de amizade e pensa voltar àquele país dentro em breve.

Retornados aguardam decisão do Governo

«Se o nosso caso não for resolvido, teremos de tomar uma atitude que desejaríamos evitar — talvez ocupar um ministério, uma estação de rádio ou a própria RTP». Ouvimos estas palavras a um dos muitos retornados que, ontem à noite, se preparavam para pernoitar em frente do Palácio de S. Bento, no prosseguimento duma série de actuações destinadas a conseguir a anulação dum despacho do secretário de Estado dos Retornados. De acordo com este despacho, os retornados alojados em residências particulares deixam de ter as suas refeições pagas em restaurantes e passam a ter um subsídio de 2.700$00 mensais por casal, acrescido da quantia de 240$00 por cada filho menor.

A primeira reacção perante este despacho teve lugar na manhã de ontem quando algumas centenas de retornados tentaram ocupar ou, pelo menos, paralisar o funcionamento do IARN na Rua da Junqueira. Não tendo alcançado o seu objectivo, dirigiram-se para S. Bento, onde as suas fileiras foram rapidamente engrossadas por retornados vindos de vários pontos da cidade.

Ao princípio da noite, um dos manifestantes afirmou-nos: «Andamos de hotel em hotel em busca dos que estão hospedados para os obrigar a participar nesta luta. Porque haverão eles de ser privilegiados? Quem não vier a bem, vem a mal...»

. Apesar da ameaça velada, o recrutamento decorreu sem incidentes e ao princípio da noite o largo de S. Bento encontrava-se cheio de retornados muitos dos quais, presumimos, por espírito de solidariedade para com os manifestantes.

Quando chegámos, um jovem tentou impedir-nos em termos peremptórios de fotografar o local. Um outro porém, mais calmo e mais sensato, explicou que os ânimos estavam exaltados e que a atitude do seu companheiro se explicava pelo estado de cansaço em que ele se encontrava.

Dirigiram-se-nos várias pessoas tentanto explicar a sua presença no local:

— «Estamos aqui por causa da fome...»

«O senhor é capaz de viver com 2600$00?»

Note-se que o subsídio concedido pelo despacho contestado é igual ao concedido a todos os portugueses desempregados.

Alguns dos presentes reclamaram contra o facto de muitos retornados estarem hospedados em hotéis e de beneficiarem, por isso, da possibilidade de comerem em restaurantes luxuosos. Um perguntou-nos com vivacidade:

— «Julga que a alimentação desses se adquire com 2.700$00? Julga que a alimentação dos retornados que estão nos hotéis, e que comem à carta, como se fossem milionários, custa 2.700 por mês?»

. Um outro perguntou, exaltado:

— «Há duas espécies de retonados, ou quê?» Ao projecto do secretário de Estado dos Retornados, contrapõem os manifestantes um projecto de subsídio mais elevado: 6000$00 mensais para casais e 4000$00 para solteiros. A primeira das verbas indicadas seriam reforçadas com 1 000 escudos por cada filho.

O DESENROLAR DO CONFLITO

Ontem de manhã a comissão representativa dos retornados não compareceu a uma reunião que deveria ter tido lugar com o dr. Amandio de Azevedo, secretário de Estado dos Retornados, alegando que este apenas lhes prestara atenção antes das eleições «por motivos políticos» dado que, uma vez estas terminadas, proferira o despacho que contestam.

À noite, sabendo que o Conselho de Ministros reunia hoje e que o problema seria abordado tinham um único desejo: conseguir que a sua comissão contacta-se o Primeiro-Ministro antes do início da reunião.

Entretanto, no Porto onde os retornados tinham ocupado as instalações do IARN e pedido ao capitão José Botelho que o chefia no Norte para não sair do edifício «a fim de manter as ligações com Lisboa» o clima era também de exaltação. Afirmava-se que, acontecesse o que acontecesse, o problema seria resolvido hoje e que ninguém sairia do IARN enquanto o Governo não tomasse uma decisão definitiva sobre o assunto.

À medida que o dia decorria, porém, e que as notícias iam chegando de Lisboa, as pessoas acalmavam na esperança de ver o problema resolvido hoje pelo Governo.

NÃO HOUVE CONTACTO COM O PRIMEIRO-MINISTRO

Hoje de manhã os ocupantes do IARN do Porto continuavam nas instalações enquanto algumas centenas de retornados em Lisboa, aguardavam, em frente do Palácio de S. Bento, a chegada do Primeiro-Ministro, que a comissão representativa pretendia contactar antes da reunião do Conselho de Ministros, marcada para as 9.30.

De acordo com informações obtidas directamente da Presidência do Conselho, porém essa esperança malogrou-se porque o almirante Pinheiro de Azevedo não recebeu ninguém antes do início da reunião.

Militares portugueses "reféns" em Timor

Os 23 militares portugueses aprisionados há cerca de seis meses por forças pró-indonésias em Timor-Leste continuam detidos e ficarão como reféns, até que Portugal conclua um acordo sobre melhoramento de estradas e restitua vários aviões, navios e outros bens retidos durante a guerra — eis o que pode deduzir-se claramente das declarações a esse propósito prestadas ontem em Djakarta por Mário Carrascalão, numa conferência de Imprensa, cujo resumo é transmitido pela Reuter e AP.

Carrascalão, chefe do protocolo do chamado governo provisório de Dili, confirmou praticamente que Timor-Leste será integrado na Indonésia em Agosto próximo. Embora usasse o advérbio *provavelmente*, Carrascalão descreveu em pormenor as formalidades que serão observadas para esse efeito. Por agora trabalha-se numa lei eleitoral, daqui a três meses, reunirá pela primeira vez a chamada Assembleia Popular, a qual decidirá da integração, e depois o Parlamento indonésio responderá ao pedido da Assembleia de Timor. A referida Assembleia será constituída por 400 chefes tradicionais e representantes de facções religiosas, gente «educada, experiente e escutada pelo povo» (palavras de Carrascalão).

PUB

SINDICATO DOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO DISTRITO DE LISBOA

Avenida Visconde Valmor, 34-1.º Lisboa - 1 Telefones: 770274-763276-770066

COMUNICADO

A Direcção do Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Lisboa comparecerá amanhã, dia 6 de Maio, na Polícia Judiciária para prestar declarações sobre o Processo-Crime que lhe foi instaurado pelo Ministério do Trabalho, por «ofensas» à pessoa do Dr. Daniel Amaral, Subsecretário de Estado do Trabalho de então.

Lembra-se que aquele senhor acusou os trabalhadores deste sindicato de durante a permanência no gabinete do Ministro, terem mexido e remexido em documentos e processos confidenciais, o que não corresponde, de maneira nenhuma, à verdade; Aliás, os trabalhadores foram sempre acompanhados por funcionários daquele Ministério que, se forem honestos, podem provar o que afirmamos.

A Direcção é pois, agora, chamada a prestar declarações sobre um comunicado de 7 de Novembro de 1975 em que, além de refutar tais acusações, denunciava as manobras anti-operárias daquele senhor.

Lisboa, 4 de Maio de 1976

A DIRECÇÃO

Retornar de traineira

FUNCHAL, 5 — Das 38 traineiras saídas há cerca de um mês da África do Sul, 35 chegaram a esta cidade, transportando retornados das ex-colónias. Três das traineiras afundaram-se pelo caminho, não havendo contudo, vítimas a lamentar.

Muitas das traineiras transportam automóveis sobre o convés.

CARRO ROUBADO

Cortina GT, vermelho, HC-83-86 T. 633021

ar livre • fim de sema
fim de semana • pique-
pique-nique • ar livr

Fim de semana. Ar livre. Pique-nique. Sinal verde para a tranquilidade do campo ou para a alegria das praias! Um momento! antes de partir pense um pouco: que tal acampar? O sol, as árvores e o mar ficam mais perto e nas nossas secções de campismo espera por si a tenda que lhe convém: prática, cómoda, espaçosa. E depois, você tem ainda uma enorme variedade de coisas úteis que lhe vão tornar a vida mais fácil e os fins de semana muito mais agradáveis. E por que não? Venha! A nossa secção de campismo reserva-lhe descobertas surpreendentes.

Pão de Açúcar

NUTRIPOL

A. C. SANTOS

Nacional

NOBRE DA COSTA NA C.U.F.

"A política do Governo é não sacrificar postos de trabalho"

«A política do Governo é a de não sacrificar postos de trabalho, bem pelo contrário» — afirmou o eng.º Nobre da Costa, secretário da Indústria Pesada, no decurso da visita que fez ao complexo industrial da C. U. F. (Barreiro), durante a qual se reuniu com elementos das comissões de trabalhadores do grupo, bem como com os responsáveis pelos sectores de ácidos, adubos, azotados, produtos químico-orgânicos, metálicos e têxteis, entre outros.

Ao fazer aquela afirmação o eng.º Nobre da Costa iniciou uma nova fase do diálogo travado durante quase cinco horas, com responsáveis sectoriais e delegados das CTs salientando designadamente que a prevista reconversão de diversas actividades da C. U. F. e empresas associadas (Equimetal, Tinco e Fisipe) deverá ser encetada a partir do ramo adubeiro, «mas que, necessariamente afectará todo o grupo. No entanto» — observou logo de seguida «os postos de trabalho de todos estarão garantidos e cremos mesmo que é possível ampliá-los».

Quanto à reconversão de diversas actividades do Grupo C. U. F. o secretário de Estado da Indústria Pesada assinalou que «sectorização» não se podia entender como fraccionamento ou parcelamento de empresas ou organizações, mas como «um alinhamento ou emparceiramento de actividades correlativas quanto a métodos de gestão, informação de fabricos ou produção, alinhamento de acesso aos mercados e outras tarefas», e assim prosseguiu — «a sectorização pode significar uma melhor redistribuição de unidades de produção, no aspecto geográfico, por várias regiões do País».

Por último, e ao reportar-se à questão das encomendas estrangeiras realçou que, na construção de nove navios para a Polónia aquele país se propõe pagar a Portugal um preço que não ultrapassa o valor das chapas e outros materiais a aplicar, do que resulta que o nosso país, que vai responder a esse compromisso e a essa encomenda terá de arcar com o custo da mão-de-obra «a menos que os operários portugueses» — afirmou Nobre da Costa «se ofereçam gratuitamente para executar tal encomenda».

AÇORES

Junta Regional contra decreto que aprova Estatuto Provisório

A Junta Regional dos Açores, reunida ontem sob a presidência do general Altino de Magalhães, emitiu um comunicado em que anuncia que vão ser revistos alguns pontos do projecto de decreto-lei que aprova o estatuto provisório da Região dos Açores.

A Junta, analisando recentemente aquele projecto, considerou-o «claramente insatisfatório» tendo comunicado o resultado da sua análise ao Presidente da República após o que teria sido decidida a revisão.

É do seguinte teor o comunicado da J. R. dos Açores:

«A Junta Regional foi informada do projecto de decreto-lei que aprovava o estatuto provisório da região dos Açores. Ao analizar exaustivamente este projecto, tomando por base o texto elaborado pela comissão nomeada pelo Conselho da Revolução considerou a Junta que aquele projecto era claramente insatisfatório pelo que sobre ele significou a sua Excelência o Presidente da República as suas preocupações e reservas.

Em resultado desta diligência vão ser tomadas medidas no sentido de serem revistos os pontos que, no entender desta Junta, devem ser objecto de reformulação.

A Junta Regional espera que todos os açorianos saibam compreender a situação, mantenham a tranquilidade pública e confiem que esta Junta tudo vai continuar a fazer para a concretização da autonomia político-administrativa já consagrada na Constituição.

Fundamentalmente há que observar um clima de paz social que assegure, neste período pré-eleitoral da Assembleia Regional, as condições necessárias para que a eleição de deputados àquela Assembleia garanta a honesta selecção dos legítimos representantes do povo açoriano».

DIZ O PRESIDENTE DA JUNTA

Eleições confirmaram "elevado espírito cívico dos açorianos"

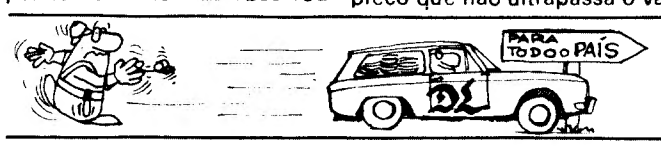
Com data do passado dia 30 divulgou a Junta Regional dos Açores o seguinte comunicado assinado pelo seu presidente general Altino Magalhães:

«Sobre a forma como decorreu, nos Açores, o último acto eleitoral, deliberou a Junta Regional expressar publicamente a sua inteira satisfação pela insuperável correcção e serenidade demonstradas no processamento das eleições em todas as ilhas do Arquipélago.

O comportamento de toda a população, durante o acto eleitoral, só confirmou o elevado espírito cívico dos açorianos e a sua alta compreensão das liberdades democráticas.

Uma referência de especial apreço é também devida a todos quantos intervierem no serviço de recolha e processamento dos votos tendo permitido com a eficiência demonstrado que o apuramento provisório dos resultados se tivesse feito com a maior rapidez e competente segurança.

Finalmente, esta Junta Regional deseja também manifestar a todos os orgãos de Comunicação Social do Arquipélago o testemunho da sua maior consideração pela cobertura que fizeram deste importante acto cívico, permitindo que toda a população tivesse podido acompanhar a sua execução com perfeito esclarecimento».



S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei N.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e na Secretaria da Câmara Municipal do concelho de Arcos de Valdevez, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o rojecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa, SARL, a que se refere o processo 8/57386, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de Prozelo, concelho de Arcos de Valdevez, de uma linha aérea a 15 kV, com 963 metros, do apoio n.º 18 da linha para o Posto de Transformação de Gondoriz-Bóia, ao Posto de Transformação de Prozelo-Sucães, da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 27 de Abril de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Seixal, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa, a que se refere o processo 8/57014, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de Paio Pires, concelho de Seixal, de uma linha mista a 15 kV, com 560 metros, constituída por um troço aéreo com 450 metros e por um troço subterrâneo com 110 metros, do apoio n.º 5 da linha RA 15-25-4-1 MANI, ao Posto de Transformação AXORDA (PT 15-3-100).

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 26 de Abril de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa, a que se refere o processo 8/56684, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia e concelho de Alcácer do Sal, de uma linha aérea a 30 kV, com 262 m do apoio n.º 7 da linha Alcácer-Pego do Altar ao posto de transformação, da Câmara Municipal de Alcácer do Sal, de Rio de Cerigos.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 27 de Abril de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa, a que se refere o processo 8/57537, arquivo 4, para o estabelecimento no lugar de Lameiro do Mar, freguesia e concelho de Vagos, de uma linha aérea a 15 kV, com 162 metros, do apoio n.º 4 da linha para o Posto de Transformação de Quintã II, ao Posto de Transformação de Vagos-Lameiro do Mar, da Câmara Municipal de Vagos.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 17 de Abril de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa e a que se refere o processo 8/57587, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia e concelho de Oliveira do Bairro, de uma linha aérea a 15 kV, com 363 m, do apoio n.º 6 da linha para o posto de transformação de Oliveira do Bairro-Repolão ao posto de transformação de Oliveira do Bairro-Amoreira de Repolão, da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 28 de Abril de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art. 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei N.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção - Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa, SARL, a que se refere o processo 8/57566, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de Oiã, concelho de Oliveira do Bairro, de uma linha aérea a 15 kV, com 577 metros, do apoio n.º 4 da linha para o Posto de Transformação de Oiã-Rego, ao Posto de Transformação de Oiã-Perrães, da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 28 de Abril de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

Trabalho

na forja

MANIPULAÇÃO DO PESCADO: GREVE DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS

. . . Os trabalhadores ao serviço dos comerciantes de peixe, perante a situação criada com a ruptura das negociações do seu contrato colectivo, que estavam a decorrer entre o Sindicato Vertical dos Trabalhadores Terrestres da Manipulação do Pescado e Afins de Portugal e a Associação dos Comerciantes de Pescado, decidiram adoptar «formas de luta progressivas para defesa dos seus interesses», e solicitar a intervenção do Ministério do Trabalho para se proceder a conciliação.

Assim, recusam-se a fazer horas extraordinárias desde segunda-feira, e estão dispostos a realizar paralisações parciais de duas horas durante o horário normal de trabalho, caso se não chege a acordo. Se se tornar necessário — afirmam — adoptarão outras formas de luta mais radicais.

DESPEDIMENTOS NA AGÊNCIA MILITAR?

Cinco trabalhadores civis da Agência Militar estão ameaçados de despedimento por terem respeitado uma decisão tomada em R.G.T., posteriormente ratificada por votação secreta.

Os trabalhadores manifestaram-se contra as «transferências por imposição» e exigem que lhes seja reconhecido o direito ao trabalho, respeitando a qualificação de cada um.

J. FRANCISCO DOS SANTOS: SOLIDARIEDADE OPERÁRIA

Alarga-se a campanha de solidariedade para com os trabalhadores da sociedade de construções Joaquim Francisco dos Santos encerrada por forças da G. N. R., sob ordem do Governo.

Hoje mesmo foi entregue ao ministro da Habitação Urbanismo e Construção parte de um abaixo-assinado que está a circular nas empresas da Cintura Industrial de Lisboa (1531 assinaturas distribuídas por oitenta folhas). Eis o texto:

. «Os abaixo-assinados, conscientes de que o direito ao trabalho é um direito fundamental dos trabalhadores portugueses já consagrado na Constituição e considerando que o encerramento da empresa Sociedade de Construções Joaquim Francisco dos Santos é uma arbitrariedade governamental que, para além da negação do direito ao pão dos trabalhadores e das famílias atenta contra a própria economia nacional manifestam a sua solidariedade com a luta dos trabalhadores da Joaquim Francisco dos Santos, até que o Ministério reveja a sua injusta posição reabrindo a empresa e permitindo a sua normal laboração.»

TRABALHADORES DE BEJA APOIAM A INTER

Cerca de vinte mil trabalhadores do distrito de Beja aprovaram e aclamaram, por ocasião das comemorações do 1.º de Maio, a moção que transcrevemos:

«As recentes declaracões do actual secretário de Estado do Trabalho, dr. Marcelo Curto, comunicando que vai pedir ao Ministério Público da extinção judicial da Intersindical Nacional com base na sua ilegalidade, mereceram do Movimento Unitário dos Trabalhadores Portugueses um justo reparo.

«Sabendo o dr. Marcelo Curto que forças políticas contrárias aos interesses dos trabalhadores defendem o pluralismo sindical;

1 — Considerando que toda a estrutura da Intersindical Nacional foi reconhecida como a Confederacão Geral dos Sindicatos Portugueses com base no Decreto-Lei n.º 215-A/75 de 30 de Abril de 1975, aprovado em Conselho da Revolução e promulgado pelo Presidente da República;

«2 — Que o citado decreto define que as organizações sindicais são independentes do Estado, vedando qualquer ingerência deste na organização e direcção dos organismos sindicais (n.º 2 do Art.º 6.º);

«Os trabalhadores do Distrito de Beja, reunidos no 1.º de Maio, no Estádio Municipal, decidem:

«1 — Contestar o pedido de extinção judicial da Intersindical Nacional por parte de um membro do Governo, com base no n.º 2 do Art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 215-A/75 de 30 de Abril de 1975;

Q. .«2 — Continuar a apoiar a Intersindical Nacional como a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses;

«3 — Repudiar qualquer acção que possa vir a conduzir ao pluralismo sindical.»

TECNICOS DE DESENHO

Comissão directiva impedida de tomar posse

. Por telegrama, o presidente da Assembleia Geral do Sindicato dos Técnicos de Desenho comunicou, ontem à tarde, à comissão directiva eleita na Assembleia que destituiu a direcção, a disposição de continuar a considerar esta última como estando no legítimo exercício de funções.

Fica assim, finalmente explicada a sua recusa em comparecer no Sindicato para proceder ao acto de posse e à entrega das chaves à comissão directiva, conforme lhe fora solicitado. Mantém-se deste modo o impasse surgido desde que a direcção contrariou as decisões de uma Assembleia que, no mínimo, lhe retirara a confiança da classe.

Efectivamente, a direcção do Sindicato de Técnicos de Desenho destituída das suas funções por decisão da Assembleia Geral, no passado dia 29 de Abril impugnou o que foi deliberado pelos sócios. Consideram os corpos gerentes demitidos que o processo da convocação para a referida reunião não se insere na legalidade estatutária visto que não contou com dois terços da presença dos 283 sócios que a convocaram.

De facto a convocatória enviada aos associados pelo presidente da mesa da Assembleia Geral fundamentava-se num artigo dos estatutos que prevê a realização de plenários com qualquer número de sócios. Este dado atesta automaticamente a validade da decisão tomada.

A direcção destituída afecta ao M. R. P. P., que tem vindo a ser alvo de permanentes críticas e de moções de repúdio por parte da classe devido a uma actuação considerada incorrecta ocupou as instalações do Sindicato e recusou-se a entregar as chaves das portas do mesmo aos elementos da comissão directiva. Foi definido que a duração do mandato dessa comissão seria de três meses e as suas funções ficariam limitadas apenas ao assegurar do expediente burocrático. Não podendo portanto tomar nenhuma decisão de fundo.

Segundo elementos da comissão directiva eleitos, Emídio Santana, presidente da Assembleia Geral recusou-se a empossá-los dos seus cargos, quando no plenário pelo qual se tinha inteiramente responsabilizado manifestara uma outra posição.

RODOVIÁRIA DO CAIMA

Uma questão de contas

— pedida a intervenção estatal

. Trabalhadores, da União Rodoviária do Caima, com sede em Oliveira de Azeméis, pediram através de delegados sindicais do sector do Porto uma sindicância às contas da empresa, sugerindo a intervenção estatal como forma de melhor a defenderem das manobras patronais.

Em conferência de imprensa os delegados aludiram ao ofício enviado ao Ministério das Finanças com o pedido de sindicância, expondo as razões que justificam tal atitude.

Foi referido o início do conflito que teve origem no não pagamento do 13.º mês por parte da entidade patronal. Mais tarde foi satisfeito tal pagamento, mas quanto aos retroactivos o patrão limitou-se a pagar Junho e Julho, alegando dificuldades económicas.

Para sanar o conflito várias diligências foram feitas junto da delegação do MT de Aveiro, mas, segundo foi afirmado, a entidade patronal não comparece às reuniões, furtando-se ao diálogo.

Sobre a alegada dificuldade económica os delegados mostraram-se convencidos de que a empresa não atravessa crise que justifique o não pagamento daquilo a que têm direito, invocando não só o aumento substancial de tarifas verificado em Janeiro deste ano, sem que tivessem diminuído os passageiros, tal como o facto de desde o 25 de Abril de 1974 não ter sido comprada qualquer viatura.

Finalmente os delegados manifestaram sérias reservas quanto às verdadeiras finalidades de uma agência de viagens que a empresa possui na Venezuela.

MADEIRAS

Intransigência patronal

. Total confiança nos dirigentes sindicais e na comissão negociadora do contrato colectivo vertical da indústria de madeiras foi a proposta aprovada por aclamação durante um plenário de trabalhadores daquele sector, realizado ontem na Cooperativa do Povo Portuense com a presença de muitas centenas de operários. A comissão ficou mandatada para tomar — caso a intransigência dos patrões prossiga, após a sessão das negociações a realizar hoje — as formas de luta que entender mais adequadas, incluindo as mais radicais.

Do resultado das negociações de hoje dependem as medidas que os operários poderão tomar, que dizem respeito a centenas de milhares de trabalhadores, podendo vir a ter repercussão nacional, visto ser a esse âmbito que as medidas estão a ser tomadas.

Recorde-se que o patronato vem recusando, sistematicamente, a aplicação imediata do clausulado relativo às férias. De facto, os patrões pretendem que os 30 dias de férias e igual subsídio (já aprovados) só entrem em vigor em 1977.

Bancários do Norte ameaçam fazer greve

. Caso não seja satisfatória a resposta da Secretaria de Estado do Tesouro, até amanhã, a quatro pontos do seu caderno reivindicativo, os bancários do Norte ameaçam entrar em greve. Está, aliás marcada para o próximo dia 10 uma reunião geral para decidir da entrada ou não em greve dos dez mil bancários existentes no Norte.

Na proposta que contém a ameaça de greve refere-se a demora e «a demagogia e incapacidade» demonstrada nas dependências ministeriais. Referem particularmente que não se contentam com palavras amenas com as quais se vai protelando a solução de uma simples questão, enquanto que o Ministério das Finanças aceita as reivindicações dos gestores concedendo-lhes um aumento de 10 contos — de 30 para 40 contos.

A principal exigência reivindicativa dos bancários consiste na integração imediata de todos os trabalhadores das letras J, K, L (independentemente das habilitações literárias e tempo de serviço) na classe G-1, sem que tal integração represente qualquer diminuição de vencimento e diuturnidades actuais, enquanto não forem atingidas as categorias com vencimentos superiores.

Renelisboa: oito suspensões

. Os trabalhadores da Renelisboa, Empresa Nacional de Isolamento, discordam dos processos disciplinares que a administração da empresa moveu a oito dos seus camaradas de trabalho tendo decidido que estes se apresentem de novo ao trabalho.

c Em plenário realizado na segunda-feira, os representantes sindicais e os elementos da respectiva C. T. deram conta dos trâmites processuais que levaram às suspensões, duas das quais estariam inseridas «na repressão e pretensa recuperação dos capitalistas de todo o processo de gestão de empresas».

Reconhecendo que os elementos suspensos possam, eventualmente «ter cometido algumas incorrecções», os trabalhadores entendem que estas não são de molde a justificar processos disciplinares, pelo que não consideram «justa» nem «legal» a sua instauração.

PUR

SINDICATO DOS TRABALHADORES TÊXTEIS LANIFÍCIOS E VESTUÁRIO DO SUL

AVISO

Camarada,

Conforme já foi anunciado têm lugar, no próximo dia 7 de Maio — 6.ª feira, as **ELEIÇÕES para o SECRETARIADO REGIONAL DE MOSCAVIDE.**

Para que todos os camaradas possam ter o seu direito a voto, funcionarão várias mesas que a seguir se indicam.

LOCALIDADE	LOCAL	HORÁRIO
MOSCAVIDE	DELEGAÇÃO DO SINDICATO Rua Dr. João Gomes Patacão, 26, cave.	Das 10 às 20 horas
ALHANDRA	NO SALÃO DO MERCADO DA ASSOCIAÇÃO DO HOSPITAL DE ALHANDRA	Das 12 às 20 horas
VILA FRANCA DE XIRA	DELEGAÇÃO DO SINDICATO METALÚRGICOS — JUNTO À ESTAÇÃO C. FERRO	Das 12 às 20 horas
ALENQUER	ASSOCIAÇÃO MUSICAL DE DE ALENQUER	Das 12 às 20 horas

NOTA:

- Em **ALENQUER** votam os camaradas de Alenquer e Chegancas;
- Em **VILA FRANCA DE XIRA** votam os camaradas de Vila Franca de Xira e Castanheira do Ribatejo;
- Em **MOSCAVIDE** votam os camaradas dos Olivais até Alverca;
- Em **ALHANDRA** votam os camaradas de Alhandra.

TRABALHADOR, VAI VOTAR NO DIA 7 DE MAIO!
POR UM SINDICATO FORTE, COMBATIVO E CONTROLADO POR TODOS OS TRABALHADORES!
PELA DEFESA DOS SINDICATOS E DOS ÓRGÃOS DE PODER POPULAR!
CONTRA O FASCISMO E A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA!

A DIRECÇÃO

Nacional

Os «açoreanos» com «e» iam todos lutar pelas «independência», mas o cômputo eleitoral saiu um tudo nada fora do esquema previsto pela chamada F.L.A.

Açores e Madeira: uma situação inaceitáve

As eleições para a escolha dos deputados à Assembleia Regional dos Açores e da Madeira terão lugar, segundo decidiu na sua última reunião o Conselho de Ministros, até 30 de Junho.

A importância deste acto não pode ser substimada. Aquela Assembleia deverá aprovar os Estatutos definitivos das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, de acordo com o estabelecido na Constituição. Por outro lado, o futuro Governo Regional responderá igualmente dos seus actos perante a mesma Assembleia. Isto é por si só suficiente para justificar que sejam criadas imediatamente as condições indispensáveis para que a citada eleição decorra com o mínimo de seriedade, o que pressupõe o estabelecimento nos Açores e na Madeira das liberdades democráticas consignadas na C Portuguesa.

Independentemente, porém, c perfeitamente inaceitável, à qu e na Madeira. Com efeito, è anos após o 25 de Abril de 1974, res e os partidos progressistas ilhas um ambiente que, como Jorge Campinos, se assemelha até ao 25 de Abril.

Que os privilegiados, cujas extremistas da direita norte-am

Mário Mesquita (P.S.)

Toda a espécie de desacatos se tem verificado perante a passividade das autoridades

A Mário Mesquita, membro da comissão directiva e da comissão nacional do Partido Socialista, e representante da Oposição Democrática de Ponta Delgada em reuniões nacionais interdistritais em 1969, começámos por lhe pedir que nos dissesse quais as consequências dos resultados das eleições para a Assembleia da República em relação ao problema do separatismo nos Açores e na Madeira.

Mário Mesquita — Em artigo publicado no «New York Times», antes das eleições no nosso país, o comentarista polízico Sulzberger sublinhou que o acto eleitoral de 25 de Abril poderia criar as condições de estabilidade que signifiquem o desaparecimento dos «vestígios de movimentos separatistas nos Açores e na Madeira».

Eu penso que essa previsão acabará por ser confirmada pelos factos. Sintoma dessa tendência é o expressivo aumento da votação no Partido com implantação local que mais firmemente defendeu a unidade nacional, no quadro da autonomia político-administrativa — o Partido Socialista.

No distrito do Funchal o PS obteve uma votação equivalente a 24, 96 % do eleitorado (em 1975: 19, 45 %), mas o avanço mais significativo registou-se nos Açores, onde fez eleger mais um deputado, no distrito de Angra, passando a dispor de dois dos seis representantes do Arquipélago na Assembleia da República. Enganaram-se muito os que pretenderam eliminar os socialistas da cena política dos Açores: o PS obteve cerca de 33 % do eleitorado açoriano, enquanto em 1975 representava menos de 25%.

A este substancial aumento corresponde uma quebra, na ordem dos dez por cento em cada distrito, do Partido Popular Democrático que, como é sabido, tem sustentado uma posição ambígua face aos «separatistas», a ponto de, nesta campanha eleitoral, terem amputado a palavra Portugal dos seus cartazes de propaganda, pelo menos no distrito de Ponta Delgada.

Por sua vez o CDS, apesar do alarido que fez acerca da superior inteligência da sua política nas ilhas e do elevado sentido táctico do seu «namoro» com os «separatistas», não conseguiu fazer eleger nenhum deputado nos Açores, onde apenas significa 9 % do total dos eleitores.

Outro aspecto que importa realçar é o da elevada afluência às urnas, embora reflectindo a diminuição, em relação a 1975, verificada em todo o território nacional. Basta dizer que a percentagem de abstenções na Horta (18, 22%) foi inferior à de Viana do Castelo (21, 09 %), assim como a de Angra do Heroísmo (21, 39%) foi menor que a de Viseu (21,62%) ou a do Funchal (19,02%) menos elevada que a de Bragança (21,16%). O número de abstenções em Ponta Delgada (23,28%) esteve próximo do de Coimbra (22,19 %) ou de Vila Real (22,25%).

A participação no acto eleitoral e a votação expressiva no Partido que mais energicamente se demarcou dos «separatistas» constituem índices de que a normalização da vida democrática — iniciada em 25 de Novembro — retirou qualquer eficácia às tentativas para prolongar uma certa dinâmica «separatista» que se desenvolveu nos Açores e na Madeira beneficiando da deterioração do poder de Estado no período «gonçalvista».

D.L. — Como interpreta essa subida do PS em termos eleitorais?

Mário Mesquita — O reforço da votação no PS demonstra o erro em que incorreram os partidos que preferiram uma atitude colaboracionista a uma clara definição face ao problema da unidade nacional. O PS, pelo contrário, adoptou uma linha de coerência e coragem que acabou por dar os seus frutos, apesar das inúmeras dificuldades encontradas. É justo citar, a propósito, o nome do principal responsável por uma política dos socialistas nos Açores, o dirigente do Secretariado Nacional e deputado por Ponta Delgada, Jaime Gama. Aproveito também esta oportunidade que o seu jornal me concede para saudar os militantes da Federação de Ponta Delgada do PS, na pessoa do seu secretário, Francisco Macedo (ainda, no ano passado, vítima de um atentado bombista), pela forma como têm sabido resistir a todo um clima de chantagem, quando não de terrorismo.

Outra ilacção a retirar dos resultados eleitorais é que a base social de apoio dos separatistas é reduzida, cifrando-se numa minoria de mentalidade e comportamento pré-capitalista, empenhada acima de tudo em manter, não só os seus privilégios semifeudais, mas sobretudo um rítmo de vida corporativo, provinciano e beato — nos planos político, económico, social e cultural — que na segunda metade do século XX não é concebível, mesmo contando com o isolamento insular.

A este propósito, é de assinalar o compreensível desagrado com que alguns elementos simpatizantes dos movimentos independentistas receberam a instalação da televisão nos Açores, no Verão passado, facto que, aliás, não terá sido alheio aos resultados eleitorais.

NUNCA ENCONTRARAM ECO OS PROTESTOS CONTRA A PASSIVIDADE DA P.S.P.

D.L. — Em que medida é que as liberdades democráticas restabelecidas a 25 de Abril de 1974 e configuradas na Constituição existem nos Açores e na Madeira? Que pensa da actuação das autoridades militares e civis?

Mário Mesquita — Reporto-me ao distrito de Ponta Delgada por ser o que conheço melhor. Seria um exagero dizer que as liberdades não existem, ou que o 25 de Abril ainda não chegou às Ilhas. No domínio da Informação, por exemplo, só quem viveu algum tempo nos Açores se aperceberá da «revolução cultural» que uma rádio liberta da censura salazarista e a introdução da TV representam para uma população que sofreu séculos de i olamento.

No domínio da liberdade de reunião e associação, infelizmente, não posso ser tão optimista. Desde atentados bombistas dirigidos contra partidos de esquerda, passando por boicotes a comícios partidários (como sucedeu com a recente deslocação de Mário Soares a Ponta Delgada), até bandos de arruaceiros a patrulharem a cidade à noite — toda a espécie de desacatos se tem verificado perante a passividade das autoridades.

D.L. — Que pensa da actuação do general Altino de Magalhães, como governador militar dos Açores?

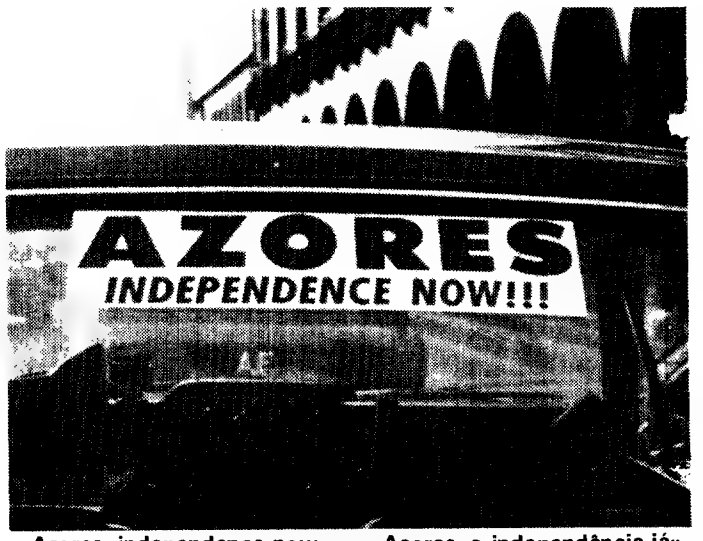
Mário Mesquita — Não ponho em causa a boa-fé, nem o patriotismo do sr. general Altino de Magalhães. Respondendo à pergunta a título pessoal, como mero observador e atendendo às informações que tenho podido obter através de testemunhos pessoais e da leitura dos jornais, limito-me a considerar que a sua acção tem sido prejudicada por demasiadas hesitações.

Ressalvadas as devidas proporções, eu diria que a política prosseguida pelo sr. general Altino de Magalhães, a nível dos Açores, se pode comparar à do sr. general Costa Gomes, no plano nacional. Com esta diferença: enquanto um cedia à pressão da pseudo-esquerda golpista, o outro seguia uma linha «conciliatória» com movimentos de estrema-direita.

O PS criticou, através de intervenções do seu deputad por Ponta Delgada na Assembleia Constituinte, a passividade das forças encarregues da manutenção da ordem pública — concretamente, a PSP — perante actos de violência desencadeados contra cidadãos indefesos. A verdade, porém, manda dizer que esses protestos nunca encontraram eco, nem se traduziram em medidas concretas. O próprio Ministério da Administração Interna não encontrou solução para o problema. Por deficiência de informação ou erro de análise face à situação política nos Açores? É bem possível. Esperemos que as indicações fornecidas pelas eleições para a Assembleia da República possibilitem a correcção de certa visão capitulacionista do problema insular.

D.L. — Que posição toma o clero açoriano relativamente a esta situação?

Mário Mesquita — Desconheço qualquer tomada de posição conjunta do clero ou da hierarquia católica nos Açores face à questão do separatismo ou dos atentados à ordem democrática. Só lhe posso dizer que não posso acreditar que



«Azores, independence now» — «Açores, a independência já». Vai adiantada a propafanda entre a colónia insular nos Estados Unidos

Nacional

el (1)

Constituição Política da República

, destas razões, há uma realidade, qual urge pôr cobro nos Açores e dificilmente aceitável que, dois 74, as organizações dos trabalhado- as continuem a encontrar naquelas no nos declarava há dias o prof. ha muito ao existente em Portugal

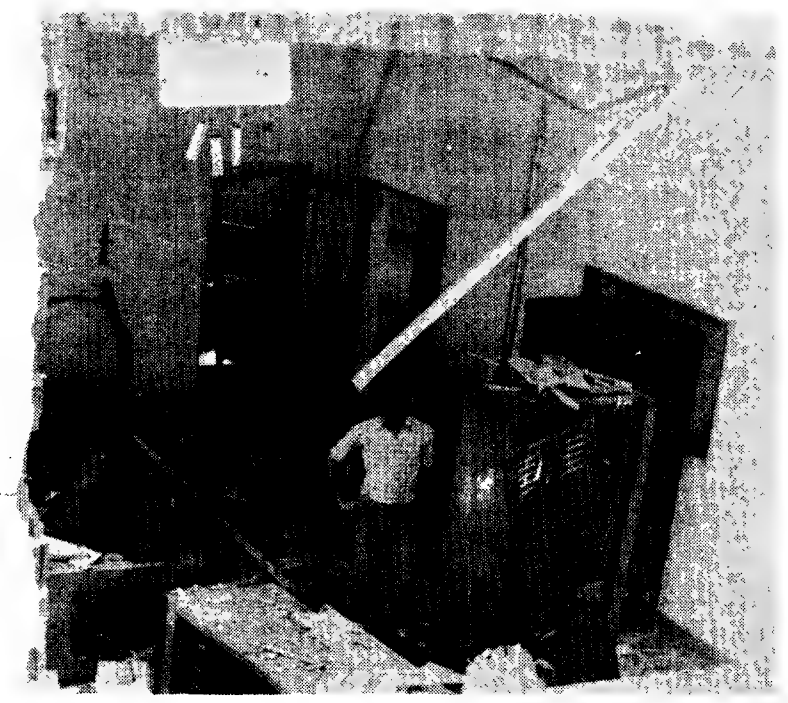
as ligações com as facções mais americanas são conhecidas, procu-

rem salvaguardar os seus privilégios, é perfeitamente compreensível. Que autoridades militares ou civis, ou organizações militarizadas, como a P.S.P. assistam a «toda a espécie de desacatos» passivamente, como nos declara hoje um dirigente socialista, Mário Mesquita, é totalmente injustificável.

As conquistas de todos os trabalhadores e de todos os democratas após o 25 de Abril têm que ser aceites, inclusivamente por aqueles que, nos Açores e na Madeira, persistem em querer impor-nos a ditadura terrorista do capital.

Este é, sem dúvida, o sentido de todas as declarações que recolhemos sobre o assunto, e que hoje começamos a publicar.

J. CÂNDIDO DE AZEVEDO



Bomba no emissor da Madeira: uma proeza separatista

Luís Santos (P.C.P.)

O separatismo é uma jogada contra o processo democrático em Portugal

«DL» a Luís Santos responsável pelas organizações do PCP nos Açores e na Madeira, começámos por pôr a seguinte questão: considera que existem efectivamente liberdades democráticas na Madeira e nos Açores?

Luís Santos — Basta ler os jornais (os do continente claro está!) para se ter uma ideia de que a resposta a essa pergunta não pode deixar de ser a seguinte: não, não consideramos que existam, nem de facto existem, as liberdades democráticas mínimas nessas regiões. As notícias de boicotes, das bombas, das perseguições, dos assaltos, da coacção física e social a que estão sujeitos os democratas, do crescente papel que nas administrações regionais, nas escolas e em diversos outros serviços, têm ex anp's, ex-lp's — fascistas de ontem e de hoje — e muitos outros acontecimentos, relatados nos órgãos de Informação, revelam bem o ambiente terrorista que se vive nos arquipélagos. Mas essas notícias não passam, ainda assim, da parte descoberta do «iceberg» que entolha a via da democracia e da liberdade. Lá, nos arquipélagos, nas cidades e nas zonas rurais, é que se toma bem a medida do real poder fascista, terrorista, reaccionário e obscurantista, que submete as populações.

Felizmente, e digo-o sinceramente porque isso parece abrir possibilidades de actuação conjunta, já não somos os únicos (nós comunistas e outros partidos e movimentos de esquerda) a denunciar firmemente tal situação. Dirigentes nacionais do PS que foram fazer a campanha eleitoral aos arquipélagos, sentiram directamente a actuação terrorista que domina as ruas e os campos de regiões da Madeira e dos Açores. E como o sentiram na pele — digamos assim — não podem já negar aquilo que durante tanto tempo esconderam ou deformaram. Hoje falam já abertamente em falta de liberdades, em bandos armados, em terrorismo de direita e em caciquismo. Nós sempre o dissemos: depois dos comunistas serão os socialistas, se denunciarem o separatismo, a serem por este atacados. Assim aconteceu.

É necessário pois, agora, actuar de acordo com as palavras e procurar actuar em conjunto — ou pelo menos em sintonia e sem ataques fraticidas — porque todos não somos de mais para o muito que há que esclarecer, mobilizar, dinamizar, vencer e derrotar. Qualquer posição de isolacionismo político, de sectarismo, ou mesmo de anticomunismo, só favorecerá a reacção, só dificultará o futuro — para todos.

«DL» — Quem anima os movimentos separatistas? Que forças sociais e políticas apoiam essas organizações?

. **Luís Santos** — Apesar de muito do que se passa nos Açores e na Madeira — e até da sua realidade social, económica e mesmo geográfica — ser relativamente pouco conhecido da opinião pública do continente, julgo que não será já novidade dizer que os movimentos separatistas são essencialmente a encarnação da grande burguesia local e dos interesses imperialistas. Isto é: o 25 de Abril abriu perspectivas novas à luta dos explorados contra os exploradores, e estes, assim que o viram — e a burguesia não é cega — escolheram as diversas tácticas para travarem o processo revolucionário. Nos arquipélagos essa táctica teve como máscara o separatismo. Digo máscara, porque se o que move a burguesia é a defesa dos seus interesses económicos, ela sabe bem que a independência dos Açores e da Madeira não é possível em termos económicos. A não ser, claro está — e tal não está fora das possibilidades — que os arquipélagos encontrassem no padrasto imperialista americano, disposição de ser o pagador do défice previsível das suas economias, e isto por razões exclusivamente estratégico-militares. Mas até para esse possível padrasto, o separatismo é principalmente uma jogada contra o processo democrático em Portugal, na sua globalidade. Ser-lhe-á muito mais económico (e com menores problemas internacionais) fazer a contra-revolução em Portugal e continuar a usufruir por tuta-e-meia das posições estratégicas que possui no Atlântico, como o fazia no tempo do fascismo.

Resumindo, pois: as forças reaccionárias que têm orientado e dirigido o terrorismo nos arquipélagos são por um lado a grande burguesia local (e alguma continental que lá está a acoitar) e, ligado a esta, o imperialismo.

Nas mãos dos líderes exploradores e imperialistas que capitaneiam a reacção, há no entanto uma massa relativamente grande de pessoas, mal informadas, influenciadas pelo caciquismo, pelo clero reaccionário, ainda adormecidas por dezenas de anos de obscurantismo. Se não fora assim o PPD e o CDS não teriam os elevados resultados eleitorais que tiveram. Essa clientela eleitoral do PPD e do CDS tem os seus interesses reais e objectivos do lado da democracia, da liberdade e do progresso social; mas a sua por agora ainda conservadora mentalidade, o medo que o terrorismo fomenta, coloca-a do lado errado da barricada: do lado dos seus próprios exploradores. Com tempo e esclarecimento tudo isto será no entanto vencido e esses sectores acordarão para a democracia, rechaçando os reaccionários que hoje os dominam.

As autoridades não estão bem seguras da necessidade de fazer respeitar a ordem democrática

«DL» — Qual é a posição das autoridades face à direita caciquista e terrorista? Que fazem as autoridades para assegurar o respeito pelas liberdades democráticas?

Luís Santos — Respondo-lhe o mesmo que o partido tem escrito muittas vezes e que eu próprio, mais do que uma vez, disse directamente a essas mesmas autoridades: não chegam as palavras para impor a uma minoria terrorista o respeito pela ordem democrática e pelas liberdades colectivas e individuais. São necessários actos de acordo com as palavras. Ora, infelizmente, temos constatado que as palavras são por demais ambíguas, pois se resumem a votos piedosos e por vezes não se percebe a quem são dirigidas — se aos arruaceiros se às suas vítimas. Ouvindo algumas autoridades falarem, tem-se a impressão de que elas próprias não estão bem seguras da validade e da necessidade de fazer respeitar a ordem democrática e a liberdade.

Mas então, se passarmos aos actos das autoridades, temos razões para ficar, no mínimo, perplexos. Encerram-se oficialmente os nossos centros de trabalho e expulsam-se os nossos militantes; faz-se silêncio em redor do inquérito a membros da PSP da Horta, surpreendidos, com testemunhas, a distribuirem propaganda separatista; faz-se silêncio às conclusões do inquérito (nada favoráveis a conhecidos elementos da FLA) sobre o chamado «crime das vacas», na Terceira, de que se pretendia acusar os comunistas; nunca nada se descobre (apesar de tudo ser do domínio público) sobre os frequentes roubos de explosivos; não é dado seguimento legal à queixa apresentada contra arruaceiros que provocaram distúrbios na freguesia do Caniço, perto do Funchal, em Fevereiro aquando de uma sessão de filme promovida pelo nosso partido; em Ponta do Sol — também na Madeira — reina o terror imposto pelo cacique local do PPD — o Egídio — que anda armado e com um bando às suas ordens, mas nenhuma acção policial é lançada contra este terrorista; nunca mais se falou sobre as conclusões do que certamente não deixou de ser um inquérito levantado ao rapto e sequestro de um professor, o professor Simões, funcionário do Ministério da Educação, levado a efeito nos fins de Março em pleno Funchal por um grupo de arruaceiros, que até deram entrevistas nos jornais!

Estes são alguns dos actos das autoridades, que faz com que os reaccionários se sintam incólumes e animados a prosseguirem as suas actividades, e que criam um sentimento de frustração nos sectores democráticos e patrióticos que os denunciam. Para as massas que se pretende esclarecer, tal procedimento das autoridades provoca perplexidades e quase que sancionam a actividade dos separatistas e reaccionários.

Enfim: sem advogarmos uma actuação violenta e indiscriminada, consideramos que as autoridades têm permitido um grande à-vontade aos movimentos separatistas e reaccionários. De resto não podemos esquecer que o separatismo tem servido para chantagens e pressões sobre o processo democrático (e quem sabe se não estaremos em vésperas de isto se repetir).

«DL» — Relativamente ao ano transacto, em que condições puderam desenvolver a vossa campanha para a Assembleia da República? Como encara os resultados obtidos pelo PCP?

— A essa pergunta já respondeu em boa parte uma nota da DORIA (Direcção da Organização Regional do PCP nos Açores e na Madeira) publicada na Imprensa, julgo mesmo que também no seu jornal.

Mas, resumidamente lhe direi, que a nossa campanha eleitoral em 1976 foi mais difícil do que a de 1975. Nem um centro eleitoral conseguimos abrir nos Açores e houve zonas dos Açores e da Madeira em que não pudemos fazer a nossa propaganda. Sessões boicotadas, calúnias, etc. — foi o pão nosso de cada dia.

Mas a direita registou um grande insucesso. O PPD andou para trás em votos e percentagens e o CDS esteve muito longe de alcançar os resultados eleitorais triunfalistas que propagandeou durante a campanha. Foi um severo golpe para as posições separatistas.

Quanto ao PS, que aumentou sensivelmente os seus resultados, beneficiou do reflexo do voto útil que percorreu grande parte do eleitorado de esquerda. O nosso partido, que manteve ou diminuiu algo nos seus resultados, foi um dos pilares da acção denunciadora do separatismo e da reacção, contribuindo para o revigoramento dos sentimentos democráticos entre as massas e dando assim a sua contribuição, mesmo à custa de piores resultados, para a unidade nacional.

Quem mais beneficiou desta actuação, por efeito do reflexo do voto útil, foi o PS.

Há agora a necessidade de travar o passo à reacção e ao separatismo nas eleições para a Assembleia Regional. P nosso lado estamos disposto e abertos ao diálogo e entendimento entre forças de esquerda. É possível e é necessário não perder muito tempo.

«DL» — Neste momento (em que fazemos a entrevista) ainda não são publicamente conhecidos os pormenores da discussão ao nível do Governo e do Conselho da Revolução, dos Estatutos propostos pelas Juntas Regionais dos Açores

Continua na pag 18

a Igreja Católica considere justas ou convenientes acções contra a soberania portuguesa nos Açores ou na Madeira.

D.L. — Como se explica a série de atentados terroristas?

. **Mário Mesquita** — A partir da constituição do VI Governo e, sobretudo, do 25 de Novembro, diminuiram consideravelmente as possibilidades de êxito dos separatistas, daí a intensificação de acções do tipo que refere. São actos desesperados de quem sabe que, por via democrática, não obterá a concretização dos seus objectivos políticos.

D.L. — Que medidas concretas poderiam debelar a questão «separatista»?

Mário Mesquita — A aplicação das disposições constitucionais relativas à autonomia político-administrativa dos Açores e da Madeira, através dos respectivos estatutos, retirará razão de ser às correntes «separatistas», visto que se trata de um regime autonómico extremamente amplo que ultrapassa o previsto no próprio projecto de Constituição do PPD, bem como a proposta feita, inicialmente, pelo MAPA (Movimento para a Autodeterminação do Povo Açoriano). Por isso é de fundamental importância para a estabilização política nos Arquipélagos a realização de eleições para as Assembleias Regionais que, segundo as disposições finais e transitórias da Constituição, se deverão efectuar antes de 30 de Junho próximo.

Afigura-se-me, igualmente, essencial um acordo, tanto a nível regional, como a nível de direcções nacionais, entre os partidos mais votados nos Açores e na Madeira, com base nos seguintes pontos-chave — programa de desenvolvimento económico e reforço da autoridade democrática. Este último ponto envolve a liberdade de expressão e de organização de todas as organizações partidárias, desde as conservadoras até às de esquerda e extrema-esquerda, incluindo, como é óbvio, o Partido Comunista. A este respeito, convém recordar o teor do Artigo 230.º da Constituição, nos termos do qual é vedado às regiões autónomas «restringir os direitos legalmente reconhecidos aos trabalhadores», assim como «estabelecer restrições ao trânsito de pessoas e bens entre elas e o restante território nacional».

Para o bom êxito do Governo Regional impõe-se uma estreita coordenação de objectivos com o Governo central que ponha termo às justas acusações sobre o abandono a que o Terreiro do Paço tem votado os Açores e a Madeira (desde Salazar a Pinheiro de Azevedo, passando por Marcelo Caetano e Vasco Gonçalves) que os «separatistas» têm procurado explorar a seu favor.

Estrangeiro

Nova ordem económica domina reunião em Nairobi

S. CHESTAKOV

Inaugura-se hoje em Nairobi, capital do Quénia, a quarta sessão da UNCTAD, organização das Nações Unidas que dedica especial atenção aos problemas dos países em vias de desenvolvimento. Dezanove pontos integram a ordem do dia preliminar, na qual foram incluídas questões da maior importância como a transferência de tecnologia, a cooperação económica entre os países do Terceiro Mundo, as relações entre Estados de sistemas socioeconómicos diferentes, a situação financeira e as últimas tendências no comércio mundial.

É lícito pensar que a UNCTAD-4 irá prosseguir na luta pela criação de condições de progresso socioeconómico dos países em desenvolvimento, pela eliminação de todas as formas de discriminação e desigualdade, contra as condições de desvantagem impostas aos países em vias de desenvolvimento nas suas relações comerciais com os países capitalistas industrializados, pela soberania nacional dos recursos naturais, pelo controlo sobre a actividade do capital estrangeiro e as multinacionais. Deste modo, a reunião de Nairobi vai ser o prolongamento da 6.ª e 7.ª sessões especiais da Assembleia Geral da ONU sobre o estabelecimento de uma nova ordem económica internacional.

Estas discussões só se tornaram possíveis nas condições de desanuviamento internacional e de reforço da luta pela paz e a segurança dos povos, vigentes no mundo.

A luta pela eliminação da discriminação e de todos os outros obstáculos artificiais ao comércio internacional, pela limitação de todas as manifestações de desigualdades e exploração nas relações económicas internacionais — eis algumas das tarefas principais da política externa da URSS enunciadas por Leonid Brejnev no XX Congresso do PCUS.

Concretizando estes princípios, a URSS tem concedido ao Terceiro Mundo preferências alfandegárias unilaterais na importação de todos os produtos manufacturados e semifabricados. Outras medidas inspiradas nos mesmos princípios: a título de amortização dos créditos, a URSS recebe produtos fabricados nas empresas industriais construídas com assistência soviética, nos acordos a longo prazo incluem-se pontos especiais sobre a ampliação preferencial de produtos manufacturados na URSS, utilizam-se possibilidades de importação nos países em desenvolvimento durante a elaboração dos planos económicos, etc.

A assistência económica e técnica da URSS contribui para o desenvolvimento das forças produtivas e, antes de mais nada, da indústria nacional. A indústria constitui o instrumento mais importante de modernização de outros ramos económicos e de introdução dos progressos da revolução técnico científica nestes ramos. É justamente por isso que a maioria dos compromissos soviéticos de assistência económica e técnica visa o desenvolvimento da indústria. Com a assistência soviética, já foram construídas, nos países em desenvolvimento, centrais hidroeléctricas com a capacidade total de 4,7 milhões de quilovátios, empresas siderúrgicas que produzem 5,6 milhões de toneladas de ferro e 4 milhões de toneladas de aço por ano, bem como são anualmente extraídos 6,7 milhões de toneladas de minério de ferro e 22 milhões de toneladas de petróleo.

No plano monetário financeiro, a União Soviética apoia as propostas do Terceiro Mundo que visam elaborar um programa de regularizações dos mercados de matérias-primas para os estabilizar e a ideia do estabelecimento de uma determinada relação entre os preços das matérias-primas e os das mercadorias («indexação»).

Na quarta sessão da UNCTAD, a União Soviética voltará a apoiar as disposições que visam eliminar a injustiça e desigualdade nas relações económicas internacionais, que impedem o estabelecimento de uma cooperação igual em direitos e mutuamente vantajosa. A posição soviética consiste em irradiar da esfera da política internacional as consequências do colonialismo e do predomínio absoluto das multinacionais nos países em desenvolvimento. Ao mesmo tempo, a URSS considera que a condição mais importante da frutífera actividade da UNCTAD-4 é a tomada em conta dos interesses de todos os países e povos, pois apenas um cumprimento consequente deste princípio em todas as etapas de trabalhos da sessão permitirá esperar o seu êxito.

(Exclusivo «Novosti»)

ESPANHA

A herança e a evolução

Poder-se-á conciliar o «espírito» do franquismo com o da democracia? No fundo é esta a quadratura do círculo que Arias Navarro não desespera de resolver. Ao propor aos espanhóis uma «evolução **na continuidade», uma evolução sem «ruptura»e que salvaguarde a «herança», encerva-se de antemão numa ambiguidade que a oposição considera inaceitável.** Esta não está disposta a subscrever o aforismo utilizado no dia 28 pelo chefe do Governo, segundo o qual «não se modifica aquilo que se quer conservar».

As reacções desfavoráveis e até violentamente hostis que o programa da reforma suscitou nas esquerdas, não são de espantar. Fora do tom geral das alocuções, e de um «anacronismo» que Tierno Galvan, presidente do Partido Socialista **Popular, sublinhou, as palavras de Arias Navarro deram satisfação aos conservadores ao mesmo tempo que decepcionou, por três razões, a oposição.**

Antes de mais o modo de tratar o problema. Se, por fim, parecem ter sido fixados prazos concretos, não foi dada nenhuma certeza sobre o conteudo final das reformas constitucionais que permitiriam à Es**panha sair do pós-franquismo**, reformas essas que já foram elaboradas por uma comissão mista de dezoito membros, mas cujas deliberações se mantêm secretas. Para mais, os projectos que, de longe, são mais importantes — principalmente os que dizem respeito à reforma eleitoral — deverão primeiro ser aprovados pelas cortes, largamente dominadas **pelos ultra. Vê-se com dificuldade** que eles rectifiquem textos que possam vir a ser mais tarde apoiados pela esquerda, mesmo pela esquerda moderada. Arias Navarro, que recusou aplicar a reforma por via de decreto, justifica tal atitude com a sua preocupação de respeitar a democracia. Isto é, naturalmente, jogar com palavras.

Em segundo lugar, mesmo que a situação social se tornasse tensa por alturas do 1 de Maio, o chefe do Governo utilizou um vocabulário e uma análise dos conflitos sociais, **claramente franquista. Os sindicatos «ilegais» não são mais** do que grupos de agitadores financiados pelo estrangeiro. A reforma sindical, que parecia urgente desde que os sindicatos oficiais mostraram a sua pouca representatividade, é adiada. Quanto aos separatistas, Arias Navarro, que não se referiu às reivindicações regionalistas, promete-lhes maior repressão.

Resta finalmente a espinhosa questão do Partido Comunista. O chefe do Governo afirmou de novo que continuava a não se pensar em lhe abrir as portas da futura democracia espanhola. Ora a maioria dos partidos de oposição reagrupados no seio da coordenação democrática provaram recentemente que recusavam dessolidarizar-se do P.C.E. As manobras do Governo que visavam acelerar o isolamento dos comunistas, fracassaram por agora, e há poucas possiblidades **de que triunfem amanhã.**

Para a esquerda não comunistas o **«privilégio» da clan**exigir a aplicação sem restrições dos princípios democráticos. Na realidade nenhum partido deseja dar aos comunistas o «pervigélio» da clandestinidade. Nunca Espanha ainda traumatizada pelas recordações da guerra civil, as eleições livres permitiriam segundo a maioria dos dirigentes da oposição, dar ao P.C. o lugar que lhe compete. Mas um lugar decerto modesto. A intransigência do poder neste domínio, parece-lhes pois não só injusta mas também pouco hábil.

A poucas semanas da viagem que o rei Juan Carlos deve realizar aos Estados Unidos, o chefe do Governo justificou a sua intervenção com a necessidade de sair da «confusão» o mais depressa possível. Podemos perguntar se as suas insistentes referências à «fidelidade» franquista ou os seus apelos comedidos à «compreensão» dos ultras serão o melhor método. Mas terá ele outro?

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa a que se refere o processo 8/57583, arquivo 4, para o estabelecimento no lugar de Barradas, freguesia de Louro, concelho de Vila Nova de Famalicão, de uma linha aérea a 15 kV, com 56 metros, do apoio n.º 4 da linha para o Posto de Transformação de Manuel Alves de Sá, da Companhia Hidro-Eléctrica do Norte de Portugal, ao Posto de Transformação de Louro-Barradas da Cooperativa Eléctrica do Vale d'Este, S.C.A.R.L.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 26 de Abril de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa a que se refere o processo 8/56689, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de Castelo, concelho de Sesimbra, de uma linha aérea a 15 kV com 26 metros, para interligação das linhas LI 15-39--Zambujal e RA 15-10-15-3-2 Bimbanas (RA 15-39-1 variante de Bimbanas).

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 26 de Abril de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei N.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na R. de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa, a que se refere o processo 8/40548, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de S. Sebastião, concelho de Setúbal, de modificação da linha a 30 kV para o Posto de Transformação da Sociedade Industrial Lavradores do Sado, com aumento de 12 metros, passando a derivar do apoio n.º 3 da linha para o Posto de Transformação de Águas de Moura.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 24 de Abril de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei N.º 26852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa a que se refere o processo 8/57584, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de Sanfins, concelho de Paços de Ferreira, de uma linha aérea a 15 kV, com 386 metros, do apoio n.º 15 da linha para o Posto de Transformação da Sociedade de Pedreiras do Marco, Ld.ª, ao Posto de Transformação de Sanfins-Bustelo da Câmara Municipal de Paços de Ferreira.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 26 de Abril de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

PUB

SINDICATO DOS ENFERMEIROS DA ZONA SUL

Assembleia Geral Extraordinária

CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os Profissionais de Enfermagem para uma ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA a realizar no dia 7/5/76 pelas 20.30 horas no SALÃO NOBRE DO INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1.º — Informações;
2.º — Ponto da situação da Direcção do Sindicato (medidas a tomar);

Lisboa, 3/5/76

PELA DIRECÇÃO

NOTA: É necessário apresentar a Carteira Profissional ou documento comprovativo de sócio

Estrangeiro

DURANTE UM MÊS

A conferência da UNCTAD reunirá 153 países

NAIROBI, 5 — (ANOP e R) — A Quarta Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento U.N.C.T.A.D.) foi inaugurada hoje em Nairobi por Mbiyu Koinange, ministro de Estado queniano do gabinete do presidente Jomo Kenyatta.

O presidente Kenyatta, que devia inicialmente inaugurar a conferência, não compareceu. Não foi apresentada imediatamente qualquer explicação para a sua ausência.

A conferência começou após delicados mas repetidos avisos dos Estados Unidos de que fará o que puder para satisfazer as exigêncais das nações em vias de densenvolvimento.

O secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, declarou a noite passada num jantar que as propostas que apresentará amanhã num discurso para 2000 delegados de 153 países representarão o máximo que se poderá esperar dos Estados Unidos.

«Fomos até ao limite das nossas possibilidades internas» — afirmou aos delegados de importantes nações em desenvolvimento e industriais.

Espera-se que os Estados Unidos se oponham a quaisquer exigências para uma indexação dos preços das matérias-primas — para que possam aumentar em conformidade com a inflação — e a qualquer outra proposta que interfira com o princípio fundamental de mercados livres.

Altos funcionários norte-americanos declararam que as palavras de Kissinger acerca das possibilidades internas se destinavam a indicar às outras nações que não podiam pensar em exercer pressão sobre os Estados Unidos para obterem concessões importantes, embora compreendesse as suas necessidades.

A conferência durará um mês.

O secretário-geral das Nações Unidas, Kurt Waldheim, deverá discursar também e espera-se qu saliente a importância vital das negociações da U.N.C.T.A.D. para o bem-estar de milhões de pessoas.

A maior parte da sessão de hoje será ocupada com questões de procedimento. O verdadeiro trabalho da conferência começará amanhã com importantes dicursos do presidente Ferdinando Marcos, das Filipinas, em nome dos países em desenvolvimento, e de Kissinger.

Espera-se que Kissinger cubra todos os aspectos das relações entre países ricos e pobres, desde artigos essenciais a problemas de débitos e transferência de recursos e tecnologia.

Mas apenas um ponto específico foi dado a conhecer adiantadamente — um projecto norte-americano para um banco internacional de recursos que poderia canalizar capital privado para projectos de recursos naturais em países em vias de desenvolvimento.

Kissinger declarou ontem que as nações industriais deviam reconhecer as aspirações legítimas das nações em desenvolvimento, cujas vozes não haviam sido sempre escutadas no passado.

O secretário-geral da U.N.C.T.A.D., Gamani Corea, do Sri Lanka, classificou, por seu lado, a conferência como particularmente importante e disse que um fracasso constituiria um grande revés.

Ontem, os Estados Unidos tentaram anular uma tentativa árabe para afastar a África do Sul e Israel da conferência, ao mesmo tempo que seria dado um lugar à Organização de Libertação da Palestina.

«Os Estados Unidos opõem-se e crêem que todos os membros das Nações Unidas devem ser admitidos á conferência» — comentou Kissinger quando foi informado da proposta árabe.

INGLATERRA

Acordo sobre salários de combate à inflação

LONDRES, 5 — (R.) — O Governo Trabalhista Britânico obteve às primeiras horas de hoje uma grande vitória na sua batalha contra a inflação, ao chegar a acordo completo com dirigentes sindicais sobre uma política de moderação de salários.

O acordo registou-se de madrugada, após uma sessão de dez horas entre ministros e sindicalistas de destaque, e espera-se que contribua enormemente para reanimar a libra nos mercados de câmbios.

«Posso informar-vos com absoluta certeza de que chegámos a acordo completo com o Governo. Chegámos a um acordo que deverá ser do agrado de todos» — observou Len Murray, secretário geral do Congresso dos Sindicatos (TUC) após a reunião.

O acordo voluntário, que é uma pedra basilar na batalha do Governo contra a inflação, consiste, segundo se crê, em atribuir um limite na percentagem dos salários, mais determinada verba, tudo no valor de cerca de quatro por cento, e de concessões quanto a impostos.

Os detalhes do acordo serão provavelmente divulgados após ele ter sido apresentado ainda hoje ao Conselho Geral do TUC.

Murray declarou ainda que o acordo seria do agrado não só dos sindicatos e do Governo, mas como do povo da Grã-Bretanha e de muitos países estrangeiros.

Após ter sido sancionado pelo Conselho Geral, o novo plano acerca de salários será submetido a uma conferência especial do TUC, em 16 de Junho para aprovação final, antes de entrar em vigor. Substituirá o actual máximo de um aumento de seis libras por semana, que termina em Julho.

DESASTRE NA HOLANDA

ROTERDAO (Holanda), 5 — (ANOP e R.) — Foi fixado em vinte e quatro o número de vítimas do desastre ferroviário ocorrido ontem perto de Roterdão — anunciou um porta-voz dos caminhos-de-ferro holandeses.

Segundo a mesma fonte, todos os mortos são holandeses. Entretanto, dez pessoas encontram-se hospitalizadas com ferimentos, cinco das quais em estado grave.

O desastre consistiu no choque de dois comboios.

A OPOSIÇÃO PODERA ABSTER-SE NO REFERENDO EM ESPANHA

MADRID, 5 — (R.) — A oposição espanhola pedirá provavelmente aos seus partidários que se abstenham no planeado referendo sobre reformas políticas do Governo — declarou o dirigente do Partido Socialista, Felipe Gonzalez.

Acrescentou ser inaceitável para a oposição o plano governamental de criar um Parlamento de duas Câmaras, uma composta de deputados eleitos por sufrágio universal, e outra de senadores nomeados.

Uma vez que votar não seria fazer o jogo da direita, a oposição, segundo todas as probabilidades dará instruções aos seus partidários para se absterem justificou wgonzalez.

Acrescentou que os partidos oposicionistas agrupados numa organização denominada Coordenação Democrática controlam cerca de 80 por cento do eleitorado.

Aquele dirigente socialista falava numa conferência de Imprensa conjunta com o chefe da facção socialista no Parlamento europeu, Ludwig Fellermaier, da Alemanha Federal.

Fellermaier declarou que a facção parlamentar socialista europeia levantaria hoje junto da Comissão da C. E. E., em Bruxelas, a possibilidade de suspender as negociações com a Espanha sobre a renovação do tratado comercial preferencial.

Isto devido às alegações de tortura contra a Polícia espanhola e à prisão de quatro dirigentes da Coordenação Democrática em 29 de Março.

Fellermaier revelou que o discurso proferido pelo primeiro-ministro espanhol, Carlos Arias Navarro, em 28 de Abril, no qual anunciou planos para um referendo e eleições parlamentares, no princípio do próximo ano desapontou dirigentes políticos europeus porque nada adiantou de concreto sobre autorizar sindicatos livres.

«A aceitação de sindicatos livres é para nós condição indispensável para autorizar a entrada da Espanha no Mercado Comum» — salientou Fellermaier.

Por outro lado, círculos da oposição anunciaram que a dezenas de manifestantes presos nos protestos do Dia 1.º de Maio, em Madrid foram aplicadas multas até 200 000 pesetas.

Sabe-se que 283 pessoas foram detidas numa das mais generalizadas ofensivas contra manifestantes

Vitória de Reagan sobre Ford cada vez mais provável

INDIANAPOLIS (INDIANA), 5 — (R.) — Ronald Reagan, que, segundo tudo indica, alcançará hoje a sua primeira vitória numa eleição primária num grande Estado do Norte do país, surge com grande hipótese de derrotar o presidente Gerald Ford na obtenção da nomeação presidencial republicana.

Com 80 por cento dos votos da eleição de ontem em Indiana já contados, o antigo governador da Califórnia ia à frente de Ford por uma margem de 51 para 49 por cento, e um computador previu que venceria eventualmente por 53 contra 47 por cento.

Reagan conseguiu também vitórias estrondosas sobre Ford nas primárias dos Estados sulistas de Alabama, onde ganhou por quatro votos contra um, e na Geórgia, onde venceu por dois a um.

A eleição de Indiana deu credibilidade ao antigo astro cinematográfico como um candidato capaz de ganhar fora do sul conservador, e peritos políticos pensam que tem agora boas possibilidades de discutir com Ford a nomeação republicana.

No lado democrático, Jimmy Carter continua a marcha, aparentemente sem entraves, para obter a nomeação do seu partido conseguindo vitórias fáceis em Indiana e na Georgia, o seu Estado natal.

Carter acha-se à frente na quarta primária, comparativamente de pouca importância, em Washington DC e estava envolvido em luta renhida no Alabama com o governador desse Estado, George Wallace, cuja candidatura à presidência apenas existe agora no papel, após os desaires anteriores no Sul.

As últimas vitórias de Carter fortaleceram a sua crença de que ninguém o fará agora parar, e muitos observadores pensam que, como nomeado democrático, seria muito difícil de vencer em Novembro.

A sabedoria política convencional diz que para ganhar uma eleição presidencial, um republicano deve vencer em número substancial de Estados do Sul, uma coisa que seria quaseimpossívelcontraCarter, um sulista.

REAGAN QUER O CANAL

WASHINGTON, 5 — (ANOP) — O candidato presidencial norte-americano Ronald Reagan voltou ontem à carga em defesa da pretensa «soberania» dos Estados Unidos sobre o canal do Panamá, enquanto cresce o debate nacional sobre o futuro de tal via de navegação.

Numa conferência de Imprensa em Charleston, na Virginia Ocidental, Reagan declarou que, se fosse eleito presidente, defenderia o canal como se se tratasse do Estado norte-americano do Alasca.

No entanto, em Washington, dois dos mais destacados senadores, o republicano conservador Barry Goldwater e o democrata e antigo vice-presidente Hubert Humphrey, criticaram duramente Reagan pelos seus erros históricos sobre a origem da presença norte-americana no canal.

Humphrey acusou Reagan de estar a viver um clima idêntico ao da guerra hispano-norte-americana em 1898, altura em que a Imprensa populista dos Estados Unidos originou um conflito com a Espanha acerca de Cuba. Goldwater, por sua vez, afirmou que as críticas de Reagan podem levar os E. U. A. à guerra.

Caleidoscópio

■ SALISBURY, 5 — (ANOP) — A Rodésia lançou-se ontem à ofensiva contra o levantamento nacionalista negro, com a convocação dos reservistas a «ganhar aceleração», segundo o general Peter Walls.

«Não apostaria um rublo ou um kopec nas possibilidades dos guerrilheiros» declarou Walls numa entrevista radio fónica.

As estimativas oficiais calculam a força das guerrilhas no interior da Rodésia em 1.000 homens, estando mais 5.000 a 10.000 em campos de treino em Moçambique.

■ LONDRES, 5 — (ANOP e R.) — As medidas excepcionais de segurança, tomadas ontem pela Polícia inglesa, não conseguiram impedir que a carruagem do general Ernesto Geisel fosse alvejada com alguns tomates lançados por manifestantes.

O presidente brasileiro iniciou ontem uma visita oficial de quatro dias a Inglaterra.

■ AMIENS (FRANÇA), 5 — (R.) — Um juri no novo julgamento do antigo revolucionário Pierre Goldman, de 32 anos, considerou-o inocente do assassínio de duas mulheres no assalto a uma farmácia de Paris, em 1969, mas o réu foi condenado a 12 anos de prisão por três assaltos, à mão armada que confessou ter praticado.

■ BASTIA, 5 — (F. P.) — A Frente Nacional de Libertação (FNL), Movimento Autonomista Clandestino da Córsega — reivindicou atentados cometidos à noite passada em várias cidaees da ilha.

■ TELAVIVE, 5 — (R.) — Israel comemora hoje a sua independência no meio do mais severo dispositivo de segurança já observado nos 28 anos da existência do Estado sionista.

PUB

CONTABILISTAS

precisam-se

Para coordenar e executar a contabilidade de Cooperativas de trabalhadores agrícolas, situadas na zona de Beja.

Pede-se

Idade mínima: 23 anos
Habilitações: Institutos Comerciais ou com conhecimentos profissionais equivalentes
Situação militar resolvida

Enviar resposta urgente a Largo do Lidador, 5-Beja, com indicação do curriculum pormenorizado (idade, habilitações, experiência, etc.).

PUB

SINDICATO DOS PROFESSORES

da Grande Lisboa

PROFESSORES DE MÚSICA

CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os professores de música da Zona da Grande Lisboa, de todos os ramos e graus de ensino, para uma reunião dia 5 de Maio na Escola Preparatória Eugénio dos Santos, pelas 21.00 horas com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º Informações sobre o processo em curso;

2.º Eleição do grupo sindical de trabalho;

3.º Eleição de um professor para o conselho português de música.

A DIRECÇÃO

Espectáculos

Carta aberta sobre uma carta aberta

O «Diário Popular» publicou no seu número do dia 29 um documento enviado pela AGIT (Associação de Grupos Independentes de Teatro) e dirigido, sob a forma de Carta Aberta, ao Ministério da Comunicação Social. A AGIT que é composta pelos seguintes grupos: O Bando, A Barraca, Os Bonecreiros, Os Cómicos, Comuna, Cooperativa de Comediantes Rafael de Oliveira, Grupo 4, Proposta, Trabalhadores da Casa da Comédia, Seiva Trupe, Cornuncópia e Teatro-Estúdio de Lisboa, manifesta nesse documento, de uma forma muito clara e serena, o seu espanto pelo desinteresse, pela ausência de coordenação, pela incapacidade que as entidades respectivas demonstraram no que se refere à actividade teatral.

São pontos relevantes da Carta Aberta da AGIT as seguintes questões: política geral do teatro (inexistente); política de subsídios (irregular); política de informação (paupérrima).

Pela nossa parte, nada temos a acrescentar às palavras contidas nesse documento. As suas considerações parecem-nos ditadas pelos bom-senso, justas e pertinentes. Por isso, e antes de passarmos a uma segunda parte, limitar-nos-emos a transcrever alguns trechos da Carta Aberta da AGIT, certos de que poderão interessar aos nossos leitores:

. «O chamado teatro independente é já uma realidade importante no panorama cultural português. Doze companhias de teatro encontram-se em pleno funcionamento. Em Lisboa e em digressão, estes grupos tentam estabelecer as zases para um teatro popular. Apesar das condições de trabalho modestíssimas que aceitaram e que vão desde ordenados a uma média de 8 mil escudos mensais até horas de trabalho que excedem o horário normal de trabalho, a qualidade, a inovação, o interesse e a diversidade de tendências estéticas da actividade que estão a desenvolver são uma realidade que dificilmente se negará. (...) Fazer teatro não basta. Já antes da formação da AGIT e em várias ocasiões, estes grupos defenderam que subsidiar o teatro também não basta. O teatro só pode reencontrar o seu espaço social e a sua voz pública quando inserido numa política cultural determinada e disciplinadamente comprida. O Ministério da Comunicação Social continua a não apresentar qualquer suspeita de uma política cultural que tenha em conta a actividade longa e frutífera destas companhais. (...) Subsidiar e produzir teatro é tratar da arte do espectáculo. Disso nos ocupamos: fazer espectáculos é o que podemos fazer e o que nos propomos fazer. Assim cumprimos. Que faz por seu lado o Ministério da Comunicação Social em relação à arte do espectáculo? Que campanhas de teatro organizou? Que iniciativas tomou? Que descentralização conseguiu? Que debates promoveu? Que fez? Existe no Ministério da Comunicação Social um departamento de Acção Cultural. Que acção terá no teatro? Estará satisfeito com o teatro em Portugal tal como ele existe socialmente? Nós não estamos. Será que não faz qualquer tenção de transformar a existência social do teatro que ele próprio está a subsidiar? Que iniciativas, que organizações tem neste sentido o Ministério? Se as tem não passam por nós. E se não passam por nós, por quem passarão? (...) Há muito que lembrámos ao MCS este nosso ponto de vista. Logo o Departamento de Acção Cultural concordou inteiramente na necessidade de uma rápida, intensa e permanente informação e formação teatral que revistiria muitos aspectos e nos quais seriam empregues todos os meios da Comunicação Social de que o seu Ministério dispõe (TV, Imprensa estatizada, Radiodifusão, afixagem de cartazes, etc). (...) O Ministério subsidia mas parece não estar interessado em aproveitar, em tornar verdadeiramente fecundos os subsídios que atribui. Será que está interessado em vir acusar-nos de ter feito aquilo que ele concordou ser seu dever e tarefa e... título (Acção Cultural) fazer e ser? Porque será que o Departamento de Acção Cultural adia a sua Acção? (...) A televisão, ou a pagamos também ou não existe, uma vez que o Ministério não consegue sequer que exista um «trailer» para os espectáculos subsidiados como existiu para os filmes que ele próprio exibiu no São Luiz, aludindo razões de burocracia. Recusamo-nos a farsas e temos direito a uma informação correcta e condigna. Por isso nos recusamos a participar na única porta que se nos abriria — um programa publicitário e uma produção externa da televisão e que esta continua (ignoramos porquê) a comprar ao sr. Igrejas Caeiro, para fazer a propaganda da alienação, da pornografia, do mau gosto, da estupidez, da reacção, ao lado da qual seriamos obrigados a acotovelar-nos numa informação deformada e laudatória que terá talvez a ver com «marketing» mas nada com cultura. (...). Que muito público não sabe por que muitos anos lhe manipularam o acesso à cultura também o sabemos. Que queiram continuar a manipulá-lo, que através da inércia e da falta de esclarecimento queiram continuar a privar o público português do teatro a que tem direito é aquilo que não queremos ainda ter como certeza.

«A árvore de fruto que não dá fruta é acusada de esterilidade. Quem terá examinado a terra?»

B. Brecht

Refere-se este documento de que transcrevemos algumas passagens ao papel dos órgãos de comunicação social e à forma como o têm desempenhado, lamentando, por um lado, que **não haja na Imprensa vestígios da mais pequena intenção do motivar o público para o espectáculo teatral,** acrescentando, **algumas notícias esparsas, as críticas regulares e mais ou menos elogiosas dos críticos de sempre, e é tudo,** e, lamentando, por outro lado, os insultos que alguns grupos têm sofrido por parte de outra Imprensa (são citados o «Jornal Novo» e «O Dia»).

Nisto é que nós não podemos embarcar, quer dizer, não estamos dispostos a aceitar que nos metam, embora por razões opostas, nos mesmos sacos onde se metem certos. Não estamos dispostos a aceitar isso — e é tudo.

E já que nos metemos nesta conversa não queremos deixar de ir um pouco mais longe e clarificar certas coisas que devem ser clarificadas. O documento da AGIT aparece a público em fins de Abril; ora, pela nossa parte, alertámos os grupos mesmo antes daqueles se constituirem em associação. Fizemo-lo por intermédio de um Inquérito que lhes submetemos com início em Janeiro, e cujas respostas temos vindo a publicar, infelizmente com excessiva lentidão por razões de tempo e de espaço. Lembramo-nos de que nessa altura o Teatro da Cornucópia manifestava na sua resposta (aliás, ainda não publicada) grande espanto pelo facto de nós afirmarmos que algo mudara, a nível oficial, na situação do Teatro português. É que, ao fim e ao cabo, a Carta Aberta da AGIT não põe o dedo na ferida maior não só da actividade teatral como, de uma maneira geral, da sociedade portuguesa em transformação. Referimo-nos ao facto das soluções, das iniciativas, das diligências, das resoluções, das respostas sobre o teatro serem encontradas e assumidas no segredo dos gabinetes, sem que os trabalhadores tenham acesso ao seu debate, ao contrário do que acontecia no tempo do **nefando** gonçalvismo (que a História um dia resgatará).

Quanto à Informação, pela nossa parte fizemos ainda mais do que nos competia: logo após a posse do director-geral da Acção Cultural, por volta de Setembro, apresentamos-lhe algumas sugestões para uma campanha de promoção do teatro, por ele consideradas interessantes mas que só numa pequena parte foram postas em prática. Dever-se-á perguntar, como outrora, por que é que se tem medo do teatro?

. No que se refere ao programa do sr. Igrejas Caeiro — também fomos nós, a acreditar nas acusações do produtor de «TV-Palco», quem levantou a lebre. Podemos, todavia, perguntar que fez a AGIT no sentido não diremos de conseguir a eliminação desse programa (há forças poderosas contra as quais não vale a pena lutar por mais razão que se tenha) mas no sentido de conseguir a produção de outro programa, feito a sério e com seriedade? Já apresentou a AGIT o esquema de um programa desse tipo ao MCS e à administração da RTP?

. E que esforços está a AGIT a desenvolver no sentido de fazer directamente a promoção do teatro (por exemplo, fazendo agitação de rua)?

Pela nossa parte, em relação ao teatro português não temos a consciência tranquila porque temos consciência de que deviamos (mas poderíamos?) ter feito mais, e com certeza melhor (embora não lamentemos os elogios feitos). Se trazemos isto a público não é para reclamar um prémio de bom comportamento mas apenas para demonstrar a razão por que não podemos aceitar confusões e misturas. Nem nós, como crítico, nem este jornal que sempre se colocou simultaneamente ao serviço dos leitores e ao serviço de uma cultura viva, interveniente e saudavelmente inconformista.

Carlos Porto

Filmar a inutilidade em inútil pose

Crítica de Cinema

JORGE LEITÃO RAMOS

"Jovens e atrevidas", de Vera Chytilova

FICHA:

Título original: Sedmikrasky
Realização: Vera Chytilova (Checoslováquia - 1966)
Argumento: Ester Krumbachova, Vera Chytilova e Pavel Juracek
Fotografia: Joroslav Kucera
Música: Jiri Slitr e Jiri Sust
Interpretação: Jitka Cnova (**Maria I**), Ivana Karbanova (**Maria II**), Julius Albert, etc.
Distribuição em Portugal: Filmes Castello Lopes
Cinema: Quarteto - Sala 2
Classificação: Não aconselhável a menores de 13 anos
Duração: 76 minutos

É possível fazer um filme em estilo de comédia que, em vez do riso, nos deixe, à boca do estômago, uma angústia morna, uma depressão surda?

Eis uma pergunta desnecessária para o espectador de **Jovens e atrevidas** de Vera Chytilova, feito em 1966 quando o cinema checoslovaco mexia. Não que esta película seja soturna, longe disso, mas talvez porque raramente se terá sabido identificar uma agitação frenética superficial com um marasmo interior, como neste filme.

Digamos que o seu tema é exactamente esse: o marasmo, o vazio. E que todo o filme se dedica, em ritual sadomasoquista, a ilustrá-lo, quer dizer, a representá-lo. Porém, jamais a imagem é solidamente fixa, o tempo arrastado; pelo contrário, Vera Chytilova espalha sobre o **écran** todo, ou quase, o arsenal de efeitos de fotografia, de montagem ritmada, trabalhando até à exaustão a banda sonora, a cor, as situações. Então porquê a sensação de quietude?

É que, na realidade, nada se passa. O percurso das duas Marias é um jogo sem sentido, articulado apenas pela agitação estéril. A sua «corrupção», a sua tentativa de acertar o passo pela sociedade, é um mero fazer de conta insustentável. E o seu excesso irreverente resulta afinal na melhor ilustração da ordem estabelecida.

Ordem estabelecida que é, evidentemente, a burguesa e os seus valores: a moral, o trabalho, a comida. Valores que se respeitam, milenarmente, e que correspondem a outras tantas traves mestras da repressão. E que as duas Marias não transgridem verdadeiramente.

Ordem estabelecida que é também reflectida no cinema, nos filmes e nas suas regras (formais e de conteúdo). É que, fortemente molestadas nesta película, saem em coma. Este um possível valor deste filme. A dissecação de todo um conjunto de processos que são, quase em definitivo, mandados para o museu, ou talvez (melhor) para o caixote do lixo. É uma estética do mau gosto do bonitinho (tao em voga no actual cinema checo, vidé os filmes de Karel Kachyna) é a regra intocável do filme «positivo» (que melhor ridicularização que o final amargo desta película?), da mensagem moralista. É a velha obsessão do filme que conte uma história «útil».

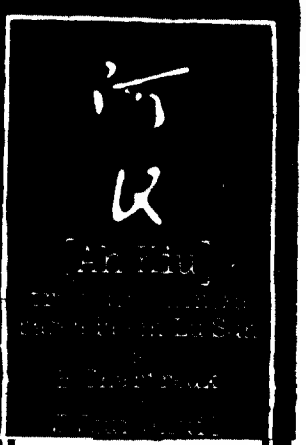
Filmando a inutilidade, filmando-a em pose, assumindo o desperdício em que o seu filme se transmuta, Vera Chytilova não afirma mas nega e o que nega é afinal a primeira barreira para uma futura construção. Filme de sinal menos, que não filme menor, **Jovens e atrevidas** abre e fecha em guerra e pelo meio é um universo lúdico de bonecas em acção. E o fim é, literalmente, o negro; a coincidir com uma explosão breve, seca e surda. Definitiva?

RESTAURANTE
(BAIXA)
ALUGA-SE
FRENTE AO TEATRO D. MARIA I — ÁREA 800m2
— Largo D. João da Câmara —
Mostra e Informa a Secção de Informações do C.P — Rossio

TEATRO DA COMUNA
à Praça de Espanha
(Metro Padrão)
Telefone 76 26 24
4 SOLDADOS E UM ACORDEÃO
de Richard Demarcy e Teresa Motta
Todos os dias às 21 horas
Domingo, às 18 horas

SÓ ATÉ DOMINGO

teatro do bairro alto
R. Tenente Raul Cascais (ao Rato)
Telefone 661515
2 SALAS
2 ESPECTACULOS
Os Cómicos
APRESENTAM
A MANDRÁGORA
de
MAQUIAVEL
HOJE, AS 21.15,
REESTREIA

SÓ ATÉ DOMINGO
Teatro da Cornucópia

(Não aconselhável a menores de 13 anos)
3.ª a sábado, às 21.15 h.
Domingo, só às 18 h.

Em ALJUSTREL o DIÁRIO DE LISBOA vende-se no CAFÉ ALIANÇA

Televisão

Canal da Crítica

Por MÁRIO CASTRIM

ECONOMIA: O CUTELO E O COLCHÃO

. Temos uma nova rubrica na Televisão Portuguesa. Chama-se «Confronto» e a sua publicação será quinzenal.

O primeiro tema em debate foi a economia. Anunciou-se a presença de «diversas tendências». Houve no entanto o esquecimento de alumiar as tendências. Ser Alfredo de Sousa, por exemplo, não é ser uma tendência pelo simples facto de ser Sousa nem muito menos pelo facto de ser Alfredo. Ou deveremos concluir que a tendência de Salgado de Matos é ser director do «Jornal do Comércio»?

. Para esclarecimento dos leitores que ontem não telespectaram aqui ficam os nomes dos participantes convidados para a mesa-redonda: António Guterres, Morais Cabral, Alfredo de Sousa, Salgado de Matos e Vasco Cal.

Ao nível da intervenção deles, sublinhe-se o que se tornou mais notório: Morais Cabral (não será ele a melhor imagem para induzir à piedade pública a penosa situação dos capitalistas, perdão!, dos gestores portugueses depois do 25 de Abril...) Cabral começou com todo o gás, apoderou-se da praça, interrompia a torto e à direita; depois baixou a cabeça, não voltou a usar da palavra a não ser depois da contagem dos 10 segundos. Estava K. O. A arma que usara — o decreto 660/74 — voltara-se contra ele próprio. Confiara demasiado na ignorância e na passividade dos outros. Fez mal, claro. Salgado de Matos estava na sua frente. Como é que raio não deu por ele?

. Os tecnocratas nunca gostaram de ouvir falar de cultura. Depois tramam-se.

QUANDO A INTELIGÊNCIA DÁ ESPECTÁCULO

Na realidade, a figura central deste debate foi Salgado de Matos. Apesar de várias vezes já ter ido à Televisão, só ontem passou a ficar na memória dos telespectadores. Ele soube aliar a inteligência, a agressividade, a calma, o sentido do ataque, a habilidade de manobra de tal modo que ninguém *pessoalmente* se poderá molestar — a não ser António Guterres, sem qualquer razão, pois Salgado de Matos se mantivera sempre no plano das ideias. Tratava-se, pura e simplesmente, de um caso de «ciúmes». Acontece com as primeiras figuras das companhias. É humano.

Na história das grandes lutas, apenas um indivíduo se viu cercado de mais inimigos do que Salgado de Matos, e deles sempre saiu vencedor: o Gary Cooper. Por isso me consola que hoje, neste País, se fale não só de Joaquim Agostinho mas também de Salgado de Matos. Dê-se oportunidade à inteligência e ver-se-á como poderá competir em popularidade com o futebol e os pedais. Provou-se.

SALGADO DE MATOS: TRÊS TEMPOS

1 — Morais Cabral ficou arrumado quando Salgado de Matos lhe mostrou como o capitalismo fora tratado benevolamente e não tão cruelmente quanto afirmara. Que o decreto 660, o papão invocado por Cabral, estava bem longe de cortar as pernas aos capitalistas, pois será com a sua bênção que se processará a tentativa de recuperação capitalista (por exemplo na Têxtil Manuel Gonçalves e outras empresas). Que os processos apontados por Morais Cabral tinham já dado as suas provas, primeiro com o salazarismo e depois com o caetanismo, com os resultados conhecidos. O tal decreto 660/74 fora, não como dissera Morais Cabral, um *cutelo*, mas um *colchão de segurança*.

2 — António Guterres falou muito e, como quase sempre acontece, quem muito fala, muito se perde. Certamente avançou ideias correctas, como a prioridade à defesa das conquistas da revolução portuguesa, como as nacionalizações, Reforma Agrária, controlo operário e nível de vida.

Simplesmente, um compromisso subjacente à indefinição da tendência que representa, quanto às relações entre o sector privado e público e à importância que ao primeiro deva ser concedida, arrastou-o para os subterrâneos de um ambíguo *contrato social* que raiou a demagogia, não não direi, isso, mas raiou o tendencioso.

A isto, Salgado de Matos mais não fez do que ressaltar o carácter dessa ambiguidade. Há que esclarecer como se pratica esse contrato face às leis próprias do desenvolvimento capitalista. Essas leis existem, não podem ser esquecidas, em nome de qualquer contrato, sem cair no idealismo. Noreformismo, se se quiser (como, mais tarde, referiria Vasco Cal).

Aqui caberá recordar que a história nos apresenta, na realidade, exemplos concretos de determinados *contratos sociais*. O que falta é saber em nome de que projecto se estabelece o contrato, em que mãos se encontra a alavanca. A NEP, contratada pelo partido de Lenine depois da Revolução de Outubro, e as nacionalizações «socialistas» na Inglaterra após a última guerra, ensinam alguma coisa sobre os contratos. Na NEP, era a classe operária quem redigia o contrato; na Inglaterra, quem o redigia era a burguesia monopolista.

3 — Quanto a Alfredo de Sousa, honra lhe seja: foi o primeiro a aperceber-se da classe dos *bichos* que tinha à esquerda. Defendeu-se. Apenas se descontrolou quando Vasco Cal se referiu à acção dos sabotadores: aí, achou-se na obrigação de acusar certas organizações de coisas tenebrosas. Muito sensível é o pêpêdismo do dr. Alfredo de Sousa...

No entanto ei-lo a fazer a apologia da participação dos trabalhadores na gestão das empresas, pois isso afinaria o sentido realista deles...

Salgado de Matos não deixou passar a lebre. O dr. Alfredo de Sousa enganava-se. Não se trata de uma participação qualquer: trata-se do sentido da participação. Nada de equívocos. Participação para reforçar o poder dos trabalhadores, é uma coisa; participação para defender o capitalismo, é outra coisa muito diferente...

Aliás, uma intervenção valiosa, nesse campo, fora anteriormente a de Vasco Cal. Este recordara que as lutas dos trabalhadores mesmo quando se orientam para melhores condições de vida, devem ter um conteúdo revolucionário. A recuperação da economia não deve fazer-se na perspectiva dos capitalistas, pois estes procuram entravar o processo revolucionário e nada mais.

Daqui, concluiu, a necessidade de uma política de esquerda do futuro governo, de modo a identificar-se com os interesses da maioria de esquerda, expressa nas eleições. Não podem ser os trabalhadores a sofrer as consequências, de uma crise que não provocaram; sacrifícios, sim, fazem-nos se não lhos forem pedidos em nome da reanimação capitalista.

Correcto. Das intervenções de Vasco Cal e de Salgado de Matos, bem como de algumas de António Guterres, vieram algumas luzes para o entendimento de certos aspectos de uma situação difícil.

Com uma certeza: o desemprego só poderá banir-se num projecto socialista. A Reforma Agrária prova isso mesmo.

Ou por que é que vocês julgam que os reaccionários, os neo-capitalistas, odeiam a Reforma Agrária?

P. S. Já que falamos de economia, como se justificará, em termos de rendibilidade, a publicidade a um produto que não existe?

. Não se trata de um absurdo. A Televisão continua a inserir publicidade ao suplemento político do «Século» que foi proibido, como se sabe.

8Algum economista responderá. Ou talvez não. Talvez não se trate de um problema de Economia. Mas que será então? — M. C.

ELECTRO JARA, L.DA

Certifico que, por escritura de 23 de Março de 1976, lavrada nas notas do 20.º Cartório Notarial de Lisboa, no livro n.º 179-C, de fl. 13 a fl. 14 v.º, foi constituída entre Álvaro Rebordão Rosa e José Augusto Pires de Carvalho uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se rege nos termos e condições constantes dos artigos seguintes:

1.º

A sociedade girará sob a denominação Electro Jara, L.da, vai ter a sua sede na Rua de Miguel Pais, 115-E, freguesia e concelho do Barreiro, e durará por tempo indeterminado.

2.º

O objecto social é a actividade de instalações e reparações eléctricas ou qualquer outra em que os sócios acordem.

3.º

O capital social é de 100 000$, encontra-se integralmente realizado, em dinheiro, e corresponde à soma das quotas dos sócios: uma quota de 50 000$, pertencente a cada sócio.

4.º

Dependem do consentimento da sociedade as cessões de quotas a estranhos.

5.º

Ambos os sócios são gerentes, com dispensa de caução, e para que a sociedade se considere validamente obrigada é necessária a intervenção conjunta dos dois gerentes.

§ 1.º Os gerentes poderão delegar os seus poderes e a sociedade poderá constituir mandatários.

§ 2.º A sociedade não poderá ser obrigada em fianças, abonações, letras de favor e outros actos e contratos estranhos aos negócios sociais.

6.º

Quando a lei não exigir outras formalidades e prazos, as reuniões de assembleia geral serão convocadas por meio de cartas registadas, dirigidas aos sócios com, pelo menos, oito dias de antecedência.

Para constar se passou a presente certidão de narrativa parcial e de teor parcial, que vai conforme o original, no qual nada há em contrário ou além do que se certifica.

20.º Cartório Notarial de Lisboa, 30 de Março de 1976. — A Ajudante, *Maria Antonieta dos Santos Carriço Estêvão.*

1-0-3879

Na FIGUEIRA DA FOZ o DIÁRIO DE LISBOA está à venda no CAFÉ REMO

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Companhia Eléctrica do Alentejo e Algarve, a que se refere o processo 8/57616, arquivo 5460, para o estabelecimento na freguesia e concelho de Mourão, de uma linha aérea a 30 kV, com 10 metros, do poste n.º 104 da linha para as Celuloses à Subestação provisória de Mourão.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 28 de Abril de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

Hoje

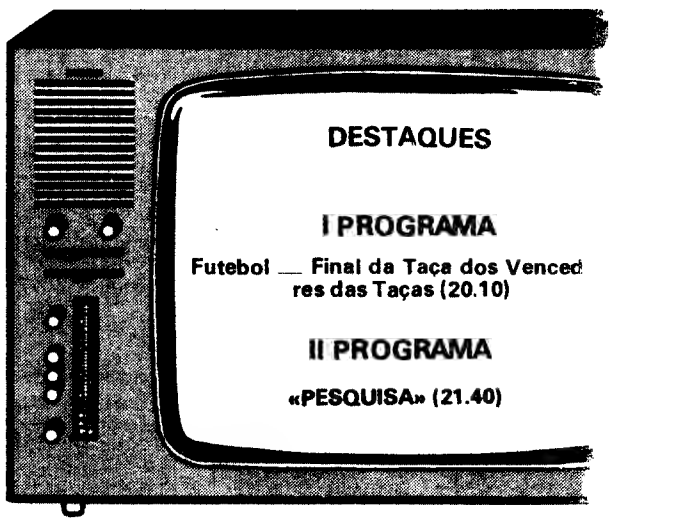
«Pesquisa»

I PROGRAMA

19.00 Abertura e **Fromação** — rubrica apresentada pelo Departamento de Programas Juvenis e Infantis.
19.25 **Educação Permanente** — mãos criadoras.
19.50 **Vamos Jogar no Totobola** — prognósticos p. o próximo concurso.
20.10 **Eurovisão** — Futebol — final da Taça dos Ven dores das Taças. Transmissão directa do Está Heizel (Bruxelas) do encontro West Ham-An lecht. Comentários de Alves dos Santos.
22.10 **Telejornal** — noticiário do País e do estrangeir
22.45 Fecho

II PROGRAMA

20.00 Abertura e **«O Soldado e Eu»** — série filmada
20.25 **As Pedras e o Homem** — Palácio de Vila Viço
20.50 **«Pesquisa»** — série filmada.
21.40 **Expedição**
22.10 **Telejornal** — em simultâneo com o I Prograr
22.45 Fecho



Amanhã

I PROGRAMA

Filmada, Carta das Fadas **13.55**: Logo à Noite. **Ciclo Preparatório T** Língua Portuguesa (1.º ano); **14.35**: Matemática (2.º ano); **15.0** (1.º ano); **15.25**: Ciências da Natureza (2.º ano); **15.50**: Educa (1.º ano); **17.10**: Matemática (1.º ano); **17.35**: Lingua Portuguesa **18.00**: Trabalhos Manuais (1.º ano); **18.25**: Francês (2.º ano). **2.º 19.00**: Abertura e Um Mundo para Descobrir — rubrica apres Departamento de Programas Juvenis e Infantis; **19.35**: «A Flecha série filmada, baseada na conhecida obra literária de Robert Louis **20.00**: TV Palco; **20.30**: Telejornal — 2.ª edição — noticiário do P trangeiro; **21.00**: Programa do Estado-Maior-General das Forças **21.40**: «Jane Eyre» — 4.º episódio com Sorcha Cusak e Michael Jay zação de Joan Craft; **23.00**: Telejornal — 3.ª edição; **23.15**: Fecho.

II PROGRAMA

20.00: Abertura e série filmada — «Gruta das Fadas»; **20.30**: «O Viveiro» — uma apeça de Henry Troyat. Adaptação e realização Pinto França; **22.45**: Telejornal; **23.15**: Fecho.

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV
SOS-CLÍNICA DE TELEVISÃO
COM RÁDIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA
DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRÁTIS — SERVIÇO PERMANENTE
Telefs. 722786-834271
Avenida S. João de Deus, 13-B - Rua Macau, 8

Desporto

Agostinho: um português domina a "Vuelta"

. Na opinião de certos entendidos em ciclismo, Joaquim Agostinho é, somente, uma *força bruta da natureza*. Não tem técnica, nem estilo, nem *cabeça*. Anda para ali...

Só que, uma vez mais, o homem de Brejenjas traz um raio de sol até ao depauperado e atacadíssimo ciclismo português: à quarta presença na «Vuelta» arrebata a *camisola* **amarela** recebendo, de imediato, honra de primeira página em quase todos os jornais ibéricos. Ele, o *apenas* fortalhaço está a bater os técnicos, os competentes, os sapientes. Acaso, com certeza...

Vamos a factos. Saltando de 28.º para 2.º, no pequeno contra-relógio da véspera, Agostinho valeu-se, ontem, na tirada para Múrcia, de uma quebra do alemão Gunther Harritz e galgou para o topo da tabela classificativa. E, bem se pode dizer que a Volta à Espanha começou agora a aquecer.

Esta sétima etapa, entre Cartagena e Múrcia (136 quilómetros) parecia que não ia ser mais do que uma etapa de transição. Mas a passagem de montanha de terceira categoria colocada a 37 quilómetros da meta viria a modificar as coisas. Todos os favoritos, depois de numerosos ataques de corredores de segundo plano encontraram-se num pequeno pelotão, à frente, ao atacarem a ascensão. Eram uns vinte. Distanciaram-se rapidamente dos restantes companheiros. Agostinho, que também durante todo o percurso tinha atacado por várias vezes estava nesse grupo da frente, de onde o belga, Ferdi van der Haute conseguiu destacar-se, a poucos metros da meta ganhando a etapa. Com o mesmo tempo do segundo classificado, Agostinho conquistou a «camisola amarela».

Mas esta «Vuelta», em que Agostinho pedalará hoje, de «amarillo» está ainda longe do fim. Luis Ocaña deverá melhorar, com o sol do Sul da Espanha e Hennie Kuiper e Dieter Thurau são adversários perigosos. Sem falar de alguns outros. Agostinho parece estar em grande forma. Como se aproximam as etapas de montanha, a «Vuelta» vai dar que falar.

ETAPA

1.º, Ferdi Van Den Haute (Bélg.) 3h 20m 16s (10s de bon.); 2.º, Elorriaga (Esp.) 3h 20m 18s (4s de bon.); 3.º, Cees Priem (Hol.); 4.º, Hennie Kuiper (Hol.); 5.º, José de Cauwer (Bélg.); 6.º, Van Springel (Bélg.); 7.º, Jean Pierre Baer (Bélg.); 8.º, Gerrie Knetemman (Hol.); 9.º, Willy Van Neste (Bélg.); 10.º, Dieter Thureau (R. F. A.); 11.º, Julian Andiano (Esp.); 12.º, Joaquim Agostinho (Port.); 21.º, José Martins (Port.) todos com 3h 20m 18s; 45.º, Gunther Harritz (R. F. A.), 3h 24m 28s; 56.º, Fernando Mendes (Port.), m.t.

GERAL

1.º, , Joaquim Agostinho (Port.), 29h 44m 45s; 2.º, Dieter Thurau (R. F. A.), 29h 44m 57s; 3.º, Jesus Manzaneque (Esp.), mt; 4.º, Hennie Kuiper (Hol.), 29h 44m 58s; 5.º, Gerrie Knetemann (Hol.), 29h 45m 10s; 6.º, Javier Elorriaga (Esp.), 29h 45m 12s; 7.º, Josep Fuchs (Suíça), 29h 45m 13s; 8.º, Luis Ocaña (Esp.), 29h 45m 20; 9.º, Bert Pronk (Hol.), 29h 45m 23s; 10.º, Agustin Tamames (Esp.), 29h 45m 24s. Classificação dos outros portugueses: 19.º, José Martins, 29h 46m 09s; 41.º, Fernando Mendes, 29h 51m 12s.

PONTOS (CAMISOLA VERDE)

1.º, De Clauwer, 74 pontos; 2.º, Ellorriaga, 73; 3.º, Priem, 62; 4.º, Kuiper, 54; 5.º, Smit, 50; 6.º, Thureau, 50; 7.º, Agostinho, 39.

A turma que Agostinho representa encontra-se em 4.º lugar na «geral», enquanto que, na «montanha», Agostinho é 3.º e José Martins ocupa a 4.ª posição. Nas «metas volantes», o melhor português é José Martins: terceiro neste momento.

O homem de Brejenjas volta a alegrar o panorama do ciclismo cá da casa

O Atlético exige anulação de castigo

Erguendo a bandeira da sua razão, o Atlético decidiu, com toda a veemência, protestar oficialmente contra o arbitrário castigo que o conselho disciplinar da Federação de Futebol lhe aplicou. Nesse sentido torna público o seguinte comunicado:

«Os sócios do Atlético Clube de Portugal em reunião extraordinária da assembleia geral, em 3 de Maio de 1976, para apreciar a decisão do Conselho de Disciplina da Federação Portuguesa de Futebol de interditar o campo da Tapadinha tendo visto o relatório do árbitro do jogo Atlético-Varzim e ouvido a direcção e associados presentes ao encontro decidem:

. «1.º — Repudiar frontalmente e com veemência o relatório do árbitro considerado-o falho de objectividade, tendencioso e de má-fé, uma vez que:

a) Por um lado, não houve qualquer tentativa de invasão do campo nem há memória de arremesso de quaisquer objectos e muito menos dirigidos à equipa de arbitragem;

b) Por outro lado, ninguém nem mesmo a equipa de arbitragem se pode arrogar o direito de atribuir a sócios do Atlético o arremesso (duvidoso!) de objectos vindos (?) do peão, pois a tal sector tem aceso o público em geral e o mesmo está muito longe da bancada reservada aos sócios.

2.º — Refutar a legitimidade da decisão do Conselho de Disciplina da Federação Portuguesa de Futebol, por todas as razões e, nomeadamente porque:

. a) Tal decisão não foi decidamente fundamentada pois teve como apoio exclusivo o já referido relatório do árbitro o qual além de duvidoso, como já foi provado, é também contraditório, pois afirma, paralelamente, que o jogo foi correcto e que o policiamento foi eficiente;

. b) Em face disso nos termos gerais de direito e até do próprio Regulamento Disciplinar (aliás obsoleto e ao que parece, constitucionalmente já revogado), o Conselho de Disciplina devia ter mandado instaurar inquérito para ssim ouvir como é de boa norma e é constitucional a outra parte interessada na questão;

c) Não tendo procedido deste modo, é o mesmo Conselho quem fere de nulidade a sua própria decisão pois com ela viola um dos mais sagrados direitos de qualquer pessoa física ou colectiva — isto é, o direito de ser ouvido antes de ser condenado.

3.º — Alertar todas as autoridades oficiais para os atropelos morais, legais e até constitucionais acima relatados, delas esperando uma tomada de posição inequívoca que conduza à solução requerida em 4.º.

4.º — Exigir a anulação imediata da decisão já recorrida, reservando-se para tanto, o direito de encetar todas as formas de manifestação e de luta consideradas necessárias à obtenção definitiva da justiça que lhes cabe e da qual, desta vez não estão dispostos a prescindir em nome do Atlético, mas principalmente a bem da moral, do direito e da própria justiça.

5.ª — Apelar para o público em geral e para os desportistas e associações desportivas em particular para que os apoiem na sua luta por um futebol menos sujeito a arbitrariedades e mais dignificado e os desculpem pelos incómodos que essa luta possa vir a causar-lhes.»

FUTEBOL EM EBULIÇÃO

Taça das Taças em Bruxelas

. Anderlecht-West Ham: final da «Taça das Taças», esta noite, em Bruxelas. Cenário: estádio de Heysel. Belgas a recezerem, no pátrio lar, uma das formações inglesas mais credidadas internacionalmente. A RTP (via Eurovisão) transmite em directo: a partir das 20 e 10, Resenbrinck, Brooking, Ludo Coeck e Robsin, mais os seus pares. Em fundo, a voz do camarada comentador: Alves dos Santos. Não perca, leitor.

SETÚBAL

O Vitória setubalense foi convidado para participar no «Torneio de Valladolid» (Espanha), que se realiza de 19 a 21 de Agosto.

BELENENSES

Os ordenados referentes a Abril, dos profissionais futebolistas do Belenenses, estão em atraso: faltam (pelo menos) 500 contos, para evitar que, a 8 do corrente (e segundo a lei vigente) todos eles fiquem desobrigados de qualquer compromisso para com a actual entidade patronal.

CASTIGOS

Mais praticantes juniores que desrespeitam a personalidade de árbitros: António Francisco Carlinhos Molha (Estrela) quis **molhar a sopa** no árbitro e apanhou seis jogos de suspensão, enquanto o colega José António Gomes da Silva ficará cinco jogos na bancada «por injúrias ao árbitro», motivo idêntico ao que deu penalidade por três encontros a Luís António Carraça Guerreiro (Ferreirense). Em outro escalão etário mais baixo (juvenis) o panorama não é diferente: Olívio Jorge do Carmo Oliveira (Progresso), Abel Joaquim Rosa Correia (Estrela) e José Joaquim Santinhos Fialho (Estoril) foram castigados, com vários jogos de suspensão, também por atitudes incorrectas para com os árbitros.

ALVALADE

Tal como oportunamente tínhamos referido, os árbitros lisboetas recusaram-se a dirigir jogos em Alvalade, tendo em consideração o atentado à integridade física que foi feito, recentemente, a um companheiro que dirigia um jogo de juniores «verde-brancos», no anexo do estádio do Sporting. Ontem, para orientar o encontro entre as reservas do Oriental e o «team» representativo da casa, foi necessário recorrer-se a assistentes, numa solução de emergência que não pode prolongar-se. Assim, o jogo foi apitado por Manuel de Jesus, acompanhado pelo ten-cor. Ferreira Canais e por Alfredo Ratão. Desfecho: 4-0 para os «leões» (dois golos do brasileiro Manoel e os restantes a cargo de Libanio e Valter).

PENALIDADE

A manter-se a interdição do Estádio da Tapadinha, o jogo Atlético-Académico terá lugar no Restelo, informa a FPF.

RECORDAM-SE?

Lourenço (João Moura Lourenço), que foi dianteiro-centro do Sporting (autor de «célebres» quatro golos ao Benfica) é agora o treinador-jogador do Luso Stars de Montreal (Canadá).

GRÁCIO

O muito estranho imbróglio liras-dólares, que provocou a prisão (em Itália) de César Grácio, secretário-geral da Federação de Futebol, tem nova achega: pelas 18 e 30, na sede federativa, há conferência de Imprensa «para prestação de todos os esclarecimentos julgados pertinentes». Assim seja.

BAPTISTA

. No «Mundo Desportivo» de hoje, o técnico Mário Wilson e o futebolista Toni garantem que não tem qualquer fundamento a notícia, dada ontem pela generalidade da Imprensa, da exigência feita por Vítor Baptista para jogar nas Antas, dizendo mesmo que vão tornar público um comunicado esclarecedor. Ponto final, desse modo na informação amplamente divulgada: Vítor Batista fica aliviado deste pecadilho.

ACIDENTE

Nova fractura na perna esquerda retira temporariamente da actividade o prof. José Moniz, que se encontra internado na Clínica dr. Oliveira Martinho. Desejamos ao técnico madeirense um pronto restabelecimento.

LIGA

Debaixo de bastante sigilo, reuniu a «Liga dos Clubes Profissionais». Ao conclave faltaram representantes do Leixões, do União de Tomar, da Cuf e do Boavista. Lado-a-lado estiveram portistas e «leões». O tema mais dissecado talvez tenha sido a manutenção de boas relações com os actores do espectáculo.

VILANOVENSE

O Vilanovense, atendendo à **actuação facciosa** do árbitro portuense Américo Borges, enviou à Comissão Central uma exposição a lamentar o desempenho daquele juiz no jogo realizado no domingo, em Vila Nova de Gaia.

NELSON

Não considerando a sua assinatura em compromissos recentes tomados com o Sporting de Braga e com o Marítimo, o sportinguista Nelson revalida o contrato com o patrão actual, ficando em Alvalade pelo menos mais uma temporada.

ZEZINHO

Também o **axadrezado** Zezinho (marido da artista Luisa Salgado) prolonga a sua estadia no Bessa: mais dois anos, com melhoria de situação financeira.

Lá fora

BRASIL

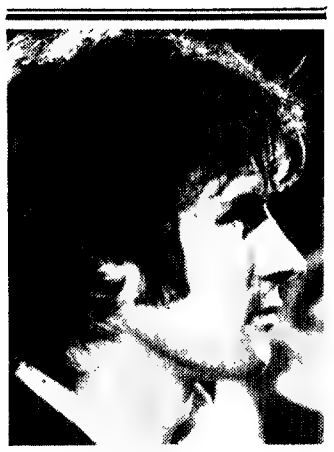
O Fluminense derrotou por 3-1, o Botafogo, no clássico da 12.ª jornada do primeiro turno do campeonato carioca de futebol.

Outros resultados: Americano-Bonsucesso, 1-1; Goitacás-Madureira, 1-1; Vasco da Gama-América, 2-1; Flamengo-Volta Redonda, 1-1; Portuguesa-São Cristóvão, 0-0 e Campo Grande-Bangú, 0-0.

Os resultados da 12.ª jornada do primeiro turno o campeonato paulista de futebol foram os seguintes: Guarani-Corintians, 1-0; São Paulo-Santista, 1-0; América-Santos, 2-0; Marília-Paulista, 1-1; São Bento-Botafogo, 2-0 e XV de Novembro-Palmeiras, 1-1.

A classificação, em São Paulo, no grupo A: São Paulo, 18; Portuguesa, 13; XV de Novembro, 12; São Bento, 9; Comercial, 7 e Paulista, 6. Grupo B: Corintians, 18; Guarani, 18; Ferroviária, 9; Juventus, 8; Botafogo, 8 e Marília, 3. Grupo C: Palmeiras, 15; Ponte Preta, 14; América, 11; Santos, 10; Noroeste, 9 e Santista, 8.

PORTUGAL



Carlos Lopes: segundo «L'Équipe», é candidato olímpico. É um dos 17 mais nos 10 quilómetros

O Atletismo continua em fase ascensional. Campeonatos nacionais de juvenis (femininos e masculinos) marcados para este fim-de-semana, no Estádio Universitário de Coimbra. Entretanto, estão confirmadas algumas saídas além-fronteiras: José Carvalho para Atenas (de hoje até 8 do corrente); Aniceto Simões, Anacleto Pinto e José Sena na Jugoslávia (Zagreb e Libuliana, a 7 e 9 deste mês); Vasco Pereira e Armando Aldegalega para a maratona de Amesterdão (dia 8); Carlos Lopes e Fernando Mamede em Colónia, Alemanha (dia 21); José Carvalho, Carlos Cabral, Aniceto Simões e Helder de Jesus em Sofia (dia 22); Carlos Lopes em Munique (dia 29).

TÉNIS DE MESA

Prosseguiu a disputa da «Taça de Portugal», em ténis de mesa, com os desfechos seguintes: Belenenses-Palmeiras, 0-3; Paço de Arcos-Sporting de Alenquer, 3-0; Sporting-Desportivo da França, 3-1; Académica da Amadora-Centro Católico 3-2; e Mocidade para Cristo-Ávila, 3-0. O SL Amoreiras ficou isento.

Os campeonatos associatipos de ténis de mesa de Leiria começaram ontem a disputar-se e prolongar-se a 8 e 11 do corrente, respectivamente na sede do Campos do Lys e na Casa da Cultura (em Caldas da Rainha).

HALTEROFILISMO

O técnico italiano Giuseppe Baccari orienta amanhã, pelas 21.30, um colóquio sobre halterofilismo, na D.G.D.

RÂGUEBI

Amanhã, (18 e 30), no pavilhão do CACO, a Federação de Râguebi dá uma conferência de Imprensa para apresentar o programa da visita de Portugal da equipa do Sussex County e do «Torneio Seven-a-Side», a realizar no próximo sábado, no Estádio Universitário de Lisboa.

VILA FRANCA DE XIRA

Prossegue o programa desportivo da «I Exposição-Feira Agrícola e Industrial», de Vila Franca de Xira. No cartaz de hoje: ténis de mesa (na Patriarcal), karate e judo (no palco da exposição). Amanhã: 3.ª jornada do torneio concelhio de futebol (campo do União de Vilafranquense). Sábado: festival desportivo (no rectângulo da União Vilafranquense), andebol de sete (Alverca-U. Vilafranquense), basquetebol (Alhandra-U. Vilafranquense), halterofilismo (por atletas do Alhandra Sporting Clube) e tiro ao arco (pelo M.D.J. Alhandra), ginástica (com a participação de clubes do concelho). Domingo: marcha e atletismo nas ruas da vila (para infantis, iniciados, juvenis, juniores e seniores, femininos ou masculinos), provas de remo nà pista de Vila Franca de Xira e motonáutica no Tejo, frente ao jardim.

HÓQUEI PATINADO

Na equipa nacional de hóquei patinado, que viajará para Oviedo, uma troca: por lesão, Castro cede o posto a Basílio. Portanto, um sportinguista rende um portista.

ESGRIMA

Durou três quartos de hora a assembleia geral da Federação de Esgrima: o relatório das actividades de 1974-75 foi aprovado por unanimidade.

FIGUEIRA DA FOZ

No próximo dia 9, efectua-se uma confra ternização entre amigos do Ginásio Clube Figueirense, da Figueira da Foz.

haverá competições de várias modalidades (basquetebol, ténis de mesa, natação, xadrez) todas para veteranes. Ainda no programa: almoço festivo e concurso de quadras, com versos em que (obrigatoriamente) terá de ficar inscrita a palavra «ginásio» ou o termo «vai d'arrinca».

Desporto

LIVERPOOL CAMPEÃO INGLÊS

Ao derrotar o Wolverhampton Wanderers (por 3-1) o Liverpool conquistou o título de campeão da 1.ª Divisão, da Liga Inglesa de Futebol. O Liverpool estabelece, assim, novo recorde do campeonato que conquistou agora pela 9.ª vez.

Neste época, uma das mais renhidas de sempre, quanto à questão do título, o Liverpool chegou ao fim das 42 jornadas com 60 pontos. Ou seja: mais um que o Queen's Park Rangers e mais quatro que o Manchester United, que terminou no 3.º lugar.

O Liverpool sofreu bastante até alcançar o ambicionado título já que os seus golos só foram marcados nos últimos 15 minutos. De início, tudo indicava que o título iria pela primeira vez para o Queen's Park Rangers, quando Steve Kindon colocou o Wolverhampton em vantagem, aos 14 minutos. Apesar dos esforços dos visitantes, o resultado não sofreu alteração até ao intervalo. Continuando a insistir no ataque, o Liverpool alcançou o tento da igualdade, aos 75 minutos, por intermédio de Kevin Keegan, o que motivou uma invasão de campo por parte dos adeptos do Liverpool. Nova invasão de alegria aconteceu aos 85 minutos, quando John Toshack obteve o segundo tento dos visitantes. Finalmente, a encerrar com chave de ouro, Ray Kennedy obteve o terceiro golo dos campeões, mesmo no último minuto.

O Queen's Park Rangers, que há dez dias jogou a sua última partida no campeonato, assistiu, em Londres, ao jogo, através de um circuito fechado de Televisão. A vitória do «Wolves» ou mesmo um empate com muitos golos daria o título aos londrinos.

O Wolverhampton desce à 2.ª Divisão, juntamente com o Burnley e com o Sheffield United, O Birmingham, que estava em riscos de despromoção, salvou-se mercê do empate a um golo com o Sheffield. Caso o «Wolves» vencesse e o Birmingham perdesse, as posições inverter-se-iam.

Cerca de 60 000 espectadores assistiram à vitória, por 2-0, do Manchester United sobre o Manchester City, o que deu aos «Red Devils» alguma consolação depois da derrota sofrida no passado sábado, na final da «Taça de Inglaterra», frente ao Southampton, da 2.ª Divisão. Milhares de adeptos do United invadiram o rectângulo, no fim do jogo, vitoriando os seus jogadores e o treinador da equipa, o escocês Tommy Docherty, bem nosso conhecido por ter estado ao serviço do F.C.do Porto.

A queda dos ricaços: Tenerife elimina Real

O Tenerife, modesta equipa da 2.ª divisão espanhola eliminou o poderoso Real Madrid da Taça de Espanha, em futebol.

Ainda que os madrilenos tenham vencido por 1-0 o encontro de ontem disputado na capital espanhola vêem-se afastados da prova, pois tinham perdido na primeira «mão» por duas bolas a zero.

A equipa madrilena parecia encaminhar-se para uma vitória fácil, ao conseguir apontar, aos oito minutos apenas, o que viria a ser o único golo da partida, por intermédio de Santillana. Todavia, perante o desespero dos 40 mil adeptos do Real, presentes no Estádio Santiago Barnabeu, o Tenerife não consentiria mais golos até ao fim da partida.

VENDA DE CORTIÇA

A C. P. Caminhos de Ferro Portugueses, aceita propostas para a venda de cortiça de sua propriedade, a extrair no corrente ano, sendo a extracção por conta do comprador.

As condições gerais do concurso, tal como as datas e os locais da abertura das propostas encontram-se patentes em diversas estações das Linhas do Douro, Corgo, Tua, Sabor, Minho, Guimarães, Póvoa, Vouga, Dão, Norte, Beira Alta, Beira Baixa, Leste, Oeste, Sul e Sado e nos Ramais de Sernada a Aveiro, Cáceres, Alfarelos e Montijo, bem como no Serviço de Domínio e Exploração Agrícola do Departamento de Instalações Fixas, na Estação de St.º Apolónia Lisboa, onde poderão ser prestadas quaisquer informações.

A cortiça a extrair pertence a sobreiros localizados ao longo de todas as Linhas e Ramais atrás referidos.

PUB

CAIXA DE PREVIDÊNCIA E ABONO DE FAMÍLIA DO DISTRITO DE BEJA

Sede: Avenida Vasco da Gama, 17
Telefones 241 41/5 — BEJA

AVISO

COLÓNIAS DE FÉRIAS INFANTIS

Dá-se conhecimento a todos os beneficiários desta Caixa de Previdência, que se encontra aberto até ao dia 10 de Maio nesta Caixa nas Casas do Povo ou ainda nas Delegações Clínicas a inscrição para a frequência da Colónia de Férias Infantis de:

Albufeira { 1.º turno—20 de Julho a 3 de Agosto
2.º turno—27 de Agosto a 10 de Setembro

A inscrição que é sujeita a rateio, admite crianças desde os 7 aos 11 anos feitos antes do respectivo turno.

A distribuição dos turnos de frequência será oportunamente comunicada aos inscritos.

Beja, 30 de Abril de 1976.

A COMISSÃO ADMINISTRATIVA

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

EDITAL
N.º 30/76

Faz-se saber que no dia 25 de Maio de 1976, pelas 15.30 horas, terá lugar na 1.ª Repartição—Armazéns e Imprensa Municipal da Direcção dos Serviços Técnico-Especiais, Avenida 24 de Julho, 171, o concurso público para «FORNECIMENTO DE DUAS VIATURAS BASCULANTES E EQUIPADAS COM GRUA PARA TRANSPORTES DE CARGA», com base de licitação de 1.300.000$00 (Proces-n.º 15/76/CP/DSTE).

O depósito provisório é de 32.500$00 e o definitivo de 5 % da importância da adjudicação, sendo o primeiro efectuado na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, suas filiais, agências ou delegações, mediante guia preenchida pelo concorrente de harmonia com o modelo 1, anexo ao «Programa de concursos para adjudicaação de empreitadas e de fornecimentos da Câmara Municipal de Lisboa», publicado no «Diário Municipal» n.º 7673, de 24/10/1960.

O processo de concurso encontra-se patente, todos os dias úteis na referida repartição.

Paços do Concelho de Lisboa, em 26 de Abril de 1976.

O Presidente,
DA COMISSSÃO ADMINISTRATIVA

Lino José Góis Ferreira
Coronel

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

Escola Superior de Estudos Sociais e Económicos Bento de Jesus Caraça

ÉVORA

(Criada pelo Decreto-Lei n.º 513/75, de 20 de Setembro)

Vagas existentes a tempo pleno para docentes nas seguintes áreas de conhecimento:

— Evolução das Estruturas Sócio-Económicas Portuguesas.
— Economia e Gestão Agrícolas.

As candidaturas serão aceites até 7 de Maio. Resposta ao Apartado 106 — ÉVORA.

PUB

LEILÃO DE OBJECTOS RELÓGIOS, OURO E PRATA

No dia 11 de Maio do corrente ano, pelas 10 horas, serão vendidos em leilão, na Tesouraria dos Hospitais Civis de Lisboa (Hospital de S. José), vários objectos que pertenceram a doentes e que não foram reclamados dentro do prazo legal.

Os arrematantes, entregarão, como sinal, no acto da arrematação, vinte e cinco por cento do preço da compra e três por cento do mesmo preço para despesas de publicidade, devendo satisfazer os restantes setenta e cinco por cento no prazo de oito dias a contar da data da adjudicação, e levantar os objectos arrematados, vinte e quatro horas depois de efectuado o pagamento.

O não cumprimento dos prazos referidos, implica a perda do sinal ou o direito à posse dos objectos arrematados.

O ADMINISTRADOR
Fernando A. H. Pimenta

discoteca CLÁSSICA itinerante

UNICA ORGANIZACÃO DE **VENDA DE DISCOS** A PRECOS INCRIVELMENTE BAIXOS PARA FOMENTO E PROMOÇÃO DA CULTURA MUSICAL JUNTO DE TODA A POPULAÇÃO

Faça parte integrante da nossa Organização. Peça esclarecimentos enviando **1$50** em selos de correio ao Apartado 5095 — Lisboa - 5

MILHARES DE LEITORES POR MINUTO

Técnicamente, as oficinas da Renascença Gráfica são das mais actualizadas da Europa. Das suas rotativas saem diáriamente milhares de exemplares de publicações e cartazes, a um novo ritmo de produção e de acabamento. Economia, quer isto dizer. E novas possibilidades de criar Imaginação e Leitores.

Serviços Comerciais da Renascença Gráfica, SARL

R. Luz Soriano 44 Lisboa Telef. 321154/5-320271/2/3

Geral

Portugal representado na reunião da UNCTAD

Portugal estará presente na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio, Auxílio e Desenvolvimento (U.N.C.T.A.D.), que decorre em Nairobi (Quénia). A delegação portuguesa será chefiada pelo dr. João Pequito,

A delegação, que chegará à capital queniana no dia 9 de Maio, é ainda integrada pelos seguintes elementos: dr. Manuel Barreiros Martins, dr. António Marta (Banco de Portugal-Ministério das Finanças), dr. Júlio Torres (Ministério do Comércio Externo e Turismo), dr. Vítor Simões (Ministério da Indústria e Tecnologia), dr. José Carlos Almeida (Ministério dos Negócios Estrangeiros), dr. Fernando Oliveira Neves (Ministério dos Negócios Estrangeiros), dr. José Luís Almeida Fernandes (secretário da Cooperação Económica e Técnica Externa-Ministério dos Negócios Estrangeiros).

Luís Santos (P.C.P.)

Continuação da pag 11

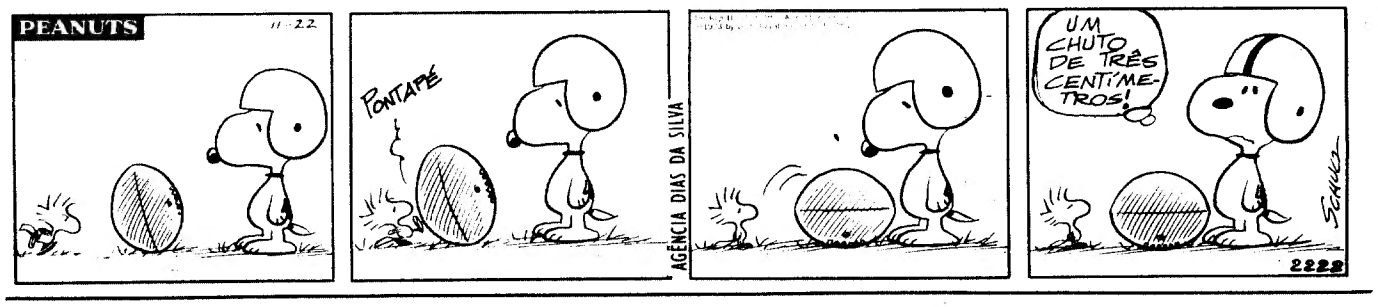
e da Madeira. Quer, apesar disso, fazer algum comentário?

Luís Santos — Aproveito, sim. Os projectos propostos pelas Juntas Regionais, (e muito especialmente o dos Açores) continham matéria anticonstitucional e tentativas de recuperar posições defendidas pelo separatismo e a burguesia insular mas que não foram consagradas na Constituição.

Não cabe aqui entrar em pormenores, mas as tentativas de integrar no domínio da autonomia regional a própria plataforma marítima; a introdução abusiva da capacidade legislativa ao nível de lei para a Assembleia Regional, em lugar do normal decreto; o alargamento da capacidade eleitoral para a Assembleia Regional a todos os emigrantes e mesmo aos madeirenses e açorianos residentes no continente, introdução no capítulo do Regime Económico e Financeiro, de medidas que representavam recuos ao que, na luta contra o capital, já foi conquistado a nível nacional pelos trabalhadores e de outras medidas que abriam a porta a um desenfreado apoio (à custa dos trabalhadores) dos futuros governos regionais a empresas capitalistas privadas — são alguns dos pontos que deverão ter sido corrigidos pelo Governo e pelo Conselho da Revolução.

Mas agora (e já atrás fizemos referência a este problema) é necessário criar condições para fazer frente às pressões políticas que vão surgir, e para fazer respeitar, caso por caso, a lei, a legalidade democrática e a unidade nacional.

A anunciada legalização dos movimentos separatistas dos Açores e da Madeira através do recurso «legal» à formação de um partido — a União «Democrática» Atlântica — deve ser firmemente denunciada e tal manobra analisada em pormenor pelos órgãos de soberania.



1 SEMANA EM ROMA
excepcional oportunidade
PARTIDAS: 16 a 23 de Maio
10 a 17 de Junho
Preço único: 7.100$
Incluindo: avião + transportes em terra + hotel de 1 classe superior + visita da cidade
ORGANIZAÇÃO EXCLUSIVA
abreu
fundada em 1840
LISBOA Av. da Liberdade 160 • Telef. 320021
PORTO Av. dos Aliados 207 • Telef. 37921
COIMBRA Rua da Sofia, 2 • Telefs. 27011/2
FARO Rua Cons. Bivar 65 • Telefs. 25035/6
CONSULTE SEU AGENTE DE VIAGENS

tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava muito nublado e chuviscava junto à Costa Ocidental.

TEMPERATURAS EXTREMAS

RÉGUA

Máxima ..... 20,5°

PENHAS DA SAÚDE

Mínima ..... 2.°

PREVISÃO GERAL ATE ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Céu muito nublado; vento moderado de sudoeste; neblina a partir da noite de hoje com diminuição de nubelusidade; rotação do vento para Noroeste e aguaceiros.

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H.

PORTO	13°
PENHAS DOUR.	6°
COIMBRA	11°
PORTALEGRE	10°
LISBOA	12°
FARO	11°

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
7.47	3,4 m	1.09	1,3 m
20.05	3,6 m	13.26	1,4 m
Dia 6			
8.44	3,3 m	2.08	1,4 m
21.07	3,5 m	14.29	1,5 m
Dia 7			
9.55	3,3 m	3.19	1,4 m
22.21	3,5 m	15.45	1,5 m

AMANHÃ

NASCER ÀS 6.34
OCASO ÀS 20.34

DIA 7 — DIA 13 — DIA 20 — DIA 29

BOLSA DE LISBOA

VALORES	EFEC.	COMPRA	VENDA
OBRIGAÇÕES DO ESTADO			
Cons. 2 3/4 %	–	275$	–
Cons. 3 %	300$	300$	305$
Cons. 3 1/2 %	–	350$	–
Centenários	–	810$	–
Tes. 5 %	–	835$	–
Tes. 10 %	530$	525$	530$
Extern. 1.ª - s.	–	450$	–
Extern. 1.ª - c.	450$	450$	–
Extern. 3.ª - s.	–	475$	–
Extern. 3.ª - c.	–	475$	–
Caut. 3.ª - s.	–	–	140$
FUNDOS PÚBLICOS			
A. Ex. 6 %	–	760$	–
C.M.L. 5 3/4 %	835$	835$	–
C.P. 5 1/2 % — 67	–	–	700$
C.P. 5 1/2 % — 68	–	700$	–
C.P. 5 1/2 % — 69	–	700$	–
Corr. 5 3/4 %	–	820$	–
Metr. 5 3/4 %	810$	800$	–
Tur. 5 3/4 %	–	850$	830$
C.P. 6 3/4 %	–	810$	–
ELÉCTRICAS			
G. 5 % — 58	–	690$	–
G. 5 % — 59	680$	680$	–
G. 5 % — 62	–	–	–
G. 5 % — 63	–	–	–
G. 5 % — 64	–	–	–
G. 5 % — 65	–	780$	–
G. 6 % — 67	–	780$	–
G. 6 % — 69	900$	890$	910$
G. 7 %	–	640$	–
H.E.A.A. 5 %	–	700$	–
H.E.C. 5 %	–	760$	–
H.E.C. 6 %	–	700$	–
H.E.D. 5 %	–	620$	–
H.E.D. 6 %	–	735$	–
H.E.N.P. 5 %	–	–	–
H.E.S.E. 5 %	–	–	760$
H.E.S.E. 6 %	760$	630$	–
H.E.Z. 5 % — 57	–	740$	–
H.E.Zêz. 6 %	–	710$	–
N. Elec. 5 %	–	–	680$
N. Elec. 6 %	–	600$	700$
Termoel. 5 %	–	–	–
U.E.P. 5 % — 60	–	740$	–
U.E.P. 5 % — 63	–	–	–
U.E.P. 6 %	–	–	–
U.E.P. 7 %	–	–	–
DIVERSAS			
A.P.T. 5 % — 56	–	720$	–
A.P.T. 5 % — 58	700$	700$	–
Lisnave 6 %	–	770$	790$
Nitratos — 60	–	600$	–
Pet. 2.ª e 3.ª	–	–	–
Sacor 7 %	820$	820$	830$
Sacor 5 % — 54	–	–	–
Sacor 5 % — 60	–	–	–
Sid. 5 % — 2.ª	–	–	720$
Sid. 5 % — 3.ª	–	–	720$
Sid. 5 % — 4.ª	–	–	720$
Socel 5 %	–	–	–
R. Fabril — 67	–	–	830$
R. Fabril — 68	800$	800$	–
ULTRAMARINAS			
Carbonif. 5 %	–	–	–
Rev. 5 % — 57	–	–	–
Rev. 5 % — 59-60	–	–	–
Moçambique 5 %	–	–	–
Sonefe 5 %	–	–	–
FUNDOS DE INVESTIMENTOS			
Atlântico	–	–	–
F.I.D.E.S.	–	–	–

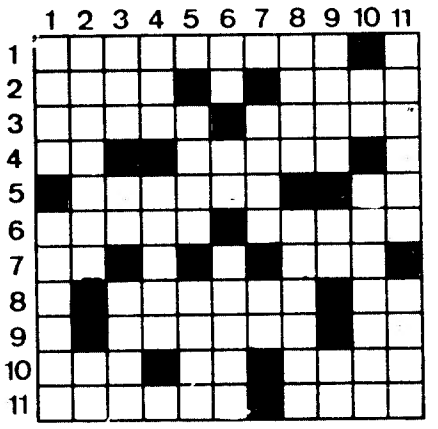
TRINDADE
INATEL
APRESENTA
NO PERÍODO DE 7 a 23 de MAIO
(num total de 15 representações)
O GRUPO DE TEATRO «PROPOSTA»
com a peça
NOTÍCIAS DO PODER
Os sócios do Inatel, dos Sindicatos, dos C. C. D. e C. P. T., beneficiam de 50 % de desconto em todos os lugares.

BARES • BOITES
RESTAURANTES
DANCINGS
NINA — Dancing com atracções. Rua Paiva de Andrade, 7-13 Telef. 368859*368197. Rosy Striptease.
CASINO ESTORIL — Jogo autorizado. Variedades internacionais. T. 261461/264526/264586/264621/264946

PALAVRAS CRUZADAS

COM PROVÉRBIO

PROBLEMA N.º 11 361



HORIZONTAIS:

1 Desses massagens a. Artigo definido.
2 Exercício. Tempo do verbo ser. Filtrar.
3 Cantigas. Inércia.
4 Soberano da Pérsia. Sorte.
5 Fazer retroceder. Aqui.
6 Último. Palmeiras da Amazónia.
7 Pa agaio da Am zónia. Anuência.
8 Rezaras. Artigo definido.
9 Sossegado. Oferece.
10 Mo arca. Se undo. Di idir ao meio.
11 Nome de frutos. Cada uma das partes duras e calcificadas que formam o esqueleto dos animais.

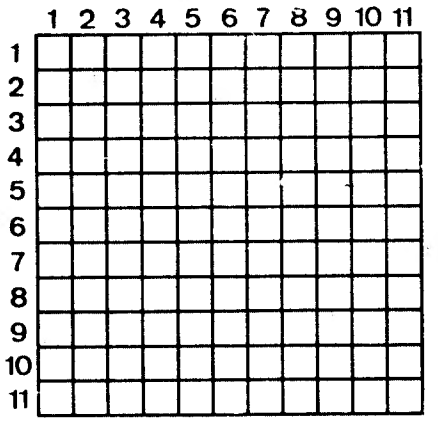
VERTICAIS:

1 Nome de dois heróis gregos da guerra de Tr a. Prendera.
2 Residiria. Preposição.
3 Romeiro de Meca. Neon (s. g Inv). Vagar.
4 Filtra. O mesmo que alfaiate (Insecto).
5 Pr meiro rei dos Hebreus. Junta.
6 Catedral. Aqui. Verbais.
7 Xaile das mulheres indias e parses. Pr posição la'ina que designa movimento.
8 Boatos. Apareço em lugar alto.
9 Liquido que se separa do leite e do sangue depois de coagulados. Medida itinerária do Japão. Pertences.
10 Prefixo de privação. Sedimentos.
11 Rezaras. Curo.

Resolveu completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º 7521



HORIZONTAIS:

1 Irmã. Irmão de leite.
2 Desperta. Gavinhas.
3 Porco. Brincadeiras.
4 Aversão. Dose (fig).
5 Freguesia do concelho da Covilhã. Post scriptum.
6 A Pérsia. Braço de mar.
7 Tempo do verbo ir. Gálio (s.q).
8 Cinquenta e cinco em romano. Punições.
9 Tranca de ferro. Referi.
10 Cupido. Actinio (s.q). Raer.
11 Tratamento dado às freiras. Desenruga.

VERTICAIS:

1 Terreno inculto com plantas agrestes. Cidade de Portugal.
2 Socorre. Avarento.
3 Laço. Paz. Grande quantidade.
4 Fisgar ou ferir com arpão. Acontecimento.
5 Quinto filho de Jacob. Espécie de chibo africano.
6 O mesmo que cárdeo.
7 Basta. Acomete.
8 Aquele que lê. Vi (inv).
9 Nome de mulher. Autoridade japonesa.
10 Filtra. Pândegas (fig pop).
11 Restos mortais. Agarrara.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11 360

HORIZONTAIS:

1 ESCRIVÃO. Co.
2 R:EIS: Irmão.
3 Aro. Caçadas.
4 Sassamos. Va.
5 Só. Sós. Cal.
6 Cãs. Casa.
7 Ac. Or. Pio.
8 Doirados. Pé.
9 Ruma. Orçais.
10 Atamos. Oro.
11 Oó. Se. Sara.

VERTICAIS

1 Eras. LADRÃO.
3 Cioso. Imã
4 Rs. Coram.
4 Rs. Caram.
5 Casara. Os.
6 Víamos. Dose.
7 Arcos. Por.
8 Samo. Ciscos.
9 Ad. Cão. Ará.
10 Coavas. Pior.
11 Salames.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7520

HORIZONTAIS

1 Beje. Acabas. Ria. Ataca.
3 As. Rau. Arrá.
4 Barra. Aer.
5 Aramá. Ba.
6 Ela. Aar. Im.
7 Mias. Frente.
8 Amo. Ti. Nuas.
9 Ro. Polvo. Rã.
10 Assomais. Ad.
11 Tarro. Mossa.

VERTICAIS

1 Brasa. Marat.
2 Eis. Reimosa.
3 Já. Balão. Sr.
4 Ramas. Pôr.
5 Nara. Tomo.
6 Ur. Afila.
7 Cá. Abar. Vim.
8 Ata. Arenoso.
9 Bara. Nu.
10 Acreditaras.
11 Saar. Mesada.

PROVÉRBIO: ESCRIVÃO LADRÃO

farmácias de serviço

LISBOA

TURNO E-1

Toda a noite

ALVALADE
Belo, Avenida de Roma, 53-A (Tel. 776314).
AVENIDAS NOVAS
Vale, Avenida Marquês de Tomar, 45-49 (Tel. 778013)
BAIRRO ALTO
Gonçalves, Rua da Rosa, 176-178 (Tel. 362687)
BAIRRO DA ENCARNAÇÃO
Ascenso, Praça Norte, 11-A (Tel. 311216)
BAIXA
Simões Pires, Rua da Prata, 115 (Tel. 362350)
BENFICA
Macedo, Estrada do Poço do Chão, 69-C (Tel. 703697)
CAMPOLIDE
Imparcial, Rua General Taborda, 28 (Tel. 680931)
ESTRELA
Linalde, Rua Ferreira Borges, 30 (Tel. 660955)
GRAÇA
Mourão, Largo da Graça, 63 (Tel. 860700)
LUMIAR
Douro, Alameda das Linhas de Torres, 93-A (Tel. 7911310
SANTO AMARO
Teles, Rua João de Barros, 2 frente (Tel. 638176)
S. SEBASTIÃO DA PEDREIRA
S. Sebastião, Largo de S. Sebastião da Pedreira, 1-9 (Tel. 48642)

TURNO E-2
Até às 22 horas

ALTO DE S. JOÃO
Vitalis, Rua Morais Soares, 69 (Tel. 841779)
ANJOS
Guerra, Rua Andrade 32-36 (Tel. 845513)
ALAVALADE
Marbel, Avenida de Roma, 131-A (Tel. 776235)
AMEIXOEIRA
S. Bartolomeu, Via Paulo Jorge,1(Galinheiras-Charneca) (Tel. 790969)
ANJOS
Magalhães, Avenida Almirante Reis, 4-D/F (Tel. 49479)
AREEIRO
Garantia, Av. Padre Manuel da **Nóbrega, 5-A/B (à Praça do** Areeiro) (tel. 727300)
AVENIDAS NOVAS
Saldanha, Av. Praia da Vitória, 53 (Tel. 43938)
BENFICA
S. João, Estrada da Luz 124-A (Tel. 783179)
CAMINHOS DE FERRO
Frazão, Rua Cruz de Santa Apolónia, 90 (Tel. 847019)
ESTRELA
AndradeRibeiro, Avenida Infante Santo, 66-B (Tel. 666971)
PICHELEIRA
Marluz, Calçada da Picheleira, 140-A/C, (Tel. 720703-728395)
OLIVAIS-SUL
Antunes Rosa, Praça da Cidade do Luso, lote 199 (Tel. 313610)
REGO
Universitária, Rua Alfredo Roque Gameiro, 29-D (ao Hospital de Santa Maria) (Tel. 778953)
RESTELO
Tanara, Rua Rodrigo Reinel 3-A (à encosta do Restelo próximo dos Moinhos) (Tel. 611814)
S. PAULO
Central, Rua de S. Paulo 108 (Tel. 320389)

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Miraflores, R.António Granjo, 2 (T.213161)
PAÇO DE ARCOS
Trindade Brás, R.Costa Pinto, 184 (T.2432034). Toda a noite
OEIRAS
Godinho, R.Cândido dos Reis, 98 (T.2430090). Até às 22 horas
NOVA OEIRAS
Leal. Até às 22 horas
CARCAVELOS
Central. Toda a noite
S.DOMINGOS DE RANA
Godinho da Silveira, Av. Sabóia, 29-B (T.260085). Até às 22 horas
PAREDE
Brandão, Av. da República, 77-C (T.2471054). Toda a noite
S.JOÃO DO ESTORIL
S.João. Quinta da Carreira, 2 (T.2472278). Toda a noite
AMOREIRA
Amoreira. Toda a noite
CASCAIS
Marginal, Av. Marginal (T.280078). Até às 22 horas; **Nova,** E.de Alvide, Fontainhas (T.281044). Toda a noite

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Melo, P.D.João I, 9-B (T.932756); **Central,** Av. Cardoso Lopes, 25 (T.932210); **Igreja,** P.da Igreja, 22-A (T.937740); **Jardim,** Av. Conde de Oeiras, lote 120, Reboleira (T.938424)
DAMAIA
D.JoãoV, Av.Gurgel do Amaral, 2-A (T.970523)
QUELUZ
Correia, L.do Mercado, 3 (T.950906)
CACÉM
Guerra Rico, Agualva
MEM MARTINS
Miranda Garcia, E.de Mem Martins, 173-B (T.2914103)
S.PEDRO DE SINTRA
Valentim (T.980456)
SINTRA
Marrazes, Estefânia (T.2930058)
COLARES
Abreja (T.299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Gameiro, L.António dos Santos Jorge, 15 (T.24100)
ALHOS VEDROS
Gusmão, R.Cândido dos Reis, 30 (T.204020)
ALMADA
Galeno, R.Capitão Leitão, 85-B (T.2760565)
BAIXA DA BANHEIRA
Aliança, E.Nacional, 178-B (T.2040302)
BARREIRO
Pimenta, R.Cons. Joaquim António de Aguiar, 259 (T.2073012)
COVA DA PIEDADE
Morgado, R.Cabo da Boa Esperança, 25-A (T.2767356)
MOITA
União Moitense, Av. Dr. Teófilo Braga (T.239029)
MONTIJO
Montepio, R.Almirante Reis, 93 (T.2310035)
SESIMBRA
Leão, Av. da Liberdade, 13 (T.2233471)
SETÚBAL
Rosado Pinto, P.do Bocage (T.22484); **Nova,** R.General Gomes Freire (T.22052)
SEIXAL
Soromenho, R.Paiva Coelho, 38 (T.2218560)

PORTO

TURNO 9

ATÉ ÀS 22 HORAS

Alves da Silva, Av. da Boavista, 1016 **Azevedo,** R.de Azevedo, 136 **Gomes Ferreira,** R.Faria Guimarães, 449 **Nau Vitória,** R.Nau Vitoria, 723 **Ordem da Trindade,** R.Heróis e Mártires de Angola; **Confiança,** R.d Santa Catarina, 960 **Falcão,** R.de Santo Ildefonso, 61 **Ferreira,** P.D.Afonso V, 55-B

TODA A NOITE

Antas, Av. Fernão de Magalhães, 1076 **Antiga Porta do Olival,** Campo do Mártires da Patria, 122 **Lousada,** L.do Campo Lindo, 62

COIMBRA

Paiva — Praça do Comércio, 17 — Tel. 23231; **S. SEBASTIÃO** — Rua António Jardim — Tel. 28802.

cinemas

CASTIL

T. 530194 — 15.30, 18.30 e 21.15

Int. a men. 18 anos

Catherine Deneuve, Bernadette Lafont

NOITADAS DE PARIS

3.ª semana

(Zig Zag)

IMPÉRIO

T.555134 — 15.15, 18.30 e 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

A MORTE ESTÁ AO TELEFONE

2.ª Semana

Colorido e extraído do livro homónimo de Alberto Moràvia

Hoje, sessão clássica às 18.30

SOFIA E A EDUCAÇÃO SEXUAL

Não acons. a menores de 18 anos

POLITEAMA

T. 326305 — 14.15,16.30, 19 e 21.30

Não acons. men. 13 anos

a maior surpresa do ano

PARA NÓS... È CANJA

com os rivais de Trinità

VOX

T.720808 — 14.15, 16.30, 19 e 21.15

N. acons. men. 13 anos

A grande surpresa do ano

PARA NÓS... É CANJA

c/ Paul Smith-Michael Coby

ROMA

T.727778 — 15.30, 18.30, 21.15

Int men. 18 anos

CLUBE PRIVADO

c/ phlippe Gaste-Eva Stroll

BIBLIOTECA NACIONAL

15.30, 18.30

Preço 10$00

O VALE DA HONRA

(Andrew Melaglen-1965)

FUNDAÇÃO GULBENKIAN

Ciclo «Jean Rouch»

21.45

, UN NOIR (1959)

35 mm. cor, longa-metragem

Versão legendada em português

1.º Programa

15.00: Painel da tarde; **18.00**: Música portuguesa; **19.00**: Cultura e actualidade, por Luis Pereira de Sousa; **19.30**: Música variada; **20.00**: Jornal da noite; **20.30**: Melodias; **21.00**: 8.º episódio do folhetim «O Muro Branco», de Alves Redol, numa adaptação de Costa Ferreira; **21.18**: Painel da noite; **00.00**: Último jornal; **00.30**: Retrospectiva; **01.00**: Saída e encerramento dos Regionais do Porto, Norte 1, Coimbra, Faro, Guarda, Covilhã, Viseu, Ponta Delgada e Horta — música na noite; **02.00**: Música na noite.

2.º Programa

15.00: Música sinfónica; **16.00**: A Sonata em si menor, de Liszt; **16.30**: Trechos de óperas de Verdi; **16.55**: Interpretações do Quarteto «Paganini»; **18.00**: Uma suite para orquestra; **18.30**: Pequenas obras de grandes compositores; **19.00**: Música do século XX; **20.00**: O violinista Michael Rabin; **20.30**: Serenata em ré menor, op. 44, de Dvorak; **21.00**: As grandes obras corais sinfónicas; **22.15**: Duetos instrumentais; **22.42**: «Os Bandar-Log», poema sinfónico, op. 176, de Charles Koechlin; **23.00**: Intercâmbio musical; **23.48**: Música sinfónica; **01.00**: Fecho.

3.º Programa

16.00: Emissão nacional — ela por elas — casos ao acaso, de Orlando Dias Agudo (repetição); **16.30**: Vamos ao médico, com o dr. José Matildes (repetição); **18.00**: Emissão recional — contacto — teatro trágico, dos Parodiantes de Lisboa; **20.15**: Folhetim: «Esteiros» (repetição); **21.00**: Música, só música; **21.30**: Quando o telefone toca; **23.00**: A música e as vozes.

4.º Programa

16.00: Música variada; **17.00**: Canções; **18.00**: Apenas música; **19.00**: Em órbita; **20.00**: Orquestras; **21.00**: Concerto; **22.00**: Auditório; **24.00**: Prisma; **02.00**: Fecho.

CALEIDOSCÓPIO

T.795093 — 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15

Grupo D 9m. 18 anos)

Festival Hitchcook

A CORTINA RASGADA

C/Paul Newman, Julie Andrews

EDEN

T.320768 — Hoje estreia às 21.15

O filme que Bruce Lee não Terminou!

ADEUS, BRUCE LEE

C/Lee Row Lung e Ronald Brown

Interdito a menores de 18 anos

Hoje às 14.00, 16.30, 19.00

Últimas exibições do filme

OS DOIS MISSIONÁRIOS

ODEON

T.326283 — 15.15-18.15 e 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

4.ª semana de sensação

AS NOITES LOUCAS DO HOTEL LUA MEL

c/ Isabella Biaggini e Ninelto Davoli

Segredos sexuais revelados por um buraco escondido

APOLO 70

T.763319 — 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15

Não acons. a men. de 13 anos

A HISTÓRIA DE FERNÃO CAPELO GAIVOTA

19.ª semana

Hoje às 24 H. Grupo D M. 18 anos

MACABRO

De William Castle

CASINO ESTORIL

T.264621 — 17.00, 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

O ÚLTIMO VERÃO

S. JORGE

T.54153/4 — 15.15, 18.15, e 21.15

De novo o inspector Clouseau

3.ª semana

O REGRESSO DA PANTERA COR-DE-ROSA»

Com Peter Sellers

RESTELO

T.610375 — 21.00

Não acons. a menores de 18 anos

A MATULONA

AVIS

T. 47163 — Estreia as 21.15

Int. men. 18 anos

ADEUS, BRUCE LEE

Com Bruce Lee

ESTÚDIO

T. 555134/5 — 15.30, 18.30, 21.15

Liv Ullman - Michel Piccoli

em

«LEONOR»

Um filme Juan Buñel

(Não acons. men. 18 anos)

ESTÚDIO 444

T.779095 — 14.30, 16.45, 19.00, 21.15

Interdito a men. de 18 anos

TODA A NUDEZ SERÁ CASTIGADA

5.ª Semana

c/ Darlene Glória

CARLOS MANUEL — SINTRA

T.2930394 — Às 21 horas

Interdito a menores de 18 anos

O RALLY DAS GOZONAS

(Este filme contém cenas eventualmente chocantes)

MUNDIAL

T.538743 — Às 21.15 estreia

Não acons. a menores 18 anos

UMA TESE ESCANDALOSA

Com Pilar Velasquez

UNIVERSAL

T.774402 — clo Oshima

Todos os dias às

15.00, 18.00, 21.00

O MENINO

Às 17.00, 23.00

A CERIMÓNIA SOLENE

Não acons. a menores de 18 anos

CONDES

T. 322523 — 14, 16.30, 18.45 e 21.15

Interdito a menores de 18 anos

CONVEM FAZER BEM O AMOR

c/ Luigi Proietti-Eleanóra Giorgi

BERNA

T.776098 — 14.00, 16.30, 19.00, 21.15

Para todos maiores de 6 anos

OS DOIS MISSIONÁRIOS

Um filme de Franco Rossi

Bud Spencer-Terence Hill

4.ª semana

LONDRES

T.801313 — 14.15, 16.30, 18.45, 21.15

Não acons. a men. de 18 anos

O FANTASMA DO PARAÍSO

com Paul Williams e WOILLIAM Finley

ROXY

T.48560 — 14.00, 16.30, 19.00, 21.15

(Int m. 18 a.)

O BORDEL DE NAZIS!

com Pierre Rousseau e Daniel Veaminik

TIVOLI

T.570596 — 14.45, 18.00, 21.45

Não acons. a menores de 18 anos

O maior espectáculo jamais filmado

A TORRE DO INFERNO

3.ª semana

Atenção: O filme começa à hora do espectáculo

ALVALADE

T.897480 — 15.30, 18.30, 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

CONVEM FAZER BEM O AMOR

c/ Puigi Proietti-Eleonora Giorgi

PATHÉ

T.821933 — 14.45, 18.00, 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

3.ª semana

O maior espectáculo jamais filmado!

A TORRE DO INFERNO

Atenção: o filme começa à hora do espectáculo

NIMAS

T.574362 — 14.15, 16.30, 18.45, 21.15

Não acons. a menores de 13 anos

um filme de Rene Lalorex

O PLANETA SELVAGEM

6 Grandes prémios internacionais

3.ª semana

outros espectáculos

LISBOA/Teatros

VILLARET
21.30 (13 anos)
«Godspell»
LAURA ALVES
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Sexo-Show»
MONUMENTAL
21.15 (13 anos)
«Família Até Certo Ponto!»
TEATRO DO BAIRRO ALTO
21.15 (13 anos)
«Ah Kiu»

LISBOA/Cinemas

PARIS
21.15 (18 anos)
«O Maneta de Ferro»
COLISEU
21.30 (18 anos)
«Emilienne»
SATÉLITE
21.30 (18 anos)
«A Jovem Assassinada»
OLÍMPIA
21.00 (18 anos)
«Sexo a Jacto»
EUROPA
21.15 (18 anos)
«Camille»
JARDIM
21.00 (18 anos)
«A Fúria do Dragão»
LUMIAR
21.15 (18 anos)
«Tentações de um viúvo»
IDEAL
21.00 (10 anos)
«O Expresso Vonryan»
S.LUIZ
21.30 (18 anos)
«Diário de um Ladrão»
PROMOTORA
21.00 (13 anos)
«Vida Dupla»
ARCO
21.30 (13 anos)
«Os Novos Senhores»
CINE-BOLSO
21.00 (18 anos)
«Relações Escaldantes»
PALÁCIO FOZ
21.00 (6 anos)
«Cinematografo Lumière»

LINHA DE CASCAIS

CASCAIS
Oxford
21.15 (18 anos)
«As Aventuras Eróticas dos 3 Mosqueteiros»
CASCAIS
S. José
21.15 (18 anos)
«Good-Bye Brucelei»
ESTORIL
Casino
17.00 e 21.15 (18 anos)
«O Último Verão»

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Lido
21.15 (13 anos)
«A Corrida de Malucos»
AMADORA
Cinestúdio Lido
21.30 (18 anos)
«O Curandeiro de Alcova»
AMADORA
Recreios Desportivos
21.15 (18 anos)
«A Fúria do Dragão»
SINTRA
Carlos Manuel
21.15 (18 anos)
«O Rally das Gozonas»

OUTRA BANDA

ALMADA
Incrível
21.15 (13 anos)
«Não Toquem na Mulher Branca»

PORTO/Teatros

SÁ DA BANDEIRA
21.15 (18 anos)
«Afinal como é?»

PORTO/Cinemas

ESTÚDIO FOCO
21.15 (13 anos)
«A Bíblia»
VALE FORMOSO
21.15 (18 anos)
«Obrigado Avô»
JÚLIO DINIS
21.15 (10 anos)
«Com os Olhos Tortos de Medo»
S. JOÃO
21.15 (18 anos)
«Os dois missionários»
AGUIA DE OURO
21.30 (18 anos)
«A Batalha de Neretva»
PASSOS MANUEL
21.30 (18 anos)
«O Formigueiro»
RIVOLI
21.15 (18 anos)
«O Inspector Martelada»
BATALHA
21.15 (13 anos)
«Com Jeito Vai... Na Farra»
TRINDADE
21.15 (18 anos)
«A Torre do Inferno»
COLISEU
21.15 (18 anos)
«Núpcias de Porcelana»
ESTÚDIO
21.15 (18 anos)
«O Telefone Cor de Rosa»
CARLOS ALBERTO
21.15 (18 anos)
«Delícias Turcas»
OLÍMPIA
21.15 (18 anos)
«As Insaciáveis»

COIMBRA

GIL VICENTE
21.15 (18 anos)
«O Inimigo Principal»
TIVOLI
21.15 (6 anos)
«Os Dois Missionários»
AVENIDA
21.15 (13 anos)
«A 7.ª Alvorada»
S.TEOTÓNIO
21.15 (18 anos)
«O Diabo Dentro Dela»

DL

RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO-GERAL
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDACÇÃO SERVIÇOS TÉCNICOS E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5, 320271/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DIBOA TELEX 12363
LISBOA-PORTUGAL

NÃO TENHO CANDIDATO

. O povo votou esquerda. O povo não quer a direita, repudia o passado e tem esperança no futuro. O povo votou esquerda para quê? Para que a direita não governe, não recupere, não domine, não explore.

Mas perante a vitória, a vitória da esquerda, a direita avança, carimba um candidato à Presidência, multiplica-se em iniciativas e tenta eclipsar a esquerda, aproveitando-se de todas as suas hesitações, contradições, limites, complexos, atrasos.

A direita avança, gesticula, dá como consumados factos inexistentes, ocupa o terreno, grita a plenos pulmões, embasbaca e encurrala o Zé, baralha a opinião pública. A esquerda fica-se, entreolha-se, atrapalha-se.

O Presidente terá de corresponder à vontade popular, já expressa nas eleições para a Assembleia da República, ao 25 de Abril, às conquistas da Revolução, etc., etc..

Se me perguntarem se tenho o meu candidato eu digo que não tenho. Eu terei de me limitar a votar no candidato do povo, no candidato da democracia, no candidato do 25 de Abril, no candidato da esquerda.

Mas a esquerda tem um candidato? O 25 de Abril tem um candidato? A democracia tem candidato? O povo tem um candidato? Se for o mesmo, eu voto nesse.

MANUEL DE AZEVEDO

P.C.P. NO CAMPO PEQUENO

"Por uma maioria de esquerda, por um Governo de esquerda"

. Subordinado ao tema «Por uma maioria de esquerda, por um governo de esquerda» o Partido Comunista Português realiza esta noite, em Lisboa, no Campo Pequeno, um comício que contará com a presença do seu secretário-geral, Álvaro Cunhal.

«A grande importância para a vida política nacional das eleições para a Assembleia da República, realizada há pouco mais de uma semana, faz com que as várias organizações do PCP, as massas trabalhadoras, os jovens, os intelectuais, as mulheres, venham reclamando com insistência uma análise política do PCP sobre este acontecimento» — stes os motivos que estão na origem do comício desta noite, segundo uma nota divulgada pela DORL do PCP.

Durante o comício o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal fará o balanço e a análise política do resultado das recentes eleições.

A nota da DORL em que se anuncia o comício, que terá início às 21.30, termina saudando «todo o povo trabalhador de Lisboa e arredores e convidando-o a participar massiva e activamente nesta importante iniciativa».

Distribuição exclusiva
LIVRARIA BERTRAND

economia e socialismo

REVISTA MENSAL DE ECONOMIA POLÍTICA

N.º 2 • MAIO DE 1976 • ESC. 27$50

Director: Mário Murteira

É VIÁVEL UMA DEMOCRACIA EM PORTUGAL?
estratégias económicas:
a China em contraste com a U.R.S.S.
a estratégia económica do M.P.L.A.

SITUAÇÃO DA ECONOMIA PORTUGUESA:
depoimentos de ARMANDO DE CASTRO
e JOÃO MARTINS PEREIRA

Quem será o presidente?

por terminados os seus trabalhos, recusando-se a prestar declarações à saída. Pouco depois foi distribuído o seguinte comunicado, que anuncia a marcação das eleições para a Presidência para o próximo dia 27 de Junho:

«O Conselho da Revolução, reunido em 4 de Maio de 1976, debateu a actual situação política interna e tomou conhecimento dos problemas relacionados com o processo de descolonização de Timor e do estado actual das relações com a R. P. de Angola e R. P. de Moçambique.

O Conselho da Revolução aconselhou o Presidente da República a fixar a data da eleição presidencial para o dia 27 de Junho próximo e a eleição para as Assembleias Regionais das regiões autónomas dos Açores e Madeira para o próximo dia 30 de Junho.»

P. S.: «NENHUMA DECISÃO»

A exemplo do que sucedeu com o C. R. — e talvez por isso mesmo — também a reunião de ontem à noite da Comissão Directiva do Partido Socialista não produziu «nenhuma decisão», segundo declaração lacónica de Lopes Cardoso, à entrada esta manhã para a reunião do Conselho de Ministros que decorre em S. Bento.

Sottomayor Cardia, contactado pelo «DL», diria que, na reunião da noite passada, foi «confirmada a linha do seu partido», ou seja, «a de que apoiará o candidato que tiver o consenso das Forças Armadas». Adiantaria que a reunião serviu para um balanço dos últimos resultados eleitorais e para a análise do momento político. Instado a pronunciar-se quanto à eventual concretização da candidatura do general Costa Gomes e sobre o possível apoio que lhe poderia ser dispensado pelo P. S., Sottomayor Cardia (ao contrário de anteriores declarações) não se opôs categoricamente, dizendo apenas que toda esta situação envolvia um «certo melindre». Idêntica posição foi por si assumida quanto à eventualidade de uma candidatura civil a lançar pelo próprio partido socialista e a qual poderia passar pela figura de Henrique de Barros.

Regressando ainda a declarações feitas esta manhã por Lopes Cardoso, destaca-se que, instado também a pronunciar-se sobre um possível acordo P.S./P.C.P. quanto à candidatura de Costa Gomes, diria apenas «não ter conhecimento de nenhum contacto deste tipo».

Mais categórico e inequívoco, em certo sentido, foi o ministro Tomás Rosa. Interrogado sobre a questão das candidaturas diria: «Se tivesse de votar como indivíduo, votaria em Pires Veloso».

Ainda quanto ao Partido Socialista, há a destacar a próxima reunião da sua Comissão Nacional, marcada para o próximo sábado.

INICIATIVA APARTIDÁRIA PRÓ-COSTA GOMES

É como segue o texto do documento entregue ontem ao Conselho da Revolução defendendo a candidatura do general Costa Gomes:

«Em 25 de Abril de 1976 o Povo Português manifestou pelo seu voto, uma vez mais, a firme determinação de caminhar para uma sociedade mais livre e mais justa, ratificando assim uma Constituição que, contendo os princípios de uma vida democrática, abre os caminhos do nosso futuro.

Só na unidade dos portugueses se poderão alcançar verdadeiramente as grandes conquistas para que aponta todo o processo desencadeado no «25 de Abril» pelo M. F. A. e pelo Povo.

Pelas qualidades de determinação, equilíbrio e senso político que tem demonstrado na chefia do Estado, o general Francisco da Costa Gomes afigura-se aos signatários a personalidade que poderá realizar aquela unidade, cumprindo e fazendo cumprir a Constituição da República que promulgou.

É no cumprimento de um dever patriótico que os signatários se dirigem, assim, ao Conselho da Revolução.»

Seguem 92 assinaturas:

António Goucha Soares, Domingos Moura, José Felicidade Alves, Maria Amélia César, Ulpiano Nascimento, Orlando de Carvalho, Maria Lamas, Manuel Macaista Malheiros, Duarte Vidal, Maria Antonieta Pereira, João Pedreira Viela, Alexandre Cabral, Alcina Bastos, Armindo Rodrigues, Ramon de la Feria, Bernardo Santareno, Rui Ferreira Alves, Joaquim Cerqueira da Rocha, Paulo Lencastre, Olívia Trigo de Sousa, José Antunes da Silva, Alfredo Esteves Belo, José Veloso, Manuel Ramires Fernandes, Manuel Campos Lima, António Neto Brandão, Manuel Lima Bastos, Álvaro Seiça Neves, Carlos Jerónimo, Adolfo Cunha Amaral, Jaime Machado, António Gaioso Henriques, Manuel Strech Monteiro, Clara Sacramento, José França Figueiredo, José de Oliveira e Silva, Orlando Ramos, Otílio de Figueiredo, José Dionísio de Oliveira Leitão, José Lopes Ribeiro, Francisco Batista, Luís Francisco Rebelo, Luís Sttau Monteiro, Miguel Franco, Luís Azevedo, Romeu Correia, Casino de Brito, Aníbal Augusto de Castro, José António Pombinho, António Curto, Guilherme Espinha Ribeiro de Carvalho, Rui Quartim Costa, Bernardo Barbas Pires. Francisco Gordo Carvalho, Henrique Bravo, Maria Manuela Macário, Maria Adriana Vidinha, Hélio Martins, Maria Odete Marques Costa, Maria do Carmo Rico, Fernando Amaral Carreira, Ivo Madeira Nobre, Henrique Nascimento, Maria do Carmo Mesquita, Maria Joana Torrinha, Maria Lucília Filipe Costa, Jacinto Prado Coelho, Matilde Rosa Araújo, Romeu de Sousa, José Maria Lopes da Costa, Duarte Infante, José Sampaio, Álvaro Salema, Joel Serrão, Joaquim Bairrão Ruivo, Pitum Keil do Amaral Rui Sousa Figueiredo, José Sacramento Costa, Jorge Rodrigues, Joana Lopes, Maria Alexandre Nunes Ramos, José Luís Rodrigues Portela, Moradas Ferreira, Maria Juscelina Miranda, Maria de Lurdes Santos Fonseca, Aníbal de Castro, Joaquim Ângelo Caldeira Rodrigues, Luís Albuquerque, José da Cruz Dinis, Mário Silva, Raul Coelho e Santana Maia.

CENTRAL NUCLEAR

Técnicos estrangeiros chegam com informações

O projecto da primeira central nuclear portuguesa continua a ser assunto para debate. Assim, após a conclusão do I Encontro Nacional sobre Política Energética, realizado no passado mês de Novembro, no Porto, e antes do próximo encontro, marcado para o próximo mês de Junho, inicia-se nesta sexta-feira, dia 7 um ciclo de conferências com a participação de técnicos estrangeiros.

Este ciclo, parao qual foram convidados técnicos do Canadá, França, Índia, Grã-Bretanha, República Federal Alemã, União Soviética e Estados Unidos da América, destina-se a permitir que se faça o ponto da situação actual sobre a produção de energia eléctrica por via nuclear e obter informações sobre aspectos específicos que sejam menos conhecidos ou mais controversos.

Na programação do ciclo de conferências estão previstas intervenções sobre os seguintes temas: reactores tipo americano, a água natural e urânio enriquecido (BWR e PWR); reactores canadianos tipo Candu, a agua pesada e urânio natural; reactores rápido-reprodutores (breeders); a experiência britânica de reactores; a experiência e a política francesas e a controversa linha francesa - norte - americana; ciência e indústria nucleares soviética e suas linhas de evolução.

No sentido de ser atingido o objectivo do ciclo de conferências, que é exclusivamente o de informar e eslcarecer, a comissão promotora procurou evitar convites a «advogados» incondicionais de qualquer linha de reactores, procurando trazer a Portugal elementos que não estejam ligados a fornecedores de centrais.

Expressando bem o que se pretende do ciclo, disse o engenheiro Laginha Serafim, numa conferência de Imprensa sobre o assunto, esta manhã: «As centrais nucleares estão «na moda». Alguns países já abandonaram «a moda», enquanto outros continuam. Vamos ver o que é melhor para Portugal, depois de recolher informações».

DEBATES EM JUNHO

Quanto ao II Econtro Nacional sobre Política Energética, marcado para Junho, com a participação exclusiva de técnicos portugueses, este permanecerá restrito a aspectos ligados mais directamente à realidade nacional. Os seus resultados servirão como recomendações ao Governo, independentemente das medidas que forem sendo tomadas durante o ano a respeito dos centros produtores de electricidade. Serão abordados em paralelo, para as duas alternativas possíveis para este tipo de centrais — convencionais ou nucleares — os seguintes temas: aspectos económico-financeiros, realização de empreendimentos e suas repercussões económicas e tecnológicas na vida nacional; disponibilidades e riscos e dependência do estrangeiro.

O ciclo de conferências, a inidiar-se na próxima sexta-feira, às 21 e 30, será realizado no Laboratório de Engenharia Civil.

Torre de Babel

ATENTO AOS CUBANOS

«O Comércio do Porto», no seu número de 1 de Maio, no lugar de honra da primeira página, mostra-se atento ao que fazem os cubanos, muito atento ao que fazem os cubanos. Não em Cuba, já se vê, mas no aeroporto de Lisboa.

Segundo o nosso colega portuense, chegam quase todos os dias cubanos a Lisboa, ainda por cima em aviões da companhia aérea russa, o que lhe deve parecer altamente escandaloso. Mais adiante esclarece: «quase que fazem apenas escala na capital, pois rapidamente são encaminhados para outros países, não só de África, especialmente para as antigas colónias portuguesas, como também para a Eu opa, nomeadamen e para Espanha». Como aquele jornal garante que a maioria destes cubanos é constituida por guerrilheiros, e que parte destes perigosos cubanos são encaminhados para a Europa, admiramo-nos que seja pedido um inquérito às autoridades portuguesas. Não seria melhor alertarem os governos europeus e africanos?

Depois da bomba que destruiu a embaixada de Cuba em Lisboa, esta atenção doentia por cubanos que passam em trânsito pela Portela é, na verdade, um gesto altamente significativo...

Aliás o título é verdadeiramente «alarmante»: «Quase todos os dias chegam cubanos a Lisboa com destino a vários países».

DEFINIÇÃO

Lê-se num editorial de «O Século», como resposta a certas acusações: «O Século não é reaccionário». «O Século não é um jornal nem da esquerda, nem da direita».

Antes pelo contrário... — diríamos nós.

MAU NEGÓCIO

É, pelo menos, estranho que, somente agora, após as eleições para a Assembleia, o secretário de Estado dos Retornados, Amândio de Azevedo, do P.P.D., tenha «descoberto» que não poderia manter a verba mensal de 260 mil contos para refeições em restaurantes que o I.A.R.N. pagava aos regressados das ex-colónias. Também somente depois das eleições o referido secretário de Estado, do P.P.D., (que apesar das facilidades concedidas levou um soco na cara dado pelos retornados e abafado pela Imprensa «pluralista») «lembrou-se» que essas pessoas eram mantidas numa situação de privilégio em relação à maior parte da população. Multiplique-se a verba empregada pelo número de meses em que foi gasta e se poderá obter o valor aproximado de milhares de votos a um só partido, pagos pelo erário público. Só que esse partido, conforme demonstraram os números, não foi o do sr. Amândio de Azevedo...